

Carla Leila Oliveira Campos

**O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS NARRATIVAS MUDIÁTICAS  
COMO MARCA DA IDEOLOGIA NO DISCURSO: ANÁLISE DE  
HISTÓRIAS SOBRE A CRIMINALIDADE ASSOCIADA AO TRÁFICO  
DE DROGAS NO RIO DE JANEIRO**

Belo Horizonte  
Faculdade de Letras da UFMG  
2012

Carla Leila Oliveira Campos

**O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS NARRATIVAS MUDIÁTICAS  
COMO MARCA DA IDEOLOGIA NO DISCURSO: ANÁLISE DE  
HISTÓRIAS SOBRE A CRIMINALIDADE ASSOCIADA AO TRÁFICO  
DE DROGAS NO RIO DE JANEIRO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Linguística do Texto e do Discurso.

Área de concentração: Linguística do Texto e do Discurso


Linha de pesquisa: Linha 2B – Análise do Discurso

Orientadora: Profa. Dra. Gláucia Muniz Proença Lara

Belo Horizonte  
Faculdade de Letras da UFMG


2012

Tese intitulada *O processo de construção das narrativas midiáticas como marca da ideologia no discurso: análise de histórias sobre a criminalidade associada ao tráfico de drogas no Rio de Janeiro*, defendida por CARLA LEILA OLIVEIRA CAMPOS em 28/02/2012 aprovada pela Banca Examinadora constituída pelos Professores:

  
\_\_\_\_\_  
Dra. Glaucia Muniz Proença Lara - UFMG  
Orientadora

  
\_\_\_\_\_  
Dr. Antônio Luiz Assunção - UFSJ

  
\_\_\_\_\_  
Dra. Denize Elena Garcia da Silva - UnB

  
\_\_\_\_\_  
Dr. Evaldo Balbino da Silva - UFMG

  
\_\_\_\_\_  
Dra. Maria Antonieta Amarante de Mendonça Cohen - UFMG

## DEDICATÓRIA

A todos que, de alguma forma, contribuíram  
para que este momento fosse possível.

## **AGRADECIMENTOS**

À Gláucia, pela orientação séria e comprometida e pelas diversas leituras (sempre atentas e críticas) do trabalho até chegar a essa versão final.

Ao Wesley e ao Bruno, pelo apoio, compreensão e companheirismo.

À minha mãe e aos meus irmãos, pela confiança.

Aos professores do Poslin, pelo conhecimento compartilhado.

À Carolina, pela tradução do resumo para o inglês e pelos momentos de estrada que vivemos juntas.

À banca, pela leitura da tese e pelas contribuições a esta versão final do trabalho.

## RESUMO

Neste trabalho, propomo-nos apresentar um estudo sobre o discurso midiático que trata da violência urbana na atualidade. Tal escolha foi motivada por três questões fundamentais: em primeiro lugar, a importância que a mídia e seus sistemas simbólicos têm assumido na compreensão que temos dos eventos sociais; em segundo lugar, a visibilidade dada pela própria mídia aos eventos que envolvem a violência nas suas diversas formas; em terceiro lugar, a crença na eficiência das ferramentas teórico-metodológicas da análise do discurso como método de investigação das marcas da ideologia no discurso. Visando à realização da pesquisa proposta, delimitamos o *corpus* a um conjunto de sete reportagens sobre a criminalidade associada ao tráfico de drogas na cidade do Rio de Janeiro, publicadas em 2007, por três diferentes revistas: *Veja*, *Isto É* e *Carta Capital*. Nessas reportagens, utilizando-nos dos procedimentos teóricos e metodológicos da análise do discurso (sobretudo daquela que se tem denominado “tendências francesas de análise do discurso”), buscamos apreender as formações discursivas e ideológicas postas em cena pelos locutores/revistas na representação da criminalidade. Para tanto, adotamos como categorias de análise o esquema *protagonist-antagonist* de organização das narrativas proposto por Beaugrande e Colby (1979), além das marcas da heterogeneidade mostrada, mais especificamente o discurso relatado (direto, indireto e a modalização do discurso em discurso segundo) e as palavras entre aspas. A análise das referidas reportagens revelou-nos que, apesar de algumas diferenças de posicionamento entre os periódicos examinados – que se mostraram mais ou menos críticos, principalmente, quanto à atuação do governo no combate ao crime –, a questão da criminalidade associada ao tráfico de drogas é marcada por uma formação ideológica hegemônica, que reduz a complexidade do problema a uma luta do bem contra o mal, defendendo, portanto, como forma de combate à criminalidade o uso da força militar (policial) por parte do Estado.

## ABSTRACT

In this thesis, we present a study on media discourse which deals with urban violence today. This choice was motivated by three fundamental questions: first, the importance that the media and symbolic systems have taken on our understanding of social events; second, the visibility given by the media to events that involve violence in its various forms; third, the belief in the efficiency of the theoretical-methodological tools of discourse analysis as a method of investigating the marks of ideology in discourse. In order to carry out the proposed research, we delimited the corpus to a set of seven articles on criminality related to drug trafficking in the city of Rio de Janeiro, published in 2007 by three different magazines: *Veja*, *Isto É* and *Carta Capital*. In these articles, using the theoretical and methodological procedures of discourse analysis (especially the one which has been called "trends of French discourse analysis"), we sought to understand the discursive and ideological formations brought out by the speakers/magazines in the representation of crime. For this purpose, we adopted as categories of analysis the *protagonist-antagonist rules* of organization of the narratives proposed by Beaugrand and Colby (1979), in addition to the features of marked heterogeneity, specifically the reported speech (direct, indirect and the modalization of speech into second speech) and words in quotation marks. The analysis of these articles revealed that, despite some differences in the positioning of the journals examined – which ranged between more or less critical, especially in relation to the government's action to fight crime – the issue of criminality related to drug trafficking is marked by a hegemonic ideological formation, which reduces the complexity of the problem to a struggle of good against evil, advocating, therefore, the use of military force (police) by the State as a way of fighting crime.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>8</b>
<b>1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O DISCURSO MIDIÁTICO</b> .....	<b>15</b>
1.1 Discurso midiático, sociedade e violência .....	16
1.2 Caracterizando o discurso midiático .....	24
<b>2 DELINEAMENTOS TEÓRICOS</b> .....	<b>30</b>
2.1 Alguns pressupostos teóricos fundamentais da AD .....	30
2.2 Discurso e ideologia .....	42
<b>3 QUESTÕES METODOLÓGICAS</b> .....	<b>53</b>
3.1 Sobre a metodologia .....	53
3.2 Sobre as narrativas .....	60
3.2.1 <i>As narrativas no âmbito midiático: algumas considerações</i> .....	60
3.2.2 <i>Por que estudar as narrativas na perspectiva da Análise do Discurso?</i> .....	66
3.3 <b>Marcas da heterogeneidade mostrada</b> .....	<b>69</b>
3.3.1 <i>O discurso relatado</i> .....	70
3.3.2 <i>As palavras entre aspas</i> .....	75
<b>4 ANÁLISE DO CORPUS – 1ª PARTE</b> .....	<b>78</b>
4.1 <b>Examinando o primeiro conjunto de reportagens</b> .....	<b>78</b>
4.1.1 <i>A organização das narrativas e a interdiscursividade que as constitui</i> .....	78
4.1.2 <i>Quanto à heterogeneidade mostrada</i> .....	108
4.1.2.1 <i>O discurso relatado</i> .....	108
4.1.2.2 <i>As palavras entre aspas</i> .....	116
<b>5 ANÁLISE DO CORPUS – 2ª PARTE</b> .....	<b>121</b>
5.1 <b>Examinando o segundo conjunto de reportagens</b> .....	<b>121</b>
5.1.1 <i>A organização das narrativas e a interdiscursividade que as constitui</i> .....	121
5.1.2 <i>Quanto à heterogeneidade mostrada</i> .....	141
5.1.2.1 <i>O discurso relatado</i> .....	141
5.1.2.2 <i>As palavras entre aspas</i> .....	156
5.2 <b>Comparando os resultados dos dois conjuntos de reportagens</b> .....	<b>160</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>170</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>174</b>
<b>ANEXO A – REPORTAGENS ANALISADAS</b> .....	<b>177</b>



## INTRODUÇÃO

No presente trabalho, propomos analisar como os eventos relacionados à violência nas grandes cidades (mais especificamente, no Rio de Janeiro<sup>1</sup>) são transformados em narrativas no âmbito do discurso midiático. Para tanto, escolhemos como objeto de análise três revistas semanais de circulação nacional: *Veja*, *Isto É* e *Carta Capital*, com o intuito de compreender como esses órgãos de comunicação constroem suas versões dos eventos sociais em questão. Ora, falar de violência implica abordar um tema muito amplo, com nuances bastante diversas. Por essa razão – e buscando uma maior uniformidade do *corpus* –, restringiremos os textos (reportagens) que serão analisados àqueles que relatam confrontos entre militares e traficantes de drogas nas favelas do Rio.

Para o desenvolvimento dessa proposta, alguns pressupostos teóricos se fazem fundamentais. Em primeiro lugar, a compreensão do importante papel da mídia<sup>2</sup> na produção e na circulação de material simbólico. E, em segundo lugar, a compreensão da linguagem como processo de seleção entre as muitas formas de dizer, processo esse influenciado por fatores históricos, sociais e ideológicos.

Quanto a esse segundo aspecto, filiamo-nos ao quadro teórico da Análise do Discurso (AD)<sup>3</sup>, a qual compreende que todo sentido se inscreve em uma historicidade específica. A AD preocupa-se, pois, com a apreensão das condições

---

<sup>1</sup> A escolha do Rio de Janeiro como nosso foco de análise foi motivada, entre outros fatores, por sua presença constante nos noticiários sobre violência, o que, a nosso ver, torna-o representativo das grandes cidades brasileiras.

<sup>2</sup> Adotamos aqui o termo “mídia” para designar uma instituição reconhecida socialmente e responsável pela produção e circulação de material simbólico em larga escala.

<sup>3</sup> Tomamos o termo “Análise do Discurso” em sentido amplo, reconhecendo que ele recobre uma vasta gama de teorias diferentes – cada uma delas com suas especificidades –, mas que têm como ponto comum o fato de se debruçarem todas sobre um mesmo objeto: o discurso. Isso porque, como se verá ao longo do trabalho – mas, sobretudo, no Capítulo II –, assimilaremos contribuições de autores de diferentes vertentes da AD.

sócio-históricas de produção do sentido. Em outras palavras: voltando-se para o processo de construção/representação social da realidade, considera que todo discurso se localiza em uma estrutura sócio-histórica específica, não sendo possível a análise daquele sem que se leve em conta esta.

Assim, qualquer processo de produção de saberes, para a AD, “passa pelo filtro da experiência social, cultural, civilizacional” do sujeito discursivo, “o que os relativiza”, como propõe Charaudeau (2006, p. 44). E isso não é diferente com o discurso midiático. Para o referido autor, ao contrário do que pregam os órgãos midiáticos em geral, a informação não é transparente, neutra, pois depende sempre do tipo de alvo que o informador escolhe e da coincidência ou não que este possa ter com o tipo de receptor que a interpretará.

Os estudos relativos à mídia e ao seu discurso devem, pois, levar em consideração algumas questões pertinentes no que se refere à compreensão da forma como as notícias são construídas: em primeiro lugar, a escolha da fonte a ser utilizada e sua validade; em seguida, a determinação de quem são os receptores e de como atingi-los; finalmente, o tratamento dado à informação, ou seja, a transposição para a linguagem dos fatos selecionados em função do alvo predeterminado, com o efeito que se deseja produzir (CHARAUDEAU, 2006, p. 45).

Nesse sentido, como já foi dito, a informação, enquanto questão de linguagem, não é transparente para o mundo, já que, segundo Charaudeau (2006, p. 20), a ideologia do “mostrar a qualquer preço” leva à construção de uma imagem fragmentada do espaço público. É, portanto, devido ao seu importante papel na sociedade atual, como produtora e distribuidora de sentidos, que a mídia tem-se oferecido como um campo fértil de investigação para os estudos do discurso.

Em relação ao objeto que nos propomos explorar – reportagens sobre confrontos armados relacionados ao tráfico de drogas –, observamos que, com o aumento constante da violência nas grandes cidades, há, conseqüentemente, um aumento de textos sobre o tema nos diferentes órgãos midiáticos nacionais. A mídia, com o objetivo de mostrar a informação em primeira mão, oferece, com frequência, aos

consumidores de seus produtos visões simplistas sobre o problema em questão, impondo aos fatos uma organização narrativa muitas vezes calcada em relações de disputas em que o bem luta contra o mal.

Considerando essas colocações e a complexidade da violência nas grandes cidades, é que propomos este trabalho. Buscaremos, entre outras coisas, compreender como eventos sociais relativos à criminalidade associada ao tráfico de drogas são transformados em narrativas, por meio da análise da organização dos papéis e dos dizeres dos atores sociais que delas participam.

Para tanto, adotaremos o modelo de narrativas desenvolvido por Beaugrande e Colby (1979), tal como ele é descrito em Palmer (1999, p. 220). Assim, para que seja interessante, uma história deve apresentar uma relação entre dois personagens (protagonista – antagonista), os quais, ao longo do enredo, desempenham determinadas ações com o propósito de alcançar determinados objetivos. Aliás, é por meio desses objetivos que seremos capazes de identificar o protagonista e o antagonista, sendo aquele tomado como o “herói”, que é dotado de objetivos e ações com os quais os interlocutores tendem a se identificar. Portanto, uma das questões que este trabalho busca responder é: como os constantes confrontos entre militares e traficantes na cidade do Rio de Janeiro são transformados em narrativas pelos produtores de notícias?

Além disso, entendendo o discurso como fundamentalmente heterogêneo (ou dialógico, para retomar Mikhail Bakhtin), focalizaremos ainda, em nossa análise, a heterogeneidade mostrada – que nos interessa mais de perto, dada a sua maior visibilidade no discurso –, adotando a perspectiva proposta por Maingueneau (1997), que, na esteira de Authier-Revuz, compreende por esse fenômeno as manifestações explícitas, recuperadas no fio do discurso, que vão além da noção de citação e de discurso relatado. No referido trabalho, o autor elenca, além de fenômenos como a ironia e o discurso indireto livre (heterogeneidade mostrada não marcada), toda uma série de marcas tipográficas ou linguísticas (pressuposição, negação, palavras entre aspas, discurso relatado etc.) que respondem pela heterogeneidade mostrada marcada. No presente trabalho, examinaremos prioritariamente as marcas da

heterogeneidade mostrada<sup>4</sup>, mais especificamente o discurso relatado (direto, indireto e aquele introduzido por marcas de modalização do discurso em discurso segundo) e as palavras entre aspas, por compreendermos que elas estão mais diretamente relacionadas à organização das vozes dos personagens presentes nessas narrativas.

Procuraremos, portanto, nessa segunda etapa da análise, compreender como se dá o agenciamento das vozes presentes nos textos em questão: que vozes são destacadas? Quais são colocadas em segundo plano? Quais não são sequer citadas? Como essa heterogeneidade é ideologicamente trabalhada para dar ao discurso midiático (no caso, o jornalismo impresso) seu caráter pretensamente isento?

A partir da análise desses elementos – organização das narrativas e agenciamento das vozes dos atores sociais via marcas da heterogeneidade mostrada, sobretudo marcada –, acreditamos ser possível identificar as formações discursivas (FDs) e as formações ideológicas (FIs)<sup>5</sup> que perpassam os textos midiáticos sobre confrontos entre militares e “bandidos” nas favelas do Rio de Janeiro, como já pontuamos. Para tanto, utilizaremos como *corpus* reportagens publicadas, em 2007, pelas revistas citadas (*Veja*, *Isto É* e *Carta Capital*), durante os eventos sociais que antecederam e envolveram a ocupação de favelas do Rio de Janeiro pelo Exército e pela Polícia Militar. Tais reportagens serão devidamente discriminadas no capítulo referente às questões metodológicas.

Ao optarmos por diferentes revistas, pretendemos observar se é possível identificar um discurso dominante sobre os confrontos armados envolvendo o tráfico de

---

<sup>4</sup> Lembramos que a outra forma de heterogeneidade descrita por Maingueneau (1997), a partir do trabalho de Authier-Revuz, é a heterogeneidade constitutiva, que resgataremos na análise das FDs que interagem no âmbito do interdiscurso.

<sup>5</sup> No quadro teórico da ADF, Pêcheux e Fuchs (1990, p. 166-167) consideram uma FD como um dispositivo que determina “o que pode e o que deve ser dito a partir de uma posição dada numa conjuntura, isto é, numa certa relação de lugares, no interior de um aparelho ideológico, e inscrita numa relação de classes.” As FDs, por sua vez, inscrevem-se em formações ideológicas (FIs). A noção de FI, de inspiração althusseriana, é tomada pelos autores como “um conjunto de representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’, mas se relacionam mais ou menos a *posições de classe* em conflito umas com as outras” (grifo do original).

drogas, ou se os discursos que materializam as representações desses eventos filiam-se a FDs (e FIs) distintas.

Tal análise nos possibilitará ter uma visão de como a criminalidade e os confrontos armados nas grandes cidades, tão comuns em nosso dia a dia, são compreendidos no âmbito de uma instituição tão forte em nossa sociedade, como é o caso da mídia, já que, para a AD, compreender os discursos que circulam em uma determinada sociedade é uma forma de compreender o modo como as próprias relações sociais são transformadas em unidades discursivas.

Em suma, com base nas questões levantadas até aqui é nosso objetivo geral identificar, por meio da análise da heterogeneidade (sobretudo a mostrada/marcada) e do processo de construção de narrativas midiáticas sobre os confrontos entre militares e traficantes nas favelas do Rio de Janeiro, as formações discursivas (FDs) – e as formações ideológicas (FIs) correspondentes – que atravessam os textos (reportagens impressas) selecionados e os suportes (revistas) em que foram publicados.

Quanto aos objetivos específicos, são eles: 1) analisar como os eventos sociais em questão são transformados em narrativas, e os atores sociais, em personagens, buscando-se evidenciar como essas narrativas constroem e organizam a realidade; 2) observar, por meio da análise das marcas de heterogeneidade mostrada, quais são as vozes incluídas/excluídas nesses textos; 3) compreender o funcionamento da semântica global<sup>6</sup> na composição do sentido dos diferentes textos do *corpus*; 4) comparar as análises de modo a observar quais são as formações discursivas que permeiam a representação da criminalidade nos textos midiáticos; 5) relacionar a(s) FD(s) apreendida(s) com a(s) FI(s) subjacente(s), buscando delimitar os sentidos construídos no discurso midiático e explicitando os domínios colocados em jogo na construção desses sentidos; 6) fazer uma comparação entre os conjuntos de textos veiculados pelas revistas *Veja*, *Isto É* e *Carta Capital*, em busca de semelhanças e

---

<sup>6</sup> Maingueneau (2007) propõe a noção de semântica global para dar conta da relação do discurso com o interdiscurso. Para o autor, existe “um sistema de restrições semânticas globais” que restringe simultaneamente todos os planos discursivos, tanto na ordem do enunciado quanto da enunciação.

diferenças na construção ideológico-discursiva da criminalidade associada ao tráfico de drogas.

O presente trabalho se organiza em cinco capítulos. No primeiro capítulo, apresentaremos algumas considerações sobre o papel da mídia na construção e na difusão de práticas simbólicas na sociedade atual, bem como sobre a relação entre o discurso midiático e a construção de representações dos confrontos armados relacionados ao tráfico de drogas nas grandes cidades. Apresentaremos, ainda nesse mesmo capítulo, uma discussão acerca de como a AD se mostra extremamente profícua na compreensão das relações sociais e ideológicas que perpassam as práticas discursivas midiáticas.

No segundo capítulo, explicitaremos o quadro teórico de abordagem do *corpus*, filiado, primordialmente, às atuais “tendências francesas da análise do discurso”<sup>7</sup>, sem perder de vista, no entanto, contribuições da chamada “Escola Francesa de Análise do Discurso”<sup>8</sup>, principalmente no que se refere a alguns conceitos fundamentais como: *formação discursiva*, *formação ideológica*, *memória* e *ideologia*. Segundo Maingueneau (1997, p. 13), os trabalhos desenvolvidos sob a égide da AD relacionam-se com os textos produzidos “no quadro de instituições que restringem fortemente a enunciação; nos quais se cristalizam conflitos históricos, sociais, etc.; que delimitam um espaço próprio no exterior de um discurso limitado”. Nesse sentido, o interesse da AD volta-se para a análise do trabalho das formações discursivas e do interdiscurso na delimitação dos enunciados produzidos, numa aproximação entre discurso e história.

---

<sup>7</sup> Ao utilizar aqui tal expressão, concordamos com a posição de Maingueneau (2008b, p. 202), para quem o que existe hoje na França são “tendências” de análise do discurso, caracterizadas por apresentarem um “interesse por *corpora* relativamente restritos”; por não se interessarem somente pela *função discursiva* das unidades”, mas também “pelas suas propriedades *como unidades da língua*”; por manterem uma relação privilegiada com as teorias da *enunciação* linguística”; por concederem uma importância central ao interdiscurso; e por operarem uma “reflexão sobre os modos de inscrição do *Sujeito* em seu discurso” (grifos do original).

<sup>8</sup> Segundo Maingueneau (2008b, p. 202) a Escola Francesa de Análise do Discurso refere-se à “corrente da análise do discurso dominante na França nos anos 60 e 70”, consagrada “em 1969 com a publicação do número 13 da revista *Langages*, intitulado ‘A Análise do Discurso’ e com o livro *Análise automática do discurso*, de Pêcheux (1938 - 1983), autor mais representativo dessa corrente” (grifos do original).

No terceiro capítulo, apresentaremos algumas discussões acerca da metodologia adotada bem como das categorias de análise, procurando compreender como as narrativas trabalham no processo de construção das reportagens midiáticas e como as vozes trazidas para o interior das práticas discursivas são agenciadas na construção dessas histórias, por meio, sobretudo, de marcas da heterogeneidade mostrada, como o discurso relatado e as palavras entre aspas.

Finalmente, no quarto e no quinto capítulos, apresentaremos a análise do *corpus* com o objetivo de compreender, com base no quadro teórico-metodológico delimitado nos capítulos precedentes, como os eventos sociais são transformados – via linguagem – em discursos sobre esses eventos e quais formações discursivas (FDs) e ideológicas (FIs) subjazem à prática discursiva midiática. O quinto capítulo trará ainda a comparação dos resultados das análises, de modo a apreender as semelhanças e diferenças entre as revistas na abordagem dos mesmos eventos, o que nos permitirá delinear a imagem que cada uma delas constrói sobre a criminalidade.

## 1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O DISCURSO MIDIÁTICO<sup>9</sup>

No contexto acadêmico atual, a mídia, enquanto sistema ideológico constituído (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 1995), tem-se apresentado como um campo fértil de investigação. Nesse sentido, afirmações do tipo “a mídia tem na sociedade atual o poder de configurar mentes”, ou ainda, “o discurso midiático – ao contrário do que possam pretender os órgãos de imprensa – não apresenta uma visão neutra dos fatos, remetendo a filiações ideológicas e políticas específicas”, chegam a ser uma espécie de consenso para os pesquisadores interessados no estudo desse meio de comunicação.

Considerando, portanto, o papel crucial da mídia na configuração da visão que temos dos eventos sociais, não pretendemos retomar questões que julgamos já bastante abordadas pelos estudiosos desse tema, mas observar, mediante a análise das práticas discursivas midiáticas, como a realidade social é transformada em discursos que procuram dar conta dessa realidade. Entendemos, entretanto, não ser possível falar do papel da mídia na construção de representações sobre os confrontos entre policiais e traficantes – nosso objeto de análise – sem falar de sua influência no meio social como um todo. Da mesma forma, reconhecemos que algumas questões aqui levantadas se aplicam aos diferentes espaços nos quais o discurso midiático se faz presente, de um modo geral.

Nessa perspectiva, o presente capítulo tem como propósito traçar um panorama do papel do discurso midiático na sociedade atual. Para tanto, iniciaremos nossa discussão com algumas ponderações acerca da mídia e de sua relação com o poder socialmente instituído. Posteriormente, procuraremos discutir quais são os efeitos dessa relação na cobertura de eventos relacionados à criminalidade associada ao

---

<sup>9</sup> Utilizamos aqui a expressão “discurso midiático” em sentido análogo ao que propõe Orlandi (2009) para “discurso universitário”. Assim, compreendemos que o discurso midiático, como um espaço de regularidades enunciativo-discursivas, delimita a dispersão de textos passíveis de ser produzidos, conforme as coerções de uma dada formação discursiva.



tráfico de drogas e na produção do discurso midiático sobre tais eventos. E, por fim, apontaremos como os princípios e procedimentos da AD podem contribuir sobremaneira para a compreensão dos efeitos de sentido que nascem da relação entre o discurso midiático e o meio social no qual ele se insere.

### **1.1 Discurso midiático, sociedade e violência**

Na obra *Discursos geopolíticos da mídia: jornalismo e imaginário internacional na América Latina*, Margarete Steinberger (2005) apresenta-nos importantes considerações sobre a produção de discursos midiáticos, revelando como todo um conjunto de coerções sociais, cognitivas, históricas, ideológicas e de produção textual trabalha no relato apresentado nas notícias. Apesar de a preocupação central da autora ser a produção do discurso jornalístico sobre a geopolítica internacional no âmbito da América Latina, algumas de suas ponderações referem-se ao trabalho de produção discursivo-midiático como um todo, aplicando-se aos diversos campos de atuação da mídia.

Nesse sentido, ressaltando o papel do imaginário social na produção discursiva jornalística, ainda que a mídia se autodefinha como imparcial e objetiva, a autora afirma que:

Nos discursos jornalísticos, a produção de sentidos resulta, de imediato, de recortes que o profissional faz na substância da atualidade e de suas decisões na composição formal do texto (sonoro, visual, etc.). O efeito de sentido da noticiabilidade, no entanto, depende de alguns fatores sociais, como, por exemplo, a informação que é de interesse público, que é nova, que é atual, que apela aos sentidos, à curiosidade, etc. (STEINBERGER, 2005, p. 75).

Com base nessa afirmação, podemos nos perguntar: quais são os fatores que guiam as escolhas feitas pelo jornalista na composição da notícia? Ou seja, se o acontecimento nunca é apreendido em sua totalidade, como o jornalista opera seus recortes? A resposta a essa pergunta nos é fornecida pela própria Steinberger (2005, p. 88), ao afirmar que “o uso inevitável de filtros cognitivos, culturais, sociais, históricos, políticos, ideológicos, econômicos, institucionais e outros, acaba levando a uma reconstituição parcial de um estado embrionário de discursividade”.

Como podemos observar, essa afirmação vai ao encontro da proposta de Charaudeau (2006), que destaca como os filtros sociais, culturais e civilizacionais trabalham na relativização das práticas discursivas midiáticas. Devemos considerar ainda, em relação ao fato de o relato jornalístico ser sempre lacunar, fatores de ordem mais prática, como bem destaca Steinberger (2005), ao afirmar que o volume de páginas concedido a um assunto é calculado de acordo com a importância dada a ele pelo editor e a quantidade de material a que o jornalista teve acesso.

Nesses termos, a informação, enquanto questão de linguagem, não pode ser considerada, de modo algum, transparente para o mundo, já que, segundo Charaudeau (2006, p. 20):

A ideologia do “mostrar a qualquer preço”, do “tornar visível o invisível” e do “selecionar o que é mais surpreendente” (as notícias ruins) faz com que se construa uma imagem fragmentada do espaço público, uma visão adequada aos objetivos das mídias, mas bem afastada de um reflexo fiel.

Assim, na análise do discurso midiático, mais importante do que nos perguntarmos sobre o que foi dito é nos questionarmos sobre como aquilo foi dito, ou ainda, por que foi dito daquele modo e não de tantos outros possíveis. Na tentativa de responder a essa questão, devemos considerar não apenas os fatores apontados por Steinberger (2005) e por Charaudeau (2006), destacados anteriormente, como também a própria questão do acesso ao campo discursivo midiático.

Nessa vertente, Thompson (1998) destaca que a mídia, enquanto um meio técnico, exige um conjunto de regras e procedimentos de codificação e decodificação – habilidades, competências e formas de conhecimento – da informação e do conteúdo simbólico que a maioria dos indivíduos não possui.

Ao considerar os tipos de habilidades e competências envolvidos no uso de um meio técnico, é importante distinguir entre aqueles exigidos na codificação da informação ou do conteúdo simbólico, e aqueles necessários para decodificar a mensagem. Na prática estas habilidades e competências podem vir juntas ou coincidem até certo ponto (por exemplo, quem sabe escrever numa língua particular, normalmente saberá também ler na mesma língua). Mas estas habilidades nem sempre coincidem. A maioria dos indivíduos que assistem à televisão, por exemplo, é capaz de entender perfeitamente os programas, embora conheça muito pouco sobre a produção de um programa (THOMPSON, 1998, p. 29).

Em relação à afirmação de Thompson, podemos tirar, no mínimo, duas conclusões. A primeira refere-se ao importante papel das condições de produção na construção do sentido. Não há como se pensar em práticas de linguagem que não sejam influenciadas pelas condições históricas, sociais e intersubjetivas em que foram produzidas. O não-domínio das condições em que determinado programa ou notícia foi produzido implica justamente o apagamento das influências que esses fatores históricos e sociais tiveram na configuração do produto midiático, fazendo com que ele pareça “natural”.

A segunda consequência do não-domínio do processo de codificação dos produtos midiáticos implica a exclusão da maioria das pessoas da ordem discursiva midiática. Nesse sentido, acrescentamos à discussão a afirmação de Foucault (1996) de que os sujeitos, para ingressarem em uma ordem discursiva, dependem da qualificação para satisfazer a certas exigências e dominar certas regras. A construção do relato jornalístico está ligada, portanto, à questão do acesso aos próprios órgãos midiáticos nos quais apenas os iniciados dominam as técnicas para dizer o que dizem do modo como o dizem. Como afirma Steinberger (2005, p. 16), “os jornalistas profissionais detêm o monopólio dos instrumentos e das técnicas que configuram a competência discursiva midiática e facultam o acesso qualificado ao espaço público da mídia”.

O acesso ao espaço público midiático depende, portanto, de uma *competência midiática* que a maioria de nós – seus “consumidores” – não tem. É nesse sentido que se pode falar, segundo Steinberger (2005, p. 163), em uma “tirania da comunicação jornalística”. Para a autora, essa tirania estaria ligada à questão do próprio acesso aos órgãos de comunicação midiáticos e não ao sentido habitual de que a mídia distorce os fatos.

Desse modo, o discurso midiático configura-se num espaço público de lutas por formas hegemônicas de representar, em que nem todos podem falar o que desejam. Segundo Steinberger (2005, p. 170) “o discurso público é um espaço regulamentado e, portanto, instaura previsibilidades a respeito de quem pode participar de qual evento comunicativo, em qual papel, junto com quem, para falar sobre o quê, quando, onde”. A própria participação do público e dos mais diversos atores sociais na mídia é controlada e editada pela própria mídia, que se institui como mediadora

entre o público e as instituições (STEINBERGER, 2005), ao se fundar como portavoz dos anseios desses atores sociais.

Entretanto, conforme destaca a autora, o valor da informação já não pode ser medido apenas pela questão do acesso, mas também pela confiabilidade que determina que a informação de maior valor é aquela “com certificado de garantia de suas fontes”, sendo que “o mais importante não é o que se informa, mas quem informa” (p. 197).

Nessa batalha pela imposição de uma definição do mundo, conforme os interesses das classes sociais em disputa, instaura-se uma violência simbólica configurada na imposição de instrumentos de conhecimento e expressão arbitrários para explicar a realidade social – “embora ignorados como tais porque naturalizados” (STEINBERGER, 2005, p. 168).

O poder simbólico – enquanto estruturador de categorias arbitrárias – alimenta-se, segundo a autora, do consenso reconhecido de uma relação determinada entre os que exercem o poder e aqueles que lhe estão sujeitos. Nesse âmbito, os discursos se configuram como “espaços linguísticos de produção simbólica” em que se confrontam “atores sociais que usam os recursos consensuais de expressão não só para dizer”, mas para “agir sobre o outro” (STEINBERGER, 2005, p. 168).

Nesse sentido, o poder da mídia é simbólico e persuasivo, pois ela tem a capacidade de controlar, de certa forma, as mentes de seus interlocutores, através da disseminação de representações sociais específicas. Concordamos, pois, com Thompson (1998), quando ele afirma que as ações simbólicas desempenham um papel fundamental na vida social podendo “provocar reações, liderar respostas de determinado teor, sugerir caminhos e decisões, induzir a crer e a descrer, apoiar os negócios do estado ou sublevar as massas em revolta coletiva” (THOMPSON, 1998, p. 24).

Segundo o autor, é inocente acreditarmos que os meios de comunicação “servem para transmitir informação e conteúdo simbólico a indivíduos cujas relações com os

outros permanecem fundamentalmente inalteradas” (THOMPSON, 1998, p. 13). O uso dos meios de comunicação implica novas formas de organização do mundo, em que indivíduos fisicamente distantes entram em interação, o que implica novas formas de ação e novas relações sociais não só com o outro, mas consigo mesmo. Nessas interações, os indivíduos “são capazes de agir em favor de outros fisicamente ausentes, ou responder a outros em local distante” (op. cit., p.14).

Nesses termos, considerando a importância do texto enquanto materialização de discursos que circulam socialmente, entendemos ter a mídia amplo poder de veicular e difundir materiais simbólicos e discursos. Por isso, devido ao seu importante papel na sociedade, como produtora e distribuidora de sentidos, a mídia tem-se oferecido como um campo fértil de investigação para os estudos do discurso na atualidade, como já pontuamos. Desse modo, por meio da análise de textos midiáticos (no nosso caso, reportagens impressas, veiculadas em revistas de ampla circulação nacional), é possível investigar todo um sistema de representações e visões da realidade, identificando as FDs – e a(s) FI(s) correspondente(s) – que subjazem a essas representações.

Com o aumento constante da violência nas grandes cidades, percebemos, conseqüentemente, um aumento de textos (reportagens, notícias, artigos de opinião etc.) sobre o tema nos diferentes órgãos midiáticos nacionais. Nesses produtos, percebemos que a mídia, com o objetivo de apresentar uma cobertura em primeira mão, muitas vezes mostra uma visão simplista de eventos que envolvem, de alguma forma, a violência, recriando os fatos por meio de uma ótica particular.

Nesse sentido, séries complexas de eventos, cujas relações podem não ser claras, são transformadas em histórias, impondo-se-lhes uma ordem narrativa. As narrativas midiáticas constituem, portanto, uma forma fragmentária de construir visões mal definidas dos eventos, incluindo certos acontecimentos e excluindo outros; assim como uma forma de organizar esses eventos (re)construídos em relações particulares uns com os outros. Além disso, não podemos perder de vista que o discurso midiático, como todo e qualquer discurso, é atravessado por múltiplas “vozes”, o que revela o seu caráter fundamentalmente dialógico, embora, muitas

vezes, ele produza um efeito de sentido de monofonia<sup>10</sup>, mascarando, dessa forma, a heterogeneidade que lhe é inerente.

A partir dos pontos de vista até aqui descritos, ao procurar responder às questões já apresentadas na Introdução, este trabalho buscará, em última análise, compreender como a realidade social é transformada em significados simbólicos.

Para Thompson (1998), a produção de significados simbólicos sempre foi a base do desenvolvimento das sociedades. Entretanto, com o surgimento das instituições de comunicação do século XV até os nossos dias, registramos uma transformação significativa na produção e no intercâmbio do conteúdo simbólico nas sociedades. A mídia, nesse sentido, transformou e vem transformando os processos de produção, intercâmbio e armazenamento dos produtos simbólicos, desempenhando, na nossa sociedade, um papel crucial.

Em virtude desses desenvolvimentos as formas simbólicas foram produzidas e reproduzidas em escala sempre em expansão; tornaram-se mercadorias que podem ser compradas e vendidas no mercado; ficaram acessíveis aos indivíduos largamente dispersos no tempo e no espaço. (THOMPSON, 1998, p. 18).

Nessa mesma linha de pensamento, Steinberger (2005) postula que a mídia, na construção social da realidade, controla os sistemas simbólicos e classificatórios, construindo representações sociais bipolares – calcadas nas diferenças entre o nós e o outro, a identidade e a alteridade – com base na desigualdade do acesso aos sistemas midiáticos.

Dessa forma, ao optar por trabalhar com a análise do discurso midiático, compreendemos, de acordo com Freire e Carvalho (2008), que não é possível, na atualidade, entender a produção de sentidos e significados, reprodutores dos esquemas de dominação, sem compreender o processo de mediação dos meios de comunicação na interpretação da realidade, ao falar pelos e para os indivíduos. A mídia, portanto, não só seleciona o que se deve falar, mas como se deve falar e

---

<sup>10</sup> Barros (1997) postula que os discursos são, por definição, dialógicos, podendo, no entanto, construir efeitos de sentido de polifonia ou de monofonia. Trata-se, no primeiro caso, de textos em que o dialogismo se deixa ver, o que não ocorre nos textos monofônicos, que escondem as “vozes” que os constituem.

para quem se deve falar. O conhecimento que temos do mundo e dos eventos sociais passa, portanto, por esse processo de seleção que, como vimos defendendo, é reflexo do trabalho de FDs e FIs que operam na construção do discurso midiático.

A escolha do tema que pretendemos analisar no trabalho – o discurso sobre os confrontos armados entre policiais e traficantes de drogas no Rio de Janeiro – deve-se ao fato de ser este um tema recorrente nas reportagens midiáticas da atualidade, gerando visões simplistas de fatos sociais complexos e o constante medo na população (mesmo aqueles que se encontram relativamente distantes do Rio de Janeiro), devido ao discurso do aumento desenfreado da violência. Assim, conforme afirmam Freire e Carvalho (2008), um tema que atingia a página policial de apenas alguns jornais, hoje é recorrente em todos os meios de comunicação que, no processo de “dramatização/interpretação” do assunto, constroem percepções dominantes sobre a violência, “forjadas/disseminadas” em nosso cotidiano.

A mídia é atualmente um dos mais importantes instrumentos sociais, no sentido de produzir esquemas de significação e interpretação do mundo. Os meios de comunicação nos indicam o que pensar, o que sentir, como agir. Eles nos impõem certas questões e nos fazem crer que estes é que são os problemas mais importantes sobre os quais devemos pensar e nos posicionar. Este instrumento forja determinadas formas de existência que não apenas possuem papel efetivo no incremento da violência, como também representam uma das expressões da mesma (FREIRE; CARVALHO, 2008, p. 156).

Na construção desses *esquemas de significação e interpretação do mundo*, a mídia, com o objetivo principal de apresentar os fatos em primeira mão, faz opções por formas de representar essa realidade. Opções não só em relação ao material a ser narrado – os fatos que irão compor as narrativas e os que serão deixados de lado – ou aos personagens que farão (ou não) parte dessas narrativas e à forma como suas vozes serão organizadas (ou silenciadas) no texto, como também em relação às próprias fontes a serem ouvidas.

A escolha dessas fontes, segundo Ramos e Paiva (2007), é feita com base naqueles que os jornalistas julgam atores qualificados e independentes em relação aos fatos. Dessa forma, na cobertura sobre a violência, a fonte principal de informação das matérias, segundo pesquisa realizada pelo CESeC (Centro de Estudos de

Segurança e Cidadania) em 2004 e 2006 – e retomada pelas autoras – é a fonte policial:

Em 2004, uma análise de 2.514 textos publicados em nove jornais de três estados [Rio de Janeiro, São Paulo e Minas gerais] demonstrou que a polícia era a principal fonte ouvida em 32,5% dos casos. Quando eram desconsiderados os textos que não indicavam fontes – notas e colunões, rápido registro de encontro de cadáveres, roubos e outras ocorrências, que compunham 24,8% da amostra – o percentual subia para 43,2%. Em outro levantamento, realizado pelo CESeC em 2006 sobre oito jornais do Rio, 26,9% dos 2.651 textos baseavam-se em informações policiais (RAMOS; PAIVA, 2007, p. 37).

Esses dados confirmam o que vínhamos discutindo neste trabalho em relação à questão do acesso ao discurso midiático que determina quem pode falar o quê. Nesse sentido, podemos considerar com Foucault (1996) que, mais do que traduzir as lutas e os sistemas de dominação, o discurso é aquilo pelo que se luta, o poder do qual queremos nos apoderar.

Observamos, portanto, o funcionamento, nas práticas discursivas midiáticas, dos princípios de exclusão externos que operam sobre o discurso, conforme propõe Foucault (1996). Segundo o autor, há três princípios de exclusão externos controlando a produção discursiva. O primeiro seria o princípio da *interdição*, que estaria ligado à relação do discurso com o poder: não se tem o direito de falar tudo, não sendo permitido a qualquer um falar qualquer coisa. Esse princípio estaria ligado, em nosso trabalho, à questão do acesso ao discurso midiático, especificando quem pode falar o quê, ou seja, a quem é dado o direito de voz.

O segundo princípio de exclusão seria a *rejeição*, que, em Foucault, está ligado à relação entre razão e loucura. O discurso do louco seria aquele impedido de circular como o dos outros, o que determina a não-importância da sua palavra. Para nós, isso implica que determinados dizeres/vozes são rejeitados e, conseqüentemente, excluídos seja porque interferem numa compreensão “racional” dos fatos, seja pela menos valia de seus “possuidores” em relação àqueles que podem falar com legitimidade.

O terceiro princípio de exclusão, enfim, seria a *oposição verdadeiro/falso*. O discurso verdadeiro é aquele pronunciado por quem tem o direito de falar, relacionando-se ao



modo como “o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído” (op. cit., p. 17). Essa vontade de verdade estaria, portanto, diretamente ligada aos outros princípios de exclusão, exercendo sobre todos os discursos uma espécie de coerção. É em busca desse verdadeiro que se permite a exclusão de determinadas vozes no discurso midiático, comprometidas com o que a sociedade reconhece como falso: falsos valores, razões falsas.

O controle em relação ao discurso daquilo que pode ser dito e daquilo que não o deve ser, é mediado pelas formações discursivas que, segundo Pêcheux (1975), são a interface entre o discurso e as formações ideológicas que o controlam, cabendo ao analista do discurso a identificação de como essas formações trabalham na composição final do sentido.

## **1.2 Caracterizando o discurso midiático**

Em trabalho desenvolvido anteriormente (CAMPOS, 2006), procuramos delinear as contribuições que a análise discursiva das práticas midiáticas pode trazer à compreensão dos jogos ideológicos e de poder expressos no discurso midiático. Apesar de à época estarmos inseridos no campo de atuação da Análise Crítica do Discurso, acreditamos que algumas considerações se aplicam a este trabalho, já que entendemos que, apesar de suas particularidades, as teorias ou disciplinas que se inserem na grande área da AD partilham uma noção fundadora: a concepção de que há uma estreita relação entre as condições de produção e os conteúdos (discursos) expressos na superfície textual. Mais ainda: que é só pela compreensão de como essa relação se constrói que podemos observar as marcas do sócio-histórico na produção discursiva.

Ao postular que todo sentido se inscreve em uma historicidade específica, como já foi afirmado, a AD está preocupada com a observação das condições sócio-históricas de produção desse sentido. Nesse quadro, dentre os questionamentos que guiam as investigações do analista de discursos midiáticos podemos destacar os seguintes: 1) a preocupação com o fato de, no relato da atualidade, o sujeito

escolher<sup>11</sup> determinada organização discursiva dos fatos e não outra; 2) o questionamento do motivo pelo qual, na seleção dos eventos que iriam constituir as práticas desse sujeito, apareceram determinados eventos e não tantos outros possíveis; 3) a investigação dos pressupostos ideológicos e sociais que levaram o enunciador a representar o evento nessa configuração e não em outra.

Com o objetivo de responder a essas e a outras questões, a abordagem teórico-metodológica da análise do discurso se constitui em um domínio de estudo que examina como o texto enquanto “lugar de jogo de sentidos, de trabalho da linguagem, de funcionamento da discursividade” (ORLANDI, 2009, p. 72) materializa os discursos que circulam na sociedade. Aplicada ao estudo da comunicação de massa, essa abordagem considera que, com o objetivo de compreender o papel da informação midiática e os sentidos nela produzidos, é preciso estar atento às estruturas sociais e aos conteúdos simbólicos responsáveis pelos efeitos de sentido presentes nos textos e à forma como eles se relacionam às condições de produção. Assim, se consideramos que a mídia exerce um importante papel na construção de nossas visões de determinados eventos e atores sociais, precisamos investigar sob que condições isso se dá (CAMPOS, 2006).

Ou ainda, considerar, com Foucault (1997), que, na verdade, o que se quer é

[...] renunciar às “coisas”, “despresentificá-las”; conjurar sua rica, relevante e imediata plenitude, que costumamos considerar como a lei primitiva de um discurso que dela só se afastaria pelo erro, esquecimento, ilusão, ignorância ou inércia das crenças e das tradições ou, ainda, desejo, inconsciente talvez, de não ver e de não dizer; substituir o tesouro enigmático das “coisas” anteriores ao discurso pela formação regular dos objetos que só nele se delineiam; definir esses *objetos* sem referência ao *fundo das coisas*, mas relacionando-os ao conjunto de regras que permitem formá-los como objetos de um discurso e que constituem, assim, suas condições de aparecimento histórico; fazer uma história dos objetos discursivos que não os enterre na profundidade comum de um solo originário, mas que desenvolva o nexos das regularidades que regem sua dispersão (FOUCAULT, 1997, p. 54-55; grifos do original).

---

<sup>11</sup> É importante destacar aqui, que não estamos utilizando o termo “escolha” como um ato voluntário de um sujeito totalmente livre das coerções histórico-sociais, pois, como veremos no Capítulo 2, o sujeito só escolhe inscrito em uma FD que, por sua vez, está relacionada a uma FI específica. Por outro lado, a ideia de um sujeito completamente assujeitado das primeiras fases da AD deu lugar, em abordagens mais recentes, a um sujeito em tensão constante entre o polo individual e o polo social (cf. ORLANDI, 2001). Na verdade, o próprio Pêcheux reviu essa noção em trabalhos posteriores (vide Capítulo 2).

Negando, portanto, a literalidade do sentido, o autor ressalta que o discurso é o lugar por excelência de formação dos objetos de que ele próprio trata. É através de práticas discursivas localizadas no interior de formações discursivas que os objetos de que trata o discurso vão sendo modificados, delineados e construídos. Essas FDs é que vão determinar as condições para que o objeto apareça e se relacione com outros objetos, afinal, como afirma Foucault (1997, p. 51) “não se pode falar de qualquer coisa em qualquer época”. O objeto, portanto, existe apenas sob condições de um conjunto complexo de relações estabelecidas “entre instituições, processos econômicos e sociais, formas de comportamentos, sistemas de normas, técnicas, tipos de classificação, modos de caracterização”. E são essas relações que determinam o objeto, o que significa que ele não pré-existe a elas, mas se constrói/delimita no interior de suas tramas.

Também sobre a relação entre aquilo que é dito e as condições sociais nas quais o dito é dito, Steinberger (2005) afirma, como vimos anteriormente, que a própria seleção do que narrar, ou seja, do que noticiar, já revela uma marca da visão de mundo dos sujeitos do discurso. Daí o nosso interesse em analisar três revistas nacionais de cunho informativo: *Veja*, *Isto É* e *Carta Capital*, com o propósito de nelas observar em que pontos as representações dos confrontos entre traficantes e policiais na cidade do Rio de Janeiro confluem e em que pontos divergem. Em outras palavras: como esses três diferentes órgãos de comunicação midiática constroem – discursivamente – o “objeto” criminalidade. Trazendo essas questões para o âmbito da AD, pretendemos identificar as formações discursivas e ideológicas que subjazem ao discurso sobre o problema da criminalidade na atualidade.

Desse modo, considerando que nenhum dizer esgota o objeto, ao abordar, neste trabalho, a questão da construção das narrativas midiáticas, buscaremos observar quais aspectos dos fatos sociais foram destacados e em quais formações discursivas e ideológicas os sujeitos se inscreveram para produzir essas narrativas.

Na tentativa de responder a esses questionamentos, voltaremos nosso olhar, portanto, não só para a investigação da superfície textual, como também para a análise da estrutura social e histórica na qual o sujeito produtor do discurso se insere

e, conseqüentemente, para as estruturas ideológicas que subjazem a suas práticas discursivas.

Concordamos, pois, com Steinberger (2005, p. 67) quando afirma que, na análise do discurso midiático, “o alvo principal é a desautomatização das leituras que fazemos dos acontecimentos e a própria compreensão sobre as práticas sociais ‘onde’ e ‘como’ tais leituras são produzidas em sociedade”.

Desse modo, na produção discursiva, guiado por condições sociais, históricas e ideológicas específicas, o sujeito opera escolhas no âmbito do material a ser narrado, assim como no âmbito das estruturas linguísticas a serem utilizadas na transformação da realidade social em prática discursiva, ainda que não se possa afirmar que essa escolha seja consciente. O sujeito não é capaz, portanto, de se localizar completamente fora da ideologia e das crenças partilhadas pelo grupo social (ou grupos sociais) do qual faz parte, sendo esse sistema de crenças e valores, em grande parte, responsável pelos enunciados que produz.

Relacionando-se ao discurso midiático e a seus modos de transformação da realidade social em prática discursiva, a atividade de análise preocupa-se com a construção imaginária desse espaço de acordo com determinadas estruturas de poder social legitimado, já que a escrita midiática da realidade social é

[...] responsável por sua constituição através das categorias que se escolha usar e das expressões selecionadas dentro de um repertório social legitimado. A informação jornalística é gerada no âmbito de sistemas de conhecimento (sistemas de referência), em contextos históricos e geográficos de relações de poder que interferem sobre modos institucionalizados de ver e ordenar espaços (STEINBERGER, 2005, p. 190).

Nesse sentido, o campo midiático seria constituído, segundo essa autora, por uma relação de forças na disputa por formas hegemônicas de representar a realidade, sendo a questão do acesso restrito ao discurso midiático uma das principais vias de exclusão de dizeres numa relação em que, como já foi dito, somente aqueles grupos com acesso privilegiado ao sistema midiático teriam possibilidade de voz dentro

desse sistema, ficando os excluídos da mídia sujeitos a toda sorte de representações.

Como também já foi destacado, a questão do acesso ao discurso midiático pode ser compreendida pelos princípios de exclusão externos, propostos por Foucault (1996): interdição, rejeição e vontade de verdade, que determinam quem pode falar o quê nos limites de uma ordem do discurso dada. Nossa questão, na condição de analista do discurso é, exatamente, desvendar as restrições impostas por essa ordem e verificar a que interesses sociais, ideológicos e de poder ela atende. Ou ainda, conforme propõe Maingueneau (2007), compreender como os próprios limites das formações discursivas são fluidos em relação ao seu exterior e quais são os efeitos de sentido trazidos pelo discurso *Outro*<sup>12</sup> para o discurso reconhecido como verdadeiro.

Ao se considerar, portanto, a relação do acesso ao discurso midiático como discurso do poder, percebe-se, conforme Campos (2006), uma acentuação do papel do discurso e a sua importância para o exercício e a manutenção do poder, uma vez que o acesso aos recursos de poder, como controle social das representações em jogo, não é igual para todos os membros da comunidade: há grupos que têm acesso privilegiado a esses recursos, o que lhes garante não só o exercício, mas também a manutenção do poder.

Nesses termos, o controle dos significados da comunicação de massa é uma das condições cruciais do poder social na sociedade da informação. Além das condições econômicas ou sociais do poder, os grupos sociais podem ser classificados como mais ou menos poderosos de acordo com seu acesso passivo ou ativo às várias formas de discurso público ou influente.

A questão do acesso ao discurso midiático passa ainda por outros importantes filtros, que estariam ligados, segundo Thompson (1998), ao domínio do controle técnico dos meios de produção de notícias, como vimos na seção anterior, e, conforme Maingueneau (2008a), ao domínio de um conjunto de competências que

---

<sup>12</sup> Seguimos aqui a proposta do autor de grafar o termo *Outro* com inicial maiúscula (cf. MAINGUENEAU, 1997; 2007). Isso será feito sempre que nos referirmos a seus trabalhos.

permitem aos sujeitos transitarem nas malhas de determinado gênero: a competência genérica (o conhecimento de como se comportar como convém ao gênero de discurso em questão); a competência linguística (o domínio da língua); a competência enciclopédica (os conhecimentos que temos sobre o mundo). Para esse autor, tais competências estariam envolvidas tanto na produção quanto na recepção dos textos que circulam na sociedade. Ou seja, tanto para produzir um determinado texto quanto para ser capaz de interpretá-lo, o sujeito precisa ter o domínio dessas competências.

Entretanto, ao discutir a questão da competência genérica, Maingueneau (2008a, p. 44) afirma que a participação em um gênero de discurso não é igualitária para todos os indivíduos de uma sociedade. A maior parte de seus membros é capaz de produzir enunciados em alguns gêneros – por exemplo, participar de um diálogo com um desconhecido na rua –, mas nem todos dominam a escrita de uma dissertação filosófica.

Nesse sentido, ao participar de um determinado gênero de discurso, os indivíduos desempenham diferentes papéis. E isso fica patente em relação ao discurso midiático. Nem todos os leitores de notícias ou os sujeitos nelas representados têm acesso à sua [das notícias] produção. Não só pelos fatores acima mencionados – os quais definimos, conforme Foucault (1996), como princípios de exclusão externos –, mas também pelo domínio ou não das restrições impostas pela própria competência genérica necessária à produção de notícias.

Propor, pois, adotar os pressupostos teórico-metodológicos da análise do discurso na interpretação dos textos que circulam em nossa sociedade – no caso do trabalho em pauta, as reportagens midiáticas impressas – significa desvendar como essas relações entre o material a ser analisado e a conjuntura social que o engendrou procuram construir sentidos para o mundo e, mais ainda, legitimar esses sentidos construídos em relação a outros possíveis.

## 2 DELINEAMENTOS TEÓRICOS

No capítulo anterior, ao reconhecer a importância da mídia enquanto produtora e distribuidora de material simbólico na sociedade atual, propusemos a adoção da AD como teoria relevante para a investigação dos discursos postos em circulação nos textos midiáticos.

Neste capítulo, cabe-nos desenvolver e esclarecer os princípios teóricos, marcados pelas pesquisas em AD – tanto as compreendidas no âmbito das “tendências atuais” quanto no da “escola francesa de análise do discurso” –, como já explicamos (vide notas 6 e 7)<sup>13</sup>. De acordo com Maingueneau (1997, p. 20), os trabalhos em AD partilham a visão de que a língua não é simples suporte para a transmissão de informações, mas sim que sua utilização permite construir e modificar as relações entre os interlocutores, seus enunciados e seus referentes. Nesse sentido, entendemos que tais trabalhos relacionam-se por meio de pressupostos teóricos que permitem conjugá-los em torno de uma concepção de língua atravessada pelos embates sociais e ideológicos presentes nas condições históricas nas quais os discursos se originam.

### 2.1 Alguns pressupostos teóricos fundamentais da AD

O presente trabalho vincula-se a uma abordagem que tem por objetivo examinar as relações entre as práticas discursivas e o meio histórico-social no qual se originam. Desse modo, diferentemente das vertentes que tomam a língua seja como um reflexo transparente da realidade, seja como uma representação objetiva do

---

<sup>13</sup> Nesse sentido, não nos preocuparemos em traçar limites rígidos entre uma abordagem e outra – se é que isso é possível –, concentrando-nos na exploração das noções que servirão de base para o “desvelamento” de nosso objeto de estudo. É importante esclarecer ainda que não assumiremos aqui o viés do inconsciente postulado pela escola francesa (exclusão também feita por Maingueneau). Isso porque trabalhar por esse viés exigiria de nós um conhecimento profundo de psicanálise (Lacan, sobretudo) de que não dispomos. Restringimo-nos, portanto, à abordagem ideológica do *corpus*, como se verá, tocando, em alguns momentos, na questão do inconsciente, mas de forma bastante superficial.

pensamento, a AD considera que toda prática de linguagem vem atravessada pelas relações sociais nas quais se situa, sendo, pois, a língua um objeto fundamentalmente opaco.

Desse modo, podemos retomar uma afirmação clássica de Bakhtin/Voloshinov (1995, p. 32) de que o signo remete sempre para uma realidade exterior, refletindo-a e refratando-a:

Um signo não existe apenas como parte de uma realidade; ele também reflete e refrata uma outra. Ele pode distorcer essa realidade, ser-lhe fiel, ou apreendê-la de um ponto de vista específico, etc. Todo signo está sujeito aos critérios de avaliação ideológica (isto é: se é verdadeiro, falso, correto, justificado, bom, etc.).

Localizando-se em um quadro que reafirma essa postura teórica, os trabalhos em AD procuram compreender como os textos expressam e reproduzem as relações sociais e as visões de mundo dos sujeitos discursivos, considerando as condições de produção desses textos, tomados como manifestações – ou materializações – do discurso<sup>14</sup>. Nesse sentido, as condições de produção referem-se ao conjunto dos elementos que estão envolvidos na produção discursiva (como o “jogo de imagens” que nela se instaura: a imagem que o enunciador tem de si, a que tem do outro, a imagem do referente etc.), sendo que o elemento dominante pode variar de caso a caso.

Segundo Possenti (2007), o texto não constitui uma unidade de análise se não associarmos texto e contexto. A relevância do texto para a AD decorre do fato de que cada texto é parte de um arquivo, podendo ser tomado como uma superfície discursiva, como uma manifestação de um processo discursivo específico. Um texto faz sentido não somente por sua relação com o contexto, ou em decorrência de conhecimentos do leitor, mas também porque põe em cena uma ou mais formações discursivas, que, por sua vez, se inserem em uma memória discursiva, atravessada pelo interdiscurso. Todo texto significa, pois, em relação às suas condições de produção e ao interdiscurso.

---

<sup>14</sup> O discurso é aqui entendido como o lugar em que se imbricam o linguístico e o ideológico. Trata-se, segundo Orlandi (1987), de uma prática social que tem, portanto, uma regularidade, não sendo nem geral como a língua, nem individual como a fala.



Nessa mesma vertente, Orlandi (2009) ressalta que o texto é a unidade de análise que permite ao analista ter acesso ao discurso. A passagem da superfície linguística ao processo discursivo se dá por meio da passagem do textual ao discursivo esclarecendo as relações deste com as FDs e destas com as Fls. Para tanto, o analista deve remeter o texto a suas condições de produção que, por sua vez, envolvem os sujeitos, a situação e também a memória (interdiscurso).

Inspirada em Pêcheux, De Nardi (2003, p. 77) afirma que, em oposição ao intradiscurso, o interdiscurso “representa uma dimensão não-linear do dizer [...], sua verticalidade fazendo-nos ingressar no campo do pré-construído, do já dito para o qual o sujeito se volta ao identificar-se com a FD a partir da qual constituirá o seu discurso”. O olhar volta-se, então, para a rede das FDs em que o discurso em questão se insere, sendo importante lembrar que esse retorno não é uma mera reprodução, mas antes a ressignificação do já dito que “apontará tanto para o sentido já-posto, quanto para novas possibilidades de produção de sentidos”. Já em relação ao intradiscurso, a mesma autora o define como o “efeito do interdiscurso sobre si mesmo”. O intradiscurso é, pois, “o fio do discurso, a dimensão horizontal, linear do dizer que nos possibilita entender o que aquele que enuncia efetivamente diz em relação ao que disse antes e acabará por dizer depois”. Refere-se, pois, ao “funcionamento do discurso em relação a si mesmo.”

Enquanto o intradiscurso está relacionado à dimensão linear do discurso, aquilo que efetivamente é dito, o interdiscurso relaciona-se à memória, àquilo que fala antes, em outro lugar. Para Orlandi (2009, p. 31), a memória discursiva é, portanto,

[...] o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada.

Nessa mesma vertente, De Nardi (2003, p. 79) destaca que a memória discursiva se constitui em uma virtualidade de significações, representando os “resquícios da história real ou fictícia, com a qual os sujeitos se relacionam por meio de uma relação imaginária (re)atualizando-os em seu discurso.” Para a autora, a memória

reside na tensão entre o esquecimento e a retomada. Assim, não há sujeito sem memória, da mesma forma que não há discurso que dela possa fugir, já que os sentidos só se fazem possíveis na relação com a memória:

O que ocorre é que há sempre uma memória trabalhando em nosso dizer, descortinando esquecidos dizeres, fazendo furo na língua, memória com a qual os discursos insistem em brincar de esconde-esconde, ora ocultando-a, ora fazendo com que reapareça [...] uma intrincada relação que une língua, memória e discurso (DE NARDI, 2003, p. 66).

O discurso é, pois, sempre dominado pela memória de outros discursos. Nesse sentido, Maingueneau (2008b, p. 325) destaca que a análise dos sentidos produzidos no interior de uma FD deve considerar que essa FD é tomada por uma dupla memória. Uma *memória externa*, que reflete a filiação interdiscursiva da FD com as FDs que lhe são anteriores, e uma *memória interna*, que trata da convivência no âmbito do intradiscorso entre os enunciados atuais e aqueles produzidos anteriormente no interior da própria FD.

Abordando, também, a noção do sentido discursivo, Brandão (1993) ressalta que a significação discursiva é formada por meio da inter-relação entre dois espaços de produção de sentido – externo e interno – que, por sua vez, inter-relacionam-se em dois espaços enunciativos – de produção e de interpretação – com interposição de uma avaliação, sendo que ambas se articulam, ao mesmo tempo, uma sobre a outra.

A autora destaca a questão do papel das formações discursivas que possibilitariam a determinação dos elementos que compõem o discurso, a saber: os objetos que aparecem, coexistem e se transformam em um “espaço comum” discursivo; os diferentes tipos de enunciação que podem permear o discurso; os conceitos em suas formas de aparecimento e transformação em um campo discursivo, relacionados em um sistema comum; os temas e teorias, isto é, o sistema de muitas estratégias capazes de dar conta de uma formação discursiva, permitindo ou excluindo certos temas ou teorias em favor de outros. Essas regras de formação discursiva sempre põem adiante um sistema de relações entre objetos, tipos enunciativos, conceitos e estratégias. Para ela, o discurso se define, portanto, como um sistema de estratégias das quais o locutor se utiliza para transmitir o enunciado.

Permitindo ou excluindo certos temas ou teorias de seu discurso, o sujeito busca, pois, apagar as contradições e as formas de conhecimento que negam o seu dizer, conferindo-lhe unicidade.

No entender de Maingueneau (2007), porém, essa unicidade é apenas aparente, já que as FDs não podem ser tomadas como blocos homogêneos e fechados que controlam os sentidos; ao contrário, elas são heterogêneas e fluidas em suas fronteiras. O autor, aliás, defende a primazia do interdiscurso sobre o (intra)discurso, questão que será retomada mais adiante.

No que tange às formações discursivas, um dos postulados defendidos por Maingueneau (1997; 2007) e que vai influenciar profundamente os pressupostos teóricos de seu trabalho é o fato de que elas não possuem duas dimensões – interior/exterior. Para ele, na verdade, a identidade de uma FD é uma maneira de organizar a relação com aquilo que se imagina exterior. Em outras palavras: uma FD se define na relação com outras FDs e não de forma isolada. O discurso, portanto, seria marcado pela heterogeneidade, que tanto pode ser *mostrada* – ou seja, marcada por meio de índices linguísticos ou tipográficos claros, como é o caso das aspas, das glosas e das paráfrases, por exemplo; e não marcada: discurso indireto livre, ironia etc. – quanto *constitutiva*, aquela que não se apresenta na superfície textual, mas que pode ser definida pela relação com o interdiscurso.

No que diz respeito à heterogeneidade presente nas FDs, De Nardi (2003) afirma estar ela intimamente ligada à recusa de que os processos de interpelação-identificação<sup>15</sup> sejam totais; pelo contrário, o reconhecimento de uma heterogeneidade discursiva atuando no interior do dizer deixa explícito o fato de esses processos viverem ameaçados pelo interdiscurso.

Longe de ser um problema, então, a possibilidade de falha na interpelação ideológica é a responsável [...] por uma reviravolta na consideração do assujeitamento e da noção de FD, totalmente repensada a partir da consideração de que cada sujeito se identifica de forma diferenciada com a

---

<sup>15</sup> Segundo Pêcheux (1975) o processo de interpelação é responsável pela transformação do indivíduo em sujeito do discurso por meio da identificação desse sujeito com a formação discursiva que o domina. Assim, não há discurso sem sujeito, nem sujeito sem ideologia, já que cada FD corresponde a uma formação ideológica específica.

forma-sujeito de uma formação discursiva, o que leva à instauração de diferentes posições de sujeito dentro de uma mesma FD, essas representando, por sua vez, níveis diferenciados de identificação com um dito-discurso (DE NARDI, 2003, p. 75).

Como sugere tal citação, é por meio do primado do interdiscurso, como possibilidade de falha na interpelação ideológica, que a autora discute a resignificação do assujeitamento total do sujeito à formação discursiva que o domina, já que, como nos revelam suas palavras, a identificação de cada sujeito com a forma-sujeito da FD obedece a diferentes níveis.

Ao abordar a relação heterogênea entre as diferentes formações discursivas, Orlandi (1993) ressalta que não há coincidência entre a ordem do discurso e a ordem das coisas, já que uma mesma coisa pode ter diferentes sentidos para o sujeito. Falar em efeitos de sentido é, pois, segundo a autora “aceitar que se está sempre no jogo, na relação das diferentes formações discursivas, na relação entre diferentes sentidos” (op. cit., p. 21). Resulta daí, segundo Orlandi, a necessidade de se considerar o equívoco, o sentido outro, o sem sentido, o investimento em um sentido e, portanto, também o silêncio. A autora destaca que há duas categorizações possíveis das formas de silêncio: o silêncio fundador e a política do silêncio:

A primeira nos indica que todo processo de significação traz uma relação necessária ao silêncio; a segunda diz que – como o sentido é sempre produzido de um lugar, a partir de uma posição do sujeito – ao dizer, ele estará, necessariamente, não dizendo “outros” sentidos. Isto produz um recorte necessário no sentido. Dizer e silenciar andam juntos (ORLANDI, 1993, p.55).

A política do silêncio se relaciona ao fato de que, ao dizer algo, apagamos os outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, de acordo com a situação discursiva, produzindo um recorte entre aquilo que se diz e aquilo que não se diz, mas que poderia ter sido dito. Distinguem-se duas subdivisões: o *silêncio constitutivo*, que dá conta do fato de que todo dizer cala algum sentido; e o *silêncio local*, a censura. Já o silêncio fundador, enquanto condição do sentido, não estabelece nenhuma divisão, “ele significa em (por) si mesmo” (ORLANDI, 1993, p. 75).

O silêncio não é, portanto, a ausência de palavras, mas a impossibilidade de sustentar outro discurso. Assim, “em condições dadas, fala-se para não dizer (ou

não permitir que se digam) coisas que podem causar rupturas significativas na relação de sentidos. As palavras vêm carregadas de silêncio(s)” (ORLANDI, 1993, p. 105).

A questão do silêncio mostra-se interessante por marcar, entre outros aspectos, a relação das FDs com aquelas que lhes são antagônicas. Assim, ao assumir uma determinada posição sócio-histórica para dizer o que diz, o sujeito diz na tentativa de apagar/silenciar tudo aquilo que só poderia ser dito de outra posição. Contudo, esse apagamento/silenciamento se dá apenas no nível da aparência, o sujeito, ao não dizer outros sentidos possíveis, tenta apagar a heterogeneidade presente em seu dizer. Entretanto, ao nos filarmos a uma vertente da AD que defende o primado do interdiscurso, percebemos que os limites que separam as FDs são muito tênues e, portanto, incapazes de calar o discurso Outro. Vejamos, pois, como isso se dá.

Em capítulo intitulado “Análise do Discurso”, Mussalim (*in*: MUSSALIM; BENTES, 2006) traça um panorama dos estudos da AD de origem francesa (ou “escola francesa de análise do discurso”, na acepção de Maingueneau), marcado por três fases distintas: AD-1, AD-2 e AD-3. Para a autora, as investigações da AD-1 voltam-se para os “discursos mais ‘estabilizados’” e menos polêmicos, remetendo-os à noção de máquina discursiva, enquanto

uma estrutura (condições de produção estáveis) responsável pela geração de um processo discursivo [...] a partir de um conjunto de argumentos e operadores responsáveis pela construção e transformação das proposições, concebidas como princípios semânticos que definem, delimitam um discurso (p. 118).

Já na AD-2, segundo a autora, a noção de máquina estrutural fechada começa a se desfazer, mediante a adoção do conceito de formação discursiva de Foulcault. Nesse quadro, a FD deixa de ser uma máquina discursiva e passa a ser compreendida como um espaço atravessado por outras FDs, colocando em xeque a noção de unidade no interior da FD. Entretanto, com relação aos procedimentos de análise, a AD-2 não revela grandes inovações, limitando-se essas a seu objeto: discursos menos “estabilizados”:

Na AD-2, o “outro” - outra(s) FD(s) - é incorporado pela FD em questão, que mantém, mesmo sendo atravessada por outros discursos, uma identidade. É possível, através de uma análise discursiva, determinar, no interior da dispersão, o que pertence a uma ou à(s) outra(s) FD(s) (MUSSALIM, 2006, p. 120).

Finalmente, na AD-3, ligada às pesquisas mais recentes em análise do discurso, percebe-se, segundo Mussalim, um deslocamento no que diz respeito à relação entre as FDs, deslocamento esse marcado pelo primado do interdiscurso. De modo diverso da AD-1, “que concebe a relação entre os discursos como sendo uma relação entre ‘máquinas’ discursivas justapostas”, autônomas e fechadas sobre si mesmas, mas também diferente da AD-2, “que considera a existência de FDs constituídas independentemente umas das outras para depois serem postas em relação”, a AD-3 inscreve-se na perspectiva teórica “segundo a qual os diversos discursos que atravessam uma FD não se constituem independentemente uns dos outros [...] mas se formam de maneira regulada no interior do interdiscurso.” (op. cit., p. 120). Como já foi dito, as FDs não possuem um espaço interno e outro externo, pois a própria identidade de uma FD é marcada pelas relações que ela mantém com as outras FDs, já que toda FD é marcada por filiações a FDs anteriores (memória externa).

Maingueneau (2007), ao defender o primado do interdiscurso, destaca que todo discurso é marcado por uma heterogeneidade constitutiva que dá conta da relação do Mesmo do discurso com seu Outro. Para o autor, portanto, reconhecer

[...] o primado do interdiscurso é incitar a construir um sistema no qual a definição da rede semântica que circunscreve a especificidade de um discurso coincide com a definição das relações desse discurso com seu Outro (MAINGUENEAU, 2007, p. 38).

Apesar de a relação do discurso com seu Outro ser constitutiva, ou seja, a heterogeneidade está na própria gênese do discurso, os enunciadores discursivos, ao se inscreverem em uma FD específica para dizer o que dizem, não admitem essa relação interdiscursiva entre os discursos; ao contrário, reivindicam a autonomia de seu discurso. Nessa concepção, o outro seria o interdito do discurso, já que “a formação discursiva, ao delimitar a zona do dizível legítimo, atribuiria por isso

mesmo ao outro a zona do interdito, do dizível errado” (MAINGUENEAU, 2007, p. 39).

Com o propósito de compreender como as relações interdiscursivas se estabelecem no interior das FDs, Maingueneau (2007) propõe três noções complementares que procuram dar conta da própria noção de interdiscurso, termo vago e pouco operatório na concepção do autor. Trata-se da tríade: universo discursivo, campo discursivo e espaço discursivo.

O universo discursivo corresponderia ao “conjunto de formações discursivas de todos os tipos que coexistem, ou melhor, interagem em uma conjuntura” (MAINGUENEAU, 1997, p. 116). Apesar de finito, o universo discursivo é de difícil delimitação, sendo de pouca utilidade para o analista. Deve, pois, ser considerado apenas como o horizonte a partir do qual os campos discursivos podem ser estudados.

Os campos discursivos, por sua vez, são o “conjunto de formações discursivas que se encontram em concorrência, em sentido amplo, e se delimitam, pois, por uma posição enunciativa em uma dada região” (op. cit., p. 116). É no interior do campo discursivo<sup>16</sup> que o discurso se constitui em termos das FDs existentes. Essas relações, entretanto, não são dadas *a priori*, pois os discursos dentro de um mesmo campo não se constituem da mesma forma. Cabe, pois, ao analista recortar, no interior do campo, espaços discursivos, ou seja, subconjuntos do campo discursivo, ligando pelo menos duas formações discursivas que ele julga manter relações cruciais para a compreensão dos discursos considerados. O recorte realizado no interior do campo discursivo, delimitando os espaços discursivos é, portanto, segundo Maingueneau, uma decisão do analista em função de seus objetivos.

Ao problematizar o conceito de interdiscurso, Maingueneau o torna mais funcional, permitindo ao analista, dentro de um campo discursivo dado, no caso do nosso

---

<sup>16</sup> Segundo Maingueneau (1997, p. 116-117) o recorte dos campos discursivos “deve decorrer de hipóteses explícitas e não de uma partição espontânea do universo discursivo”. Logo, apesar de a tradição ter-nos legado um certo número de etiquetas (campo discursivo religioso, político, literário, etc.), elas são, no entender do autor, “grades extremamente grosseiras, de pouco interesse para a AD, que é obrigada a considerar múltiplos parâmetros para construir campos pertinentes”.

trabalho, o campo midiático (relacionado aos confrontos entre policiais e traficantes de drogas no Rio de Janeiro), fazer recortes no sentido de definir um – ou mais – espaço(s) discursivo(s) como objeto de análise. É claro que o(s) recorte(s) feito(s) é(são) puramente metodológico(s), não excluindo o diálogo com o campo e o universo discursivo no processo de compreensão das relações estabelecidas no/pelo *corpus*.

Outro ponto interessante abordado por Maingueneau e que nos interessa diretamente neste trabalho é o fato de o campo discursivo não pré-determinar o modo como as formações discursivas se inter-relacionam na constituição dos discursos no interior desse campo. Considerando o *corpus*<sup>17</sup> que pretendemos analisar – reportagens publicadas nas revistas *Veja*, *Isto É* e *Carta Capital* – podemos nos perguntar: quais são as formações discursivas postas em jogo por esses órgãos midiáticos na construção das reportagens em foco? Que relações essas FDs mantêm: de aliança, de indiferença, de antagonismo etc.? E como essas FDs põem em cena a(s) formação(ões) ideológica(s) que subjaz(em) às práticas discursivas, revelando os posicionamentos assumidos pelos sujeitos?

Afinal, se como destaca Maingueneau (1997, p. 120), os discursos nascem “de um trabalho sobre outros discursos”, o papel do analista é justamente compreender como esse trabalho do discurso sobre seu Outro se realiza, buscando, tanto no nível intradiscursivo como no nível interdiscursivo, as marcas das relações entre o discurso e seu avesso. Aliás, ao criticar as metodologias de análise que privilegiam ora o estudo da estrutura profunda dos textos, ora sua superfície, o autor defende a impossibilidade de se realizar um trabalho de análise completo sem que se articule a formação discursiva (enquanto sistema de restrições semânticas) com a superfície textual (conjunto de enunciados produzidos de acordo com esse sistema).

Ao se considerar, portanto, a questão da produção do sentido no interior de uma formação discursiva, dadas as restrições semânticas que semelhante FD tenta impor às práticas discursivas, a preocupação do analista deve voltar-se para as formas

---

<sup>17</sup> Consideramos aqui, conforme Orlandi (2009, p. 63), que o *corpus* é uma construção do analista de acordo com seus objetivos de análise, considerando o texto enquanto uma “unidade que o analista tem diante de si e da qual ele parte” para chegar às FDs e às FIs.



como o discurso tenta apagar seu Outro no interior da prática discursiva, buscando o monologismo aparente pela tradução do discurso antagônico, conforme as regras da “boa formação discursiva”. Se essa relação encontra-se presente em qualquer processo de constituição do sentido, é, com certeza, no interior de práticas discursivas que envolvem relações de conflito social – como é o caso do *corpus* que pretendemos analisar – que ela se mostra de forma mais contundente. Lembremos que o discurso sobre a violência urbana é marcado pelo seu caráter polêmico.

Esse controle do sentido no interior das FDs só é possível, segundo Maingueneau (2007), em função do trabalho de uma semântica global que opera no interior dessas FDs. Nesses termos, o discurso deve ser estudado relacionando-se o sistema de restrições da “boa formação semântica (a formação discursiva) ao conjunto de enunciados produzidos de acordo com esse sistema (a superfície discursiva)”.

Esse sistema de restrições globais restringe simultaneamente – e não um a um – todos os planos discursivos: o vocabulário, os temas, a intertextualidade, as instâncias de enunciação, os modos de enunciação etc. Assim, em qualquer processo completo de análise, há de se levar em consideração esse conjunto de restrições, analisando a construção do sentido de forma global.

O autor não defende com isso que o trabalho de análise deva se voltar para a investigação de todos os planos discursivos, pois escolhas metodológicas devem ser feitas de acordo com o *corpus* que o analista tem em mãos e com os objetivos propostos. Assim, no caso do presente trabalho, a questão a ser levantada é como a semântica global procura restringir a construção das narrativas midiáticas e as vozes dos sujeitos sociais que compõem essas narrativas, atendendo às limitações impostas pela(s) formação(ões) discursiva(s) posta(s) em jogo. Nesse caso, privilegiaremos, em cada texto, os planos que se mostrarem mais relevantes para a construção do sentido.

O sistema de restrições que controla aquilo que pode ser dito e o que não pode ser dito no interior de uma FD só funciona porque os enunciadores são dotados de uma competência interdiscursiva que está relacionada à capacidade de produzir e

interpretar “enunciados que resultam de sua própria formação discursiva e, correlativamente, permitem identificar como incompatíveis com ela os enunciados das formações discursivas antagônicas” (MAINGUENEAU, 2007, p. 23).

Isso gera, segundo o autor, uma dupla *interincompreensão* entre discursos, em que “não há dissociação entre o fato de enunciar em conformidade com as regras de sua própria formação discursiva e de ‘não compreender’ o sentido dos enunciados do Outro; são duas facetas do mesmo fenômeno” (op. cit. p. 103). O que ocorre, então, segundo Lara (2008, p. 115), é que cada discurso interpreta os enunciados de seu outro – ou do simulacro que dele constrói – através da sua própria “grelha semântica”. Tenderá, pois, a “traduzir” esses enunciados nas categorias do registro negativo de seu próprio sistema, mostrando-se, dessa forma, a “tradução” como um mecanismo necessário e regular, ligado à própria constituição das FDs. Maingueneau (2007, p. 103) propõe chamar de *discurso-agente* aquele que se encontra em posição de tradutor e de *discurso-paciente* o que é assim traduzido, lembrando que, por definição, é em proveito do primeiro que se exerce a atividade de tradução.

Desse modo, uma FD não define somente um universo de sentido próprio, mas também o modo como coexiste com outros discursos, seja aceitando a pluralidade, seja reivindicando o monopólio da legitimidade. Aplicada ao nosso objeto de estudo, essa afirmação pode nos trazer respostas sobre como se dá o agenciamento das relações das FDs que atravessam o discurso midiático (relações harmônicas, polêmicas, de neutralidade aparente, de indiferença), permitindo o estabelecimento de um ou mais espaços discursivos que tanto a análise da heterogeneidade constitutiva quanto a da heterogeneidade mostrada/marcada pode nos revelar. Buscaremos ainda, se for o caso, apontar manifestações do fenômeno da *interincompreensão* descrito acima.

Finalmente, ainda na obra – *Gênese dos discursos* –, afirmando que a “escola francesa de análise do discurso” deixou praticamente morta a discussão acerca da relação entre discurso e ideologia, Maingueneau (2007, p. 169) reconhece a carência, em seu projeto, “de uma teoria de conjunto sobre a inscrição sócio-

histórica dos discursos”. Entretanto, para o autor, o fato de postular o primado do interdiscurso seria uma tentativa de resolver o problema da relação do discurso com seu exterior, “já que não se está mais diante de objetos fechados e compactos, mas de um espaço de circulação semântica articulado sobre uma descontinuidade fundadora” (op. cit. p. 171). Ressalta ainda que, mesmo que “a análise do espaço discursivo não vá além de um estudo imanente, a estrutura de seu objeto exige sua ultrapassagem.” E essa ultrapassagem só se faz possível se se considerar o trabalho das hipóteses por ele levantadas na relação intradiscurso/interdiscurso.

## 2.2 Discurso e ideologia

Como vimos na seção anterior, ao abordar a questão do papel das formações discursivas e da interdiscursividade na gênese dos discursos, Maingueneau não discute a questão da ideologia. Pelo contrário, o autor afirma não ser seu objetivo abordar tal questão. Compreendemos, entretanto, ser essencial para a compreensão dos sentidos que circulam nos discursos a reflexão em torno da relação entre estes e a ideologia. Afinal, como explicar as influências que as formações discursivas exercem sobre o discurso, senão pelo viés das formações ideológicas? Assim, percebemos, que, em *Gênese dos Discursos*, embora mencione sua preocupação com a ideologia, Maingueneau (2007) não chega a desenvolver tal preocupação. Vejamos.

Com o objetivo de postular a necessidade de se considerar a semântica global do discurso como determinante das relações de sentido engendradas em seu interior, o autor apresenta uma crítica às teorias que se deixaram influenciar pela proposta de ideologia de Althusser:

Adotou-se o hábito, em particular entre os althusserianos, de conceber as ideologias como ‘sistemas de representações’, mas isso é frequentemente uma concessão à moda e não se pergunta nunca em que consiste precisamente este “sistema”. Qualquer leitor ou ouvinte um pouco atento percebe muito bem que a identidade de um discurso não é somente uma questão de vocabulário ou de sentenças, que ela depende de fato de uma coerência global que integra múltiplas dimensões textuais, mas as análises propostas a esse leitor ou ouvinte nunca tratam disso (MAINGUENEAU, 2007, p. 17-18).

O autor, entretanto, não retorna a essa questão, apenas referindo-se, posteriormente, nessa mesma obra, às formações ideológicas a que as formações discursivas estariam interligadas, sem, entretanto, dizer, com clareza, o que entende por essa noção.

Já em *Novas Tendências em Análise do Discurso* (1997), encontramos a seguinte passagem, inspirada em Debray (1981):

Na perspectiva da AD, aqui ainda pode ser lida uma polarização da reflexão sobre a *eficácia* dos discursos: o sujeito inscreve-se de *maneira indissociável* em processos de organização social e textual. O que nos remete à questão da crença, do *nós*, ou seja, do lugar enunciativo vazio que uma formação discursiva implica: “A dinâmica das ideias práticas, isto é, das crenças sociais, inter-relaciona *afetividade, eficácia e comunidade*: categorias consideradas distintas, disciplinarmente compartimentadas, mas cujo contato desencadeia uma maior consideração da idealidade – ou seja, ‘o efeito da ideologia’.” (MAINGUENEAU, 1997, p. 60; grifos do original).

Com base nas passagens citadas, podemos perceber, em Maingueneau (1997; 2007), conforme já foi dito, uma certa preocupação com as relações entre discurso e ideologia. Entretanto, essa preocupação limita-se ao reconhecimento da existência do ideológico ou à crítica aos trabalhos que se deixaram influenciar pela teoria althusseriana da ideologia sem que o autor mostre como essa relação se estabeleceria de fato, sobretudo no âmbito das análises.

Apesar de Maingueneau não citar especificamente os trabalhos de Michel Pêcheux<sup>18</sup>, não há como não ler as críticas que faz à concepção de ideologia presente em algumas propostas de análise sem fazer remissão à obra pecheuxtiana. Esta, influenciada pela necessidade de se compreender a linguagem enquanto um fenômeno sócio-histórico e, portanto, ideológico, procura unir a concepção de formação discursiva de Foucault e a compreensão de ideologia de Althusser para criticar a noção de transparência do sentido defendida pela semântica.

Para Pêcheux (1975, p. 72), todo processo discursivo se insere numa relação ideológica de classes, o que equivale a dizer que o discurso é marcado pelo conflito inerente à luta de classes. Ao afirmar isso, o autor busca a criação do que ele

---

<sup>18</sup> Lembramos que a análise do discurso de Michel Pêcheux é aquela que se costuma designar como “Escola francesa de análise do discurso”, corrente que teve seu apogeu nas décadas de 1960 e 1970.

próprio define como “teoria materialista do discurso”, teoria essa que vai de encontro a dois processos de compreensão da linguagem: a filosofia da subjetividade (que delega ao sujeito a responsabilidade pelo sentido) e o objetivismo de Saussure (que, ao opor em seus estudos a língua – enquanto sistema – e a fala – enquanto instância individual/subjetiva –, exclui essa última de suas preocupações teóricas).

Criticando esse reconhecimento de uma subjetividade particular, inerente ao indivíduo, Pêcheux (1975, p. 131) afirma que o primeiro efeito da ideologia seria justamente o de fazer a subjetividade aparecer “como fonte, origem, ponto de partida ou ponto de aplicação” do sentido. Assim, o efeito ideológico elementar da evidência do sujeito consiste num apagamento necessário que oculta o fato de que o sujeito resulta de um processo.

De outro lado, citando Althusser, o autor destaca que outro efeito da ideologia que não nos permite perceber a inscrição dos processos históricos, materiais da luta de classes no discurso, seria a crença na evidência do sentido, que faz com que acreditemos que uma palavra designe uma coisa, possua um significado, o que mascara, sob a pretensa transparência da linguagem, aquilo que Pêcheux (1975) chama de “caráter material do sentido das palavras e dos enunciados”, que não é dependente de nenhuma subjetividade/objetividade, mas do “todo complexo das formações ideológicas”. Dessa forma, para Pêcheux, todos os discursos são afetados pelo “jogo dos efeitos ideológicos”, influenciados pelas práticas sociais.

Nesses termos, o sentido preexistiria ao sujeito, no interior das formações discursivas, por sua vez, ligadas à(s) formação(ões) ideológica(s). A relação do sujeito com o discurso se daria mediante o processo de interpelação ideológica. Esta seria responsável pela transformação do indivíduo em sujeito do discurso através do processo de identificação ideológica, o que representa, no entanto, um paradoxo, visto que ele é “sempre já sujeito”.

O funcionamento da ideologia como interpelação dos indivíduos em sujeitos “se realiza por meio do complexo das formações ideológicas (e, especificamente, por meio do interdiscurso intrincado nesse complexo) e fornece ‘a cada sujeito’ sua

realidade' enquanto sistema de evidências e significações percebidas-aceitas-experimentadas" (PÊCHEUX, 1975, p. 162). Esse processo de interpelação do indivíduo em sujeito se dá pela identificação com a formação discursiva que o domina.

Essas considerações permitem-nos chegar às duas teses básicas que influenciarão profundamente a teoria pecheuxtiana da análise do discurso:

- A primeira tese determina que o sentido de uma palavra não existe em si mesmo, mas é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras são produzidas, já que elas mudam de sentido de acordo com as posições sustentadas por aqueles que as empregam, em referência às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem. O sentido das palavras, portanto, não preexiste ao momento de sua produção. Cabe, porém, destacar que esse sentido não é subjetivo (no sentido de individual), pois é marcado pela posição histórico-ideológica das formações discursivas nas quais o sujeito se situa. Assim, se uma palavra assume um sentido diferente, de acordo com a formação discursiva em que é empregada, é porque essa palavra não tem um sentido próprio, mas seu sentido se constrói na relação que ela mantém com outras palavras da mesma formação discursiva.
- A segunda tese postula que "toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência do 'todo complexo com dominante' das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas" (PÊCHEUX, 1975, p. 162). Esse todo complexo com dominante seria o interdiscurso e, ao dissimular, na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material do interdiscurso, a formação discursiva estaria procurando apagar o fato de que algo fala sempre antes, em outro lugar.

Dessa forma, segundo o autor, a tomada de posição não é um ato originário do sujeito-falante, mas "o efeito, na forma-sujeito, da determinação do interdiscurso como discurso transversal, isto é, o efeito da 'exterioridade' do real ideológico-

discursivo” (op. cit. p. 172). Como podemos observar, de acordo com a concepção de Pêcheux, não existe nem sujeito nem sentido fora da ideologia, pois ambos se constroem no interior das formações discursivas, que materializam, através da língua/linguagem, as formações ideológicas que lhes são correspondentes.

Se as proposições de Pêcheux marcadas pelo assujeitamento do sujeito ao ideológico, pela forte influência da luta de classes em sua teoria da ideologia – considerando que, com a transformação do panorama econômico, a própria organização da sociedade em classes sociais claramente marcadas não é mais possível – são os principais objetos de críticas à sua teoria do discurso, é necessário ressaltar que o próprio Pêcheux operou reformulações em seu trabalho.

Segundo Gregolin (2004), ao estabelecer as bases epistemológicas de seu novo projeto de análise do discurso, Pêcheux afasta-se das noções althusserianas e se aproxima da “nova história” e dos trabalhos de Foucault e de Bakhtin, com a descentralização da noção de ideologia e a inclusão das noções de memória, heterogeneidade, alteridade, intradiscurso e interdiscurso na análise do discurso.

A leitura da obra *O Discurso: estrutura ou acontecimento* aponta claramente para essa reformulação operada por Pêcheux no interior de seu projeto:

A noção de “formação discursiva” emprestada a Foucault pela análise de discurso derivou muitas vezes para a ideia de uma máquina discursiva de assujeitamento dotada de uma estrutura semiótica interna e por isso mesmo voltada à repetição: no limite essa concepção estrutural da discursividade desembocaria em um apagamento do acontecimento, através de sua absorção em uma sobre-interpretação antecipadora (PÊCHEUX, 2006, p. 56).

O próprio autor resalta, nessa mesma obra, que o discurso não seria, entretanto, um “aerólito miraculoso”, que independe das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais irrompe, mas que

só por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação – reestruturação dessas redes e trajetos [...] na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço [...] (PÊCHEUX, 2006, p. 56).

Percebemos, nessas citações, que Pêcheux procura abandonar a noção de assujeitamento à ideologia, passando a memória, enquanto resquícios da história na materialidade do acontecimento discursivo, a desempenhar um papel essencial na compreensão do evento discursivo. Este não mais enquanto repetição da memória e dos trajetos sociais, mas como acontecimento capaz de desestruturar e reestruturar essa memória e esses trajetos pelo seu caráter constitutivamente heterogêneo, marcado como o próprio autor ressalta, por uma relação conflituosa entre filiação e deslocamento das formações discursivas que põe em jogo.

Essa afirmação, que vai ao encontro dos postulados de Foucault (1997, p. 28), critica a noção de discurso como busca e repetição de uma origem que escaparia a toda determinação histórica ou como interpretação ou busca de um já-dito. Para Foucault, portanto, não se trata de remeter o discurso à sua origem, mas de tratá-lo no jogo de sua instância, de seu aparecimento.

Entendemos, a partir dessas discussões, que não se trata de abandonar o papel das formações discursivas e ideológicas no interior das práticas discursivas, mas compreender, conforme Maingueneau (2007), que os limites que separam as FDs de seu exterior são muito tênues, postulando-se, portanto, o primado do interdiscurso, como já foi dito. Isso implica também relativizar o completo assujeitamento do sujeito, presente nas primeiras formulações de Pêcheux, para propor um sujeito em tensão constante entre o polo individual e o polo social, considerando, com Orlandi (2001, p.189), que “não existe nem um sujeito absolutamente dono de si, nem um sujeito totalmente dominado pelo que lhe vem de fora” (cf. nota 11).

A compreensão do caráter polifônico e dialógico da linguagem, proposto por Bakhtin/Voloshinov (1995), pode nos trazer importantes contribuições para a análise da ideologia. Assim, segundo Ponzio (2008, p. 12) a teoria bakhtiniana da linguagem

busca as condições de possibilidade dentro da história do social que, para além do que faz valer como a “realidade das coisas”, contém potencialidades de desenvolvimento que a memória, a serviço da ordem constituída e do discurso dominante, desejaria esquecer e apagar; as quais, em movimento, se acertam, burlando a identidade, burlando a língua que falamos, burlando os sistemas sígnicos não verbais que usamos, burlando



os gêneros de discurso (da fala cotidiana aos literários) e burlando nosso próprio corpo que, em sua absoluta singularidade, apesar de pertencer a um gênero e apesar da delimitação de seu ser e de seu valor, está conectado de forma indissolúvel e vital com os outros corpos e com o mundo, tanto em sentido sincrônico como diacrônico.

Como podemos perceber a partir da citação de Ponzio, a concepção de Bakhtin da relação dos corpos com a história, com o discurso dominante, os quais a memória procura alimentar, apagando as potencialidades de desenvolvimento e de reestruturação da ordem social, está dentro da noção de discurso, amplamente assinalada pelas relações interdiscursivas, noção que adotamos neste trabalho.

Nesse quadro marcado pelo papel do Outro no discurso do Eu e pela relação dialógica que entrelaça subjetividade e alteridade, Bakhtin/Voloshinov (1995), afirma(m) que a ideologia está diretamente ligada à linguagem, na medida em que toda comunicação verbal implica conflitos socioideológicos e relações de dominação. Nessa perspectiva, a ideologia deve ser tomada como um reflexo das estruturas sociais: todo signo é ideológico, pois remete a algo situado fora de si, a uma realidade exterior, refletindo-a e refratando-a, como vimos anteriormente. O signo faz, assim, incidir sobre essa realidade, índices de valor relacionados com o ponto de vista em relação ao qual o sujeito enxerga essa realidade, ponto de vista esse que traduz o aspecto ideológico da visão de mundo desse sujeito.

Ao afirmar que a ideologia é reflexo das estruturas sociais, não devemos compreender que Bakhtin/Voloshinov (1995) acredita(m) que o papel das ideologias seja simplesmente reproduzir a ordem social. Muito pelo contrário: ao defender(em) que a refração do signo é determinada pela luta de classes<sup>19</sup>, o(s) autor(es) ressalta(m) que “em todo signo ideológico confrontam-se índices de valor contraditórios” (p. 46) os quais a classe dominante quer apagar, com o objetivo de tornar o signo monovalente, de forma a tornar imperceptível sua dialética interna.

---

<sup>19</sup> Se, como destacamos acima, a própria noção de classe social não pode ser mais adotada sem deslocamentos de sentido, dada a própria dissolução da sociedade dividida em classes rigidamente marcadas, propomos adotar em seu lugar o termo “grupos sociais”, mais adequado à situação atual em que, conforme vimos no Capítulo 1, as lutas se dão entre grupos sociais na disputa por formas hegemônicas de representar a realidade.

Nessa perspectiva, Ponzio (2008, p. 120) destaca que o signo ideológico em Bakhtin caracteriza-se justamente por se adaptar a contextos situacionais sempre novos, devido à sua indeterminação semântica e à sua dualidade dialógica. Compreender signos envolve, pois, a participação em processos comunicativos que se realizam em condições sociais, relações de hierarquia, registros, ideologias e perspectivas sempre novos. Esse ponto de vista é corroborado pela seguinte afirmação que trata da relação entre o enunciado e a situação extraverbal:

A relação entre enunciado e situação extraverbal não é de simples reflexão (no sentido de que uma se reflete na outra, de re-espelhamento), de simples representação e reapresentação. A palavra intervém ativamente na situação extraverbal, organizando-a, dando-lhe um sentido, um valor, em certos casos constituindo-a, contribuindo com a ação prática da sua manutenção ou da sua modificação e superação (PONZIO, 2008, p. 282-283).

Desse modo, o processo de refração é determinado no interior do signo ideológico pelo confronto de interesses sociais, que refletem os índices de valor da luta entre os grupos sociais. O signo, portanto, não pode ser separado da situação social, sem que se altere sua natureza semiótica. Nesse campo teórico, a própria consciência seria um fato ideológico: a compreensão não pode manifestar-se senão através do material semiótico, na medida em que a consciência individual “só pode surgir e se afirmar como realidade mediante a encarnação material em signos” (BAKHTIN/VOLOSHINOV, op. cit., p. 33).

Assim, se os signos, como já vimos, são o lugar privilegiado da ideologia, também a consciência individual, ao adquirir forma e existência nos signos, criados por um grupo social no curso das interações sociais, não pode escapar ao trabalho do ideológico. Segundo Faraco (2006), a ideologia para o círculo de Bakhtin está totalmente relacionada ao axiológico, ou seja, a uma dimensão avaliativa, expressa por um posicionamento social valorativo. Assim, o signo ideológico não é a expressão de uma ideia, mas de uma tomada de posição no interior do confronto de interesses sociais.

Nesses termos, a ideologia em Bakhtin indica

as diferentes formas de cultura, os sistemas superestruturais, como a arte, o direito, a religião, a ética, o conhecimento científico etc. (a ideologia oficial), e também os diferentes substratos da consciência individual, desde os que coincidem com a “ideologia oficial” aos da “ideologia não oficial”, aos substratos do inconsciente, do discurso censurado” (PONZIO, 2008, p. 112).

Ao compreender a ideologia enquanto expressão das relações histórico-sociais que “unem” os homens, não se pode entender que *expressão* seja sinônimo de *representação*, mas que também significa organização e regularização dessas relações, numa concepção que, conforme destaca Ponzio (2008, p. 26), mostra-se “especialmente apropriada à realidade atual das ideologias”, na medida em que estas se nos apresentam estratificadas, interconectadas, ambivalentes, unificadas, camufladas, numa convivência recíproca, carente de posição definida. Essa visão pode ser claramente associada ao projeto de análise do discurso defendido neste trabalho, que se mostra amplamente marcado pelas relações interdiscursivas do Um com seu Outro e pelo papel da memória como rede semântica que marca a relação do discurso com a história.

Numa perspectiva discursiva, Brandão (1993, p. 37), inspirada em Pêcheux, destaca que o discurso é “uma das instâncias em que a materialidade ideológica se concretiza, isto é, é um dos aspectos materiais da ‘existência material’ das ideologias.” Nesse sentido, os discursos seriam governados por formações ideológicas que têm como um de seus componentes formações discursivas trabalhando na determinação do que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada.

Essas formações discursivas, conforme vimos discutindo até agora, por seu caráter heterogêneo, refletem em seu interior os efeitos das contradições ideológicas dos grupos sociais, cabendo à AD trabalhar o discurso, “inscrevendo-o na relação da língua com a história, buscando na materialidade linguística as marcas das contradições ideológicas” (BRANDÃO, op. cit., p. 40). Aliás, são essas contradições que o trabalho da ideologia procura mascarar, ao produzir evidências pelo apagamento da interpretação em prol da evidência/transparência do sentido, conforme destaca Orlandi (2009, p. 46):

A evidência do sentido – a que faz com que uma palavra designe uma coisa – apaga o seu caráter material, isto é, faz ver como transparente aquilo que se constitui pela remissão a um conjunto de formações discursivas que funcionam com uma dominante. As palavras recebem seu sentido de formações discursivas em suas relações.

Esse seria um dos efeitos do trabalho da ideologia, conforme vimos, anteriormente, em Pêcheux (1975): a evidência do sentido. O outro efeito do trabalho ideológico é, como também já foi visto, o da evidência do sujeito, que apaga o fato de que o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia.

Nessa concepção, conforme destaca Orlandi (op. cit., p. 48), a ideologia não é ocultação, mas função da relação necessária entre linguagem e mundo, já que “nem linguagem, nem sentido, nem os sujeitos são transparentes: eles têm sua materialidade e se constituem em processos em que a língua, a história e a ideologia concorrem conjuntamente”.

Nesse sentido, qualquer trabalho de análise da ideologia deve se preocupar em trazer à luz essas contradições que a ideologia procura ocultar, explicitando a presença, na materialidade discursiva, do trabalho da memória, da heterogeneidade e da polifonia, do axiológico que a formação discursiva tenta disfarçar sob a ideia da unicidade e da transparência do sentido.

Incluimos ainda nesta discussão a afirmação de Fiorin (2005), com a qual concordamos, de que não há conhecimento neutro, já que ele expressa sempre o ponto de vista de determinada classe/grupo a respeito da realidade<sup>20</sup>. Para o autor, as formações ideológicas estão ligadas à visão de mundo de determinados grupos sociais<sup>21</sup>, podendo ser compreendidas como um conjunto de representações que revela o ponto de vista desses grupos sobre o mundo. Nesses termos, Fiorin (2005, p. 29) destaca que há tantas visões de mundo em uma formação social, quantos forem os grupos que a constituem – o que nos permite falar em formações

---

<sup>20</sup> Não abordaremos aqui a concepção marxista de “falsa consciência” assumida pelo autor quando discorre sobre a questão da ideologia (cf. FIORIN, 2005). Nesse sentido, partilhamos com Orlandi (2009) o ponto de vista de que a ideologia é a própria condição do discurso.

<sup>21</sup> Fiorin (2005) fala em “classes sociais”. Entretanto, como justificamos anteriormente, preferimos o termo “grupos sociais”.

ideológicas, no plural – embora, no seu entender, o ponto de vista dominante seja o da classe socioeconomicamente dominante.

As formações ideológicas, por sua vez, não têm existência desvinculada da linguagem, o que nos permite afirmar que a cada FI específica corresponde uma ou mais FD(s), que materializa(m) uma dada visão de mundo. Para Fiorin (2005), o discurso materializa as representações ideológicas numa relação entre FIs (que impõem aos sujeitos o que pensar) e FDs (que, por sua vez, impõem a eles o que dizer). É, pois, nesse sentido, que o autor destaca que o homem “aprende a ver o mundo pelos discursos que assimila” (FIORIN, 2005, p. 35).

Discutidas as principais noções, no quadro da AD – tanto em sentido amplo (as tendências atuais) quanto em sentido restrito (a escola francesa de análise do discurso) –, que nos servirão de base para a análise do *corpus*, passaremos, no próximo capítulo, à questão da metodologia.

### 3 QUESTÕES METODOLÓGICAS

Devido à própria concepção da AD como projeto teórico-metodológico de análise e interpretação de discursos, parece impossível discorrer sobre pressupostos teóricos, sem tocar na questão da metodologia de análise, o que pôde ser verificado já no capítulo anterior. Entretanto, neste capítulo, dedicaremos um pouco mais de atenção à questão da metodologia, destacando as categorias que adotaremos para a análise do *corpus*, a fim de desvelar nosso objeto de estudo. Desde já, esclarecemos que, ao discutir metodologia, estaremos ainda abordando aspectos teóricos e, mais do que isso, buscando relacioná-los, de forma mais clara, com a presente pesquisa.

#### 3.1 Sobre a metodologia

A AD, de acordo com Orlandi (2009), propõe um dispositivo teórico (princípios gerais), cabendo ao pesquisador construir seu dispositivo analítico, em função de vários fatores: a questão inicial proposta, a natureza do material, a finalidade de análise, disso dependendo o alcance das conclusões.

Nessa perspectiva, dadas as características do gênero de discurso em foco (reportagem) e dos objetivos que nos movem no presente trabalho, iniciaremos nossa análise pela descrição da organização narrativa, buscando observar o agenciamento de personagens e ações, tal como propõem Beaugrande e Colby (vide PALMER, 1999), no que eles chamam de *Protagonist-Antagonist Rule* (conjunto de regras em torno das quais, segundo os autores, as narrativas são organizadas). Essa noção será apresentada, mais detalhadamente, no tópico 3.2.

Portanto, a partir das regras da narrativa propostas por Beaugrande e Colby (op. cit.), procuraremos identificar nos textos que compõem o *corpus* como se dá a relação protagonista-antagonista, quais são os estados de problema e estados-objetivo de cada um e como suas ações e interações no âmbito da narrativa são

organizadas com vistas ao alcance (ou não) de seus objetivos. Além disso, buscaremos apreender, por meio da análise da heterogeneidade discursiva (sobretudo a mostrada/marcada), a forma como os textos selecionados organizam as vozes trazidas para seu interior, atendendo às limitações impostas pelas FDs e FIs às quais se filiam.

Considerando que todo dizer incide sobre dado(s) aspecto(s) do real, já que o conhecimento é seletivo, ao abordar as narrativas midiáticas sobre confrontos armados na cidade do Rio de Janeiro – bem como as formas/marcas da heterogeneidade por meio das quais elas são enunciadas –, examinaremos sob qual ponto de vista essas histórias foram construídas e por que elas foram construídas dessa forma e não de outra, ou seja, quais são as formações discursivas (e as formações ideológicas correspondentes) que procuram restringir os enunciados presentes nesses discursos, apagando os enunciados do discurso Outro ou traduzindo-os conforme sua própria grelha semântica.

Para responder a esses questionamentos nossa atenção se voltará, portanto, não só para a investigação da superfície textual, com sua organização narrativa e as marcas linguísticas que a compõem, como também para a análise da estrutura social e histórica na qual o sujeito produtor do discurso se insere e, conseqüentemente, para as estruturas ideológicas que subjazem a suas práticas discursivas.

Ao inscrever nossa pesquisa no quadro teórico da AD, preocupamo-nos, como já foi dito, com o processo de construção social da realidade, em uma concepção que considera que todo discurso se localiza em uma estrutura sócio-histórica específica, não sendo possível a análise daquele sem que se considere esta. Como postula Maingueneau (1997, p. 14), “não se trata de examinar um *corpus* como se tivesse sido produzido por um determinado sujeito, mas de considerar sua enunciação como o correlato de uma certa *posição* sócio-histórica na qual os enunciadores se revelam substituíveis”.

No interior desse quadro teórico, reafirmamos a importância de se estudar o modo como são constituídas as práticas sociais por meio das práticas discursivas dos grupos sociais. Temos, pois, como objetivo examinar, ao menos em parte, essa constituição das práticas sociais, focalizando como se constroem as narrativas sobre os confrontos entre militares e traficantes de drogas nas favelas do Rio de Janeiro. Consideramos que é por meio do discurso que os valores são (re)produzidos, criados ou investidos ideologicamente mediante sua materialização em dispositivos linguísticos e de organização textual. Assim, através do discurso midiático (no caso, reportagens impressas), constrói-se uma determinada ótica dos eventos ocorridos em um dado tempo/lugar e um conjunto de representações para aqueles (destinatários/leitores) que não tiveram acesso direto a esses eventos.

Com essa proposta de trabalho, pretendemos dar nossa contribuição para o atual panorama de estudos da linguagem, examinando como a mídia “transforma” em discurso o evento social da violência associada ao tráfico de drogas. Levando em conta a crítica empreendida por Maingueneau (2007) ao fato de algumas metodologias de análise privilegiarem ou o estudo da estrutura profunda dos textos ou sua superfície, conforme já foi dito, pretendemos articular o exame da superfície (linguístico-discursiva) dos textos que compõem o *corpus* à estrutura social (mais profunda) que permitiu sua emergência. Isso implica partir do material linguístico para chegar às formações discursivas e às formações ideológicas (e sociais) que subjazem a elas, como mostra o dispositivo de análise sugerido por Orlandi (2009, p. 77), cujas etapas se dispõem da seguinte maneira:

**Quadro 1**

1ª. etapa: Passagem da	Superfície Linguística	Texto
	para o	(Discurso)
2ª. etapa: Passagem do	Objeto Discursivo	Formação Discursiva
	para o	
3ª. etapa:	Processo Discursivo	Formação Ideológica

Considerando que a prática discursiva está intimamente ligada a outras séries de seu ambiente sócio-histórico, pretendemos observar como esses elementos, que



podem à primeira vista parecer muito distantes, inter-relacionam-se na construção do dizer. Nesse sentido, se entendemos que há diferentes formas de se referir a uma mesma realidade, procuraremos observar como as formações discursivas determinam o que deve/não deve, pode/não pode ser dito, de acordo com a(s) formação(ões) ideológica(s) correspondente(s), e como essas FDs interagem no interdiscurso, construindo relações de proximidade, de antagonismo, de silenciamento etc.

Buscaremos ainda, dentro do campo discursivo midiático, recortar um ou mais espaço(s) discursivo(s) constituído(s) de FDs que são cruciais para a compreensão do discurso sobre a criminalidade. Para chegar a essas FDs, analisaremos os textos do *corpus* do ponto de vista de sua semântica global, procurando compreender como ela determina o processo de construção das narrativas midiáticas e, num segundo momento, buscando apreender as marcas linguístico-discursivas que revelam sua heterogeneidade. Quanto a essas marcas, conforme já foi dito, privilegiaremos o discurso relatado e as palavras entre aspas, uma vez que uma das nossas metas é verificar como se dá o agenciamento das vozes dos personagens envolvidos nos eventos sociais narrados, o que é contemplado, de forma mais evidente, nesses dois fenômenos.

Desse modo, tomando o discurso no sentido pecheutiano de “efeito de sentidos entre locutores”, comungamos com Orlandi (2009) a tese de que:

A Análise do Discurso visa à compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos. Essa compreensão, por sua vez, implica explicitar como o texto organiza os gestos de interpretação que relacionam sujeito e sentido (ORLANDI, 2009, p. 26-27).

Nessa concepção, o analista de discurso não volta suas preocupações para o “quê”, mas para o “como” o texto significa. Orlandi (2009, p. 60) destaca, portanto, que o trabalho do analista é o de explicitar os processos de identificação do sujeito em relação a uma ou outra FD, respondendo à seguinte questão: se falamos a mesma língua por que falamos diferente?

Qualquer dispositivo de análise deve explicitar os gestos de interpretação (seja do sujeito que fala ou do próprio analista) ligados aos processos de identificação dos sujeitos com as diferentes FDs e com a memória:

- a. em um primeiro momento, é preciso considerar que a interpretação faz parte do objeto de análise, isto é, o sujeito que fala interpreta e o analista deve procurar descrever esse gesto de interpretação do sujeito que constitui o sentido submetido à análise;
- b. em um segundo momento, é preciso compreender que não há descrição sem interpretação. Por isso é necessário introduzir-se um dispositivo teórico que possa intervir na relação do analista com os objetos simbólicos que analisa, produzindo um deslocamento em sua relação com a interpretação: esse deslocamento vai permitir que ele trabalhe no entremeio da descrição com a interpretação (ORLANDI, 2009, p. 60-61).

Para a autora, não se trata de buscar um dispositivo de análise que permita ao analista trabalhar numa posição neutra, já que a AD não está preocupada com a procura do sentido “verdadeiro”. Aliás, como afirma Possenti (1988, p. 6), a subjetividade é inerente a toda e qualquer investigação. No seu entender, a objetividade absoluta é impossível visto que

não se estudam fenômenos, mas dados, entendendo-se por fenômeno o que ocorre efetivamente no mundo, e por dado o que é previamente circunscrito e determinado enquanto tal por um certo ponto de vista, vale dizer, por uma determinada assunção teórica e metodológica.

Diante do exposto, parece legítimo concluir que a nossa subjetividade de analista não invalida o presente estudo, o que, por outro lado, não implica que os dados sejam descritos e analisados de forma parcial, sem o possível distanciamento e isenção. Assim, o que se espera do trabalho de análise é que ele “atravesse o efeito de transparência da linguagem, da literalidade do sentido e da onipotência do sujeito” (ORLANDI, 2009, p. 61), num processo de “de-superficialização” da análise da materialidade linguística. Tal processo envolve o questionamento em torno de como se diz, quem diz, em que circunstâncias diz etc., buscando apreender “o modo como o discurso que pesquisamos se textualiza” (ORLANDI, op. cit. p. 65) na sua relação com a memória e com o interdiscurso.

Disso segue que, buscando garantir um dado sentido, o locutor, muitas vezes, produz sentidos que não pretendia, o que implica que os limites das formações

discursivas a que se filia para construir seu dizer não são tão rígidos a ponto de excluírem definitivamente outras FDs, mesmo aquelas que lhe são antagônicas. Concordamos, portanto, com Maingueneau (1997; 2007) quando defende o primado do interdiscurso, pois, como vimos, a identidade de uma FD se define não de forma isolada, mas na relação com o Outro (com outras FDs).

Pretendemos, portanto, com base no quadro teórico-metodológico já apresentado e das categorias de análise a serem discutidas logo abaixo, examinar como o intradiscurso e o interdiscurso se inter-relacionam na construção das narrativas midiáticas de três revistas de grande circulação nacional: *Veja*, *Isto É* e *Carta Capital*.

A revista *Veja*, publicação semanal do grupo Abril, foi fundada em 1968. Atualmente, possui tiragem superior a um milhão de exemplares, sendo a revista de maior circulação nacional. Segundo Portela (2009), no mundo, *Veja* é superada em números apenas pelas semanais americanas *Time* e *Newsweek*, o que a leva a ocupar o posto de terceira maior revista semanal do mundo. Já a revista *Isto É*, publicada pela editora Três, foi fundada em 1976. Com uma tiragem de aproximadamente 150 mil exemplares, é a terceira maior revista semanal do Brasil, perdendo apenas para a revista *Época* (PORTELA, 2009). A revista *Carta Capital*, por sua vez, foi criada em 1994 e é publicada pela editora Confiança. Inicialmente, sua periodicidade era semanal, passando, posteriormente, a quinzenal e voltando a semanal em 2001 (PORTELA, 2009).

Mas por que essas revistas e não outras? No que tange à revista *Veja*, os números acima nos fornecem razões de sobra para estudá-la; afinal, se é a revista de maior circulação nacional, com certeza, é aquela que atinge um maior número de leitores, contribuindo para a circulação/consolidação de discursos sobre os eventos sociais que cobre. Em relação à revista *Isto É*, nosso interesse se volta para o fato de haver entre seus leitores uma crença de que a revista apresenta uma visão dos eventos que iria de encontro ao que é apresentado em outros órgãos do gênero, crença essa alimentada pelo próprio periódico que se autodefine como “independente”. Já a revista *Carta Capital* nos interessa pela sua própria linha editorial. Segundo

informações da própria revista, disponíveis em sua página na internet, *Carta Capital* é destinada ao “leitor que procura conteúdo mais elaborado e analítico, sendo “uma revista que não cultiva escândalos, nem se esconde atrás de uma pretensa imparcialidade”, já que expõe “claramente suas opiniões sobre todos os assuntos”.

Considerando, pois, as proposições teóricas apresentadas e os objetivos já elencados, buscaremos identificar e analisar as formas como os mesmos acontecimentos sociais (relativos aos confrontos entre policiais e traficantes) são transformados em objetos simbólicos, mediante a análise da estrutura da superfície dos textos que compõem o *corpus* na sua relação com as formações discursivas a que se filiam e mesmo com aquelas que procuram negar (ou sobre as quais silenciam). Por meio da identificação das FDs que atuam na constituição e no controle do(s) sentido(s), chegaremos àquilo que pode/deve ser dito e àquilo que não pode/deve ser dito na conjuntura considerada, e, em seguida, às posições ideológicas em jogo (FIs), passando, pois, da superfície linguística para o objeto discursivo e deste para o processo discursivo (conforme mostra o quadro 1 anteriormente apresentado).

Na análise do *corpus*, não perderemos de vista a relação do texto com o contexto sócio-histórico (tanto em sentido amplo quanto em sentido restrito). Nessa perspectiva, voltaremos nosso olhar para as condições de produção desses textos e para o intrincado “jogo de imagens” (ou representações) que neles se constituem. Para tanto, utilizaremos os princípios e procedimentos propostos pela AD (e já descritos no capítulo anterior), tomando a análise do sentido de forma global e buscando compreender como essa semântica global restringe a forma como os eventos são narrados e investidos de sentido no fio das narrativas midiáticas.

Resta delimitarmos os textos midiáticos que serão nosso objeto de análise. Esses textos foram escolhidos de acordo com os temas abordados pelas reportagens (que se encontram anexadas ao final do trabalho), três delas publicadas na mesma data (edições de 10 de janeiro de 2007 dos três periódicos) e outras três publicadas em datas diferentes, porém próximas, e que podem ser aproximadas pela temática que abordam – as medidas tomadas pelo governo do Rio no combate à criminalidade

(“Ataque à cidadela do tráfico”, reportagem da *Veja* de 23 de maio de 2007; “Batalha no Alemão”, reportagem de capa, publicada pela revista *Carta Capital* em 4 de julho de 2007; e a reportagem “O Rio adota a estratégia do confronto”, publicada por *Isto É*, em 11 de julho de 2007). O quadro 2, a seguir, permite visualizar, de forma mais clara, a constituição do *corpus*:

**Quadro 2**

Revista	Referências (data-edição)	Título da reportagem	Páginas
<i>Veja</i>	10/01/2007 – ano 40 – n. 1	“Crime: as raízes, a impunidade, as soluções”	46 a 88 <sup>22</sup>
	23/05/2007 – ano 40 – n. 20	“Ataque à cidadela do tráfico”	68 a 70
<i>Isto É</i>	10/01/2007 – ano 30 – n. 1941	“O Brasil contra o crime”	28 a 31
	11/07/2007 – ano 30 – n. 1967	“O Rio adota a estratégia do confronto”	38 a 42
<i>Carta Capital</i>	10/01/2007 – ano 13 – n. 426	“No Rio, uma bomba-relógio”	20
	04/07/2007 – ano 13 – n. 451	“Batalha no Alemão”	20 a 25

### 3.2 Sobre as narrativas

Nesta seção do trabalho, discorreremos sobre o papel das narrativas no discurso midiático e explicaremos a razão que nos levou a estudá-las pelo viés da AD.

#### 3.2.1 As narrativas no âmbito midiático: algumas considerações

Não restam dúvidas de que as narrativas estão presentes de forma muito marcante em nossa cultura, exercendo um papel fundamental na elaboração de nossa compreensão do meio no qual nos localizamos. Desde que nascemos, somos confrontados com narrativas, sejam elas ficcionais ou não, de fundo moralizante ou marcadas pela crítica social. Com o desenvolvimento e expansão dos órgãos de comunicação de massa, nossa convivência com elas se tornou ainda mais próxima,

<sup>22</sup> Como se trata de um número especial sobre o crime, analisaremos apenas os textos referentes à situação do Rio de Janeiro intitulados: “Rio, cidade aberta” (p. 50-52) e “E o Estado sumiu...” (p. 53 e 54), que são reportagens menores, se se pode dizer assim, dentro da reportagem maior.

o que nos leva a concordar com Fulton (2005a) quando afirma que num mundo dominado pela mídia impressa e eletrônica, nosso senso de realidade é estruturado por narrativas.

Nesse sentido, para a autora, o jornalismo transforma a vida diária numa história que, sob a máscara da imparcialidade, normaliza a existência de verdades universais e de uma realidade objetiva que poderiam ser representadas sem a mediação ideológica: “pela construção dessas poderosas narrativas sobre quem ‘nós’ somos, a mídia separa o ‘nós’ do ‘eles’, aqueles que não partilham ou compreendem as histórias que nós conhecemos e acreditamos ser verdadeiras”. (FULTON, 2005a, p. 7).<sup>23</sup>

Nesses termos, as notícias e reportagens midiáticas, ainda que não se configurem em gêneros ficcionais, usam os modelos narrativos na apresentação de suas versões dos fatos sociais. Segundo Dunn (2005), o uso de semelhante modelo pela mídia pode criar um efeito de objetividade e neutralidade – contamos os fatos exatamente como eles ocorrem. Contudo, semelhante efeito procura mascarar o fato de que as narrativas midiáticas representam uma “visão” da realidade, que não pode ser apreendida em sua totalidade.

De acordo com Ryan (2004, p. 8), para ser considerado narrativo, um texto precisa ter um conjunto de qualidades específicas. Baseada nas pesquisas da narratologia, que ela define como estudo formal da narrativa, a autora aponta as seguintes qualidades: 1) as narrativas precisam criar um mundo e habitá-lo com personagens e objetos; 2) nesse mundo, precisam ocorrer mudanças de estado causadas por acontecimentos específicos ou ações humanas. Tais mudanças criam uma dimensão temporal, localizando o mundo narrativo no fluxo da história; 3) constrói-se, em torno das narrativas, uma rede interpretativa que permita identificar objetivos, planos, relações causais e motivações dos personagens em torno dos eventos narrados. É a essa rede implícita que, segundo Ryan (2004), deve-se a coerência e a inteligibilidade dos eventos transformados em enredo. Para a autora, portanto, a

---

<sup>23</sup> Tradução livre de: “By constructing these powerful narratives of who ‘we’ are, the media separate ‘us’ from ‘them’, those others who don’t share or understand the stories we know and believe to be true”.

narratividade transcende o estético e se configura num ato textual de representação, presente em diferentes esferas sociais e amplamente utilizado pela mídia.

Para os estudiosos da mídia, como Machill, Köhler e Waldhauser (2007), a utilização de narrativas pelos meios de comunicação tem, pelo menos, três consequências: 1) a simplificação, motivada pela personificação e emocionalização; 2) a exibição de temáticas leves, com toque humanizado, ao invés da discussão de tópicos socialmente relevantes; 3) uma tendência ao exagero e à autorreferência.

Para confirmar o caráter simplificador das notícias em formato narrativo, os autores realizaram uma pesquisa com telespectadores de jornais televisivos, na qual constataram que a utilização de narrativas pela mídia facilita a compreensão e a reprodução por parte desses telespectadores das notícias recebidas. Nesse sentido, a audiência exposta a reportagens construídas por meio de esquemas narrativos, mostrou-se mais capaz de lembrar, compreender e reproduzir as reportagens do que aquela exposta a entrevistas, comentários etc.

Esse caráter simplificador parece-nos fundamental para a produção e, principalmente, para o intercâmbio de material simbólico, conforme propõe Thompson (1998) (vide Capítulo 1). Nesse sentido, se, para o autor, a mídia transformou e ainda transforma as relações de produção e circulação de material simbólico – que passa a ser tomado como uma mercadoria acessível que pode ser comprada e vendida –, não restam dúvidas de que não somente a oferta, mas também a simplificação das notícias e reportagens contribui para o aumento da circulação das formas simbólicas, bem como da relação que mantemos com elas. Em outras palavras: quanto mais acessíveis se tornam esses materiais simbólicos, seja pela maior oferta, seja por seu “formato” mais compreensível, maior será a relação dos receptores com eles.

Também para Fulton (2005b), a configuração das notícias e reportagens midiáticas em formatos narrativos tem, pelo menos, dois grandes efeitos. O primeiro deles está ligado à acessibilidade. Com o objetivo de transmitir a informação de forma acessível ao público, as narrativas midiáticas estruturam materiais complexos em

formatos que lhe são compreensíveis. Dessa forma, ao invés de perder tempo explicando causas políticas, históricas e culturais que levaram àquela determinada configuração dos fatos, as narrativas tendem a apresentar, numa situação de conflito, por exemplo, batalhas individuais e pessoas envolvidas nesses conflitos como exemplos de heroísmo, tragédias e triunfos à adversidade (FULTON, 2005b).

Esse efeito, segundo a autora, leva inevitavelmente a uma diminuição da função informativa das notícias: “O público pode ser informado de um modo que é facilmente compreensível, mas também lhe é negado, rotineiramente, acesso às complexidades da negociação política, econômica e cultural que gera muitos eventos noticiados” (FULTON, 2005b, p. 243).<sup>24</sup>

É, portanto, nesse sentido que defendemos que as narrativas midiáticas exercem uma importante função ideológica na percepção que temos dos fatos sociais. Não estamos afirmando com isso que a mídia *ficcionaliza* os fatos sociais, mas não podemos negar que a escolha pelo que narrar e a forma como essa narrativa se construirá (o que/quem deve e o que não deve ser incluído) refletem uma visão dos fatos sociais comprometida ideologicamente.

Ao transformar a informação em notícia, um tipo especializado de narrativa com seus próprios gêneros reconhecíveis, a indústria da notícia traduz o mundo da experiência em um conjunto muito específico de impressões apresentadas como verdades universais. Histórias noticiadas constantemente reconfirmam a ideologia da aleatoriedade, da inexplicabilidade dos eventos e da necessidade de indivíduos carismáticos – políticos, estrelas de cinema, “heróis comuns” ou líderes militares – para restaurar a ordem num mundo, de outra forma, caótico (FULTON, 2005b, p. 244).<sup>25</sup>

Outro importante efeito da construção narrativa das notícias e reportagens refere-se, ainda de acordo com Fulton (2005b), à individualização dos eventos noticiados. Esse efeito está relacionado à associação dos eventos a indivíduos específicos

---

<sup>24</sup> Tradução livre de: “The public might be informed in a mode that is easily comprehended, but it is also routinely denied access to the complexities of political, economic and cultural negotiation that generate many news events.”

<sup>25</sup> Tradução livre de: “In turning information into news, a specialized kind of narrative with its own recognizable genres, the news industry translates the world of experience into a very specific set of impressions presented as universal truths. News stories constantly reconfirm the ideology of randomness, of the inexplicability of events and of the need for charismatic individuals – politicians, movie stars, “ordinary heroes” or military leaders – to restore order in an otherwise chaotic world.”



numa configuração em que a esses indivíduos são atribuídos papéis sociais, qualidades pessoais e formas de interação que os levam a desempenhar funções de agentes ou pacientes, revelando a forma como os percebemos, enquanto representantes de classes sociais específicas (FULTON, 2005b).

Nesse sentido, para a autora, as notícias não incorporam personagens a uma história; elas associam os eventos aos indivíduos, não às instituições. Essa estratégia contribui para alimentar a ideologia da autodeterminação individual, em que o indivíduo é não somente responsável pelos problemas sociais como também por sua solução, omitindo-se o papel das instituições e do governo, por exemplo (FULTON, 2005b, p. 238).

Essas oposições binárias entre indivíduos, transformados em personagens, são claramente perceptíveis no uso rotineiro do conflito, por parte da mídia, como forma de enquadramento das histórias (FULTON, 2005b), alimentando oposições do tipo: esquerda *versus* direita, oriente *versus* ocidente, que possibilitam a personalização dos indivíduos como heróis ou vilões.

Essa afirmação de Fulton (2005b) vai ao encontro do modelo de organização da narrativa proposto por Beaugrande e Colby (1979), na medida em que, para esses autores, as narrativas se estruturam em torno das ações e objetivos de seus personagens principais: o protagonista e o antagonista. Nesses termos, para que uma história seja interessante, deve apresentar uma relação entre dois personagens (protagonista-antagonista), os quais, ao longo do enredo, desempenham determinadas ações com o propósito de alcançar determinados objetivos. Aliás, é por meio desses objetivos que seremos capazes de identificar o protagonista e o antagonista, sendo aquele tomado como o “herói”, dotado de objetivos e ações com os quais os interlocutores se identificam, e este, como o anti-herói.

Para os autores, as narrativas, portanto, desenrolam-se em torno das seguintes regras, conforme estão reproduzidas em Palmer (1999, p. 220):

- Regra 1: Identifique dois personagens: o protagonista e o antagonista.
- Regra 2: Crie um estado de problema para o protagonista, o qual é desejado ou causado pelo antagonista.
- Regra 3: Identifique um estado-objetivo desejado pelo protagonista e não desejado pelo antagonista.
- Regra 3.1 (opcional): Identifique um estado-objetivo desejado pelo antagonista e não desejado pelo protagonista.
- Regra 4: Dê início a uma trajetória, de acordo com a ação do protagonista movimentando-se do estado de problema para o estado-objetivo.
- Regra 5: Crie ações do antagonista que se apresentem como um obstáculo ou desvio da trajetória planejada pelo protagonista.
- Regra 6: Marque um estado de transição que, decisivamente, possibilite ou impossibilite o alcance do objetivo do protagonista definido na regra 3 (se a regra 3.1 é aplicada, defina os efeitos do estado de transição para o alcance do estado-objetivo do antagonista).
- Regra 7: Crie um estado terminal no qual os valores desejados pelo protagonista sejam claramente opostos aos do antagonista, então combine ou não seus respectivos estados-objetivo.

Segundo Beaugrande (1980), essas regras podem tornar-se mais complexas quando se criam diferentes personagens com objetivos similares aos do protagonista ou do antagonista. À medida que os textos se tornam mais elaborados essas regras podem, portanto, apresentar desdobramentos. Outro ponto importante apresentado pelo autor, refere-se ao fato de, normalmente, nas narrativas, o estado-objetivo do protagonista ir ao encontro dos objetivos e crenças dos interlocutores, fazendo com que estes se identifiquem com tal personagem. Para nosso trabalho, essa afirmação é pertinente, pois a aceitação das ações e medidas tomadas pelo protagonista vai depender da forma como o locutor constrói sua caracterização, o que pode funcionar como “pistas” das formações discursivas e ideológicas mobilizadas por esse locutor frente ao problema da criminalidade e dos confrontos armados nas cidades.

### 3.2.2 Por que estudar as narrativas na perspectiva da Análise do Discurso?

Vimos, no tópico anterior, que é crescente o interesse dos pesquisadores de mídia pelo estudo das narrativas. Isso se deve, principalmente ao fato de, a cada dia, ser maior a presença dos textos narrativos nas páginas de jornais e revistas ou nas transmissões dos noticiários de rádio e televisão.

Nesse sentido, ao propormos a utilização do quadro teórico-metodológico da análise do discurso para o estudo/compreensão do texto midiático, julgamos ter justificado nosso interesse por esse objeto. Mas como a proposta da AD à qual nos filiamos neste trabalho pode contribuir para a compreensão das narrativas midiáticas? Com o intuito de responder a essa questão, retomaremos alguns pontos destacados no tópico anterior referentes aos “efeitos” das narrativas na mídia, apontando como, via adoção do quadro teórico-metodológico delineado no presente estudo, as narrativas midiáticas podem ser estudadas.

Como vimos, as narrativas sobre confrontos, geralmente, se estruturam em torno da polarização de dois personagens: o protagonista e o antagonista. Com o intuito de perceber como essas relações se constroem textualmente, propomos a adoção do modelo *Protagonist-Antagonist Rule*, de Beaugrande e Colby (citado em PALMER, 1999), composto de um conjunto de regras em torno das quais essas narrativas polarizantes se desenvolvem. Contudo, se todas as narrativas sobre confrontos se organizam segundo essas regras, qual seria nosso interesse em analisar as reportagens midiáticas também pelo viés da AD?

Nesse sentido, gostaríamos de retomar o conceito de de-superfialização, proposto por Orlandi (2009). Nas palavras da autora, semelhante processo consiste:

[...] na análise do que chamamos de materialidade linguística: o como se diz, o quem diz, em que circunstâncias etc. Isto é, naquilo que se mostra em sua sintaxe enquanto processo de enunciação (em que o sujeito se marca no que diz), fornecendo-nos pistas para compreendermos o modo como o discurso que pesquisamos se textualiza (ORLANDI, 2009, p. 65).

É o processo de de-superfialização que, segundo a autora, permite examinar “como o texto organiza a relação da língua com a história no trabalho significativo do sujeito

em sua relação com o mundo” (ORLANDI, 2009, p. 69). Desse modo, sem perder de vista as “marcas” da superfície textual – afinal, elas constituem nosso acesso mais imediato ao sentido –, ao propormos a análise das narrativas midiáticas sobre confrontos armados, adotando o modelo protagonista-antagonista, interessa-nos, primordialmente, compreender “como” as regras narrativas são investidas de significação por sujeitos atravessados pelas determinações históricas e ideológicas que moldam sua visão dos eventos narrados. Estaremos, pois, preocupados em observar como essas regras que, à primeira vista, são fixas, conforme destacam Beaugrande e Colby (1979), são preenchidas de significação, analisando aquilo que é dito bem como aquilo que poderia/não poderia sê-lo, tendo em vista as formações discursivas e ideológicas que subjazem ao dizer. Isso nos permitirá verificar até que ponto as instituições/revistas se aproximam/se distanciam na construção discursiva – e ideológica – da criminalidade associada ao tráfico de drogas.

Além disso, não podemos perder de vista que, apesar de ser composta por um conjunto de regras fixas, a proposta de organização narrativa de Beaugrande e Colby entende que as posições de protagonista e antagonista são definidas por fatores de ordem semântica e não estrutural. Isso porque, segundo os autores, será o protagonista aquela personagem cujos objetivos e ações se identificarem com os dos leitores/receptores e o antagonista aquele que possuir objetivos e ações contrários aos da audiência.

Em suma: se a mídia transforma a vida diária numa história que, sob a máscara da imparcialidade, alimenta a crença em verdades universais e objetivas (FULTON, 2005b), a AD mostra-se bastante fecunda no sentido de mostrar como isso ocorre. Para tanto, deve o analista, partindo da superfície linguística do texto<sup>26</sup>, chegar ao discurso, apreendendo as formações discursivas em jogo e observando como elas, enquanto sistemas de restrições semânticas, trabalham na constituição do que pode/não pode ser dito. Além disso, deve remeter essas FDs à(s) FI(s) correspondente(s), o que lhe permitirá chegar aos processos discursivos instaurados

---

<sup>26</sup> Lembramos que o texto constitui a materialização do discurso, através da linguagem. Nesse caso, o texto possui um plano de conteúdo (o do discurso) e um plano de expressão (a linguagem ou linguagens que veicula(m) o conteúdo), sendo, pois, uma unidade que se dirige para a manifestação de um discurso (cf. FIORIN, 2005).

nessa relação, reconhecendo no dito também o que foi silenciado, já que o ato de dizer reflete sempre uma tomada de posição no curso da história:

Entre as inúmeras possibilidades de formulação, os sujeitos dizem X e não Y, significando, produzindo-se em processos de identificação que aparecem como se estivessem referidos a sentidos que ali estão, enquanto produtos da relação evidente de palavras e coisas. Mas, como dissemos, as palavras refletem sentidos de discursos já realizados, imaginados ou possíveis. É desse modo que a história se faz presente na língua (ORLANDI, 2009, p. 67).

Retomando, portanto, a clássica afirmação de Bakhtin/Voloshinov (1995) de que o signo é marcado por um fator axiológico, constituindo-se em uma tomada de posição no interior do confronto de interesses sociais, resta-nos compreender como a ideologia trabalha no sentido de mascarar essa tomada de posição, alimentando a ideia de que aquilo que foi dito só poderia sê-lo da forma como foi e não de outra. Com certeza, como já afirmamos, a configuração narrativa dos textos midiáticos contribui sobremaneira para que a crença na evidência do sentido seja alimentada, ao criar o efeito de sentido de objetividade e neutralidade.

Apaga-se, desse modo, o fato de que a escolha pelo que narrar e pela forma como essa narrativa será desenvolvida (os elementos – objetos, sujeitos que aparecem e coexistem, as ações e objetivos que lhes são associados etc. – que devem ou não ser incluídos no curso da narrativa) refletem o posicionamento do sujeito frente ao dizível. Ou seja, se o discurso é marcado pela heterogeneidade (pela presença do dizer do Outro), cabe-nos compreender como as narrativas em foco trabalham o interdito, no fio do dizível legítimo (MAINGUENEAU, 2007).

Se nosso sentido de realidade é estruturado por narrativas (FULTON, 2005b), do ponto de vista da AD, torna-se, pois, fundamental, compreender como as narrativas sobre confrontos armados veiculam crenças e visões específicas sobre os eventos narrados, via análise do trabalho das formações discursivas e ideológicas na determinação do dizer. Além disso, não há dúvida de que as vozes trazidas para o interior das narrativas midiáticas desempenham um importante papel, principalmente no que se refere ao aumento da credibilidade desses textos. Daí a visibilidade dada a essas vozes nas notícias e reportagens.

O estudo do processo de agenciamento das vozes mostra-se, portanto, pertinente ao desvelar como elas são trabalhadas pelo sujeito, nos limites – sempre fluidos – das FDs e FIs às quais o discurso se filia. É com o intuito, pois, de compreender esse processo, e como ele contribui para a configuração semântica das narrativas, que propomos, em nossas análises, realizar um estudo das marcas da heterogeneidade mostrada, mais especificamente, do discurso relatado e das palavras entre aspas, dada a importância que essas marcas explícitas do discurso Outro assumem nas reportagens em geral, como discutiremos a seguir.

### **3.3 Marcas da heterogeneidade mostrada**

Segundo Authier-Revuz (2004), há gêneros discursivos que se caracterizam pela grande presença do discurso-outro. Isso é claramente perceptível em notícias e reportagens da mídia que, para conferir ao relato um caráter maior de credibilidade e imparcialidade – e até mesmo para eximir o locutor de responsabilidade –, constantemente fazem remissão à fala de outro(s). É com base nessa afirmação e, conseqüentemente, no reconhecimento da importância dessas marcas do discurso-outro na construção do percurso narrativo das reportagens, que nos propomos analisar o discurso relatado e as palavras entre aspas, observando como esses fenômenos, visíveis no fio do intradiscurso, marcam a sua relação com o discurso-outro (no plano do interdiscurso).

Lembramos que, ao destacar que o discurso é essencialmente heterogêneo, Maingueneau (1997), inspirado em Authier-Revuz, aponta dois planos (distintos, mas complementares e solidários): o da heterogeneidade constitutiva e o da heterogeneidade mostrada. A primeira, como já afirmamos, está presente na própria gênese do discurso, por meio da relação interdiscursiva que as FDs mantêm entre si. Já a heterogeneidade mostrada “incide sobre as manifestações explícitas, recuperáveis a partir de uma diversidade de fontes de enunciação” (MAINGUENEAU, 1997, p. 75), podendo ser não marcada (o que ocorre em fenômenos como a ironia e o discurso indireto livre) ou marcada (o que ocorre no discurso relatado, nas palavras entre aspas, na pressuposição, na negação, em que temos marcas linguísticas ou tipográficas unívocas para indicar a heterogeneidade).

Vejamos, pois, como se configuram e qual é a importância discursiva das marcas da heterogeneidade mostrada marcada que pretendemos analisar no presente trabalho.

### 3.3.1 O discurso relatado

O discurso relatado é um fenômeno ligado à citação (em sentido amplo). Para Maingueneau (1997), o discurso relatado (direto e indireto) é uma das manifestações mais clássicas da heterogeneidade no discurso. É importante compreender, entretanto, que, enquanto fenômeno ligado a formações discursivas, “o sujeito que enuncia a partir de um lugar definido não cita quem deseja, como deseja em função de seus objetivos conscientes [...]. São as imposições ligadas a este lugar discursivo que regulam a citação” (MAINGUENEAU, op. cit., p.86).

A heterogeneidade do discurso, como sabemos, é tributária da polifonia, noção inicialmente proposta por Mikhail Bakhtin, que dá conta do agenciamento de vozes na organização do texto. Maingueneau (1997, p. 76), citando Ducrot (1984), retoma essa noção mais recentemente, destacando que há polifonia quando podemos “distinguir em uma enunciação dois tipos de personagens, os enunciadores e os locutores”. Deve-se entender por *locutor* aquele que é apresentado como responsável pelo enunciado, enquanto o *enunciador* é tomado como uma perspectiva ou um ponto de vista, com o qual o locutor coincide ou não. Assim, num enunciado como: “Pedro parou de beber”, teríamos dois enunciadores: um deles (E1) ligado ao pressuposto ou conteúdo implícito: Pedro bebia antes; o outro (E2) relacionado ao posto ou conteúdo explícito: Pedro não bebe atualmente, enunciador que é assimilado ao locutor do enunciado citado.

Não podemos perder de vista, no entanto, uma outra forma de polifonia, mencionada tanto por Maingueneau (1997, p. 85), quanto pelo próprio Ducrot (1984, p. 185; 191): aquela que ocorre quando temos, num mesmo enunciado, dois locutores diferentes. É exatamente o que ocorre no discurso direto. Nele, percebemos uma hierarquia de locutores: aquele que produz, organiza o enunciado como um todo e aquele que é responsável especificamente por aquilo que é citado. Desse modo, se Pedro diz:

“João me disse: eu virei” (DUCROT, 1984, p. 185), temos dois locutores diferentes, o primeiro assimilado a Pedro (responsável pelo todo do enunciado) e o segundo, a João (a que se deve atribuir apenas a segunda fala: “eu virei”). Há, pois, a “aparição de um segundo ‘locutor’ no enunciado atribuído a um primeiro ‘locutor’”, como afirma Maingueneau (1997, p. 85).

Authier-Revuz (1998), por sua vez, afirma que as gramáticas ainda hoje reconhecem como representação do discurso relatado apenas o discurso direto, o indireto e o indireto livre, classificação que a autora julga insuficiente para dar conta de todas as manifestações do fenômeno do discurso relatado. Dentre os fenômenos destacados pela autora como pertencentes ao discurso relatado ausentes das gramáticas, encontra-se o que ela chama de “modalização do discurso em discurso segundo” (fenômeno explicitado por expressões como: *segundo x, para retomar as palavras de y etc.*) e que nos interessa especialmente neste trabalho devido a sua presença constante na mídia, em notícias e reportagens como as que fazem parte do *corpus*. Authier-Revuz destaca ainda, nesse mesmo texto, outras marcas da presença do outro no discurso como a utilização de itálico e aspas, por exemplo. Trataremos das aspas em seção posterior, já que são, também, foco de nossa análise.

Segundo Maingueneau (2008a, p. 139), a modalização em discurso segundo consiste em um “modo mais simples e mais discreto para um enunciador indicar que não é o responsável por um enunciado: basta-lhe indicar que está se apoiando em um outro discurso”, por meio de modalizadores que remetem ao discurso de outra pessoa.

Em relação à compreensão apresentada pelas gramáticas no que se refere ao discurso direto e indireto, Authier-Revuz (1998, p. 134) faz ainda outra crítica. Para ela, diferentemente do que propõem as definições gramaticais, o discurso direto não pode ser considerado mais objetivo do que o indireto com o pretexto de que o primeiro reproduz “a materialidade exata de um enunciado”, pois isso não significa que ele restitui o ato de enunciação. Nessa mesma vertente, Maingueneau (1997) defende que a oposição normalmente feita entre discurso direto e discurso indireto costuma ser “um pouco ingênua” ao se fundamentar no argumento de que o primeiro



é “mais fiel” do que o segundo. No seu entender, o discurso direto não é nem mais nem menos fiel que o discurso indireto. Trata-se de “duas estratégias diferentes empregadas para relatar uma enunciação” (p. 185). Mas como se caracterizam esses dois tipos de discurso relatado?

Para Authier-Revuz (1998, p. 139), o discurso direto se manifesta linguisticamente quando

o enunciador relata um outro ato de enunciação e, *usando* suas próprias palavras na descrição que faz da situação de enunciação e (quem fala, a quem, quando...?), ou seja, naquilo que chamamos de sintagma introdutor, mas faz menção às palavras da mensagem que relata; o modo semiótico do DD é, assim, *heterogêneo*: padrão no sintagma introdutor, ele é autônomo na parte “citada”, isto é, mostrada (grifos do original).

Como exemplo, a própria autora nos apresenta o seguinte enunciado: Talvez João lhe diga: “Não vá.”, em que o trecho *Talvez João lhe diga* corresponde ao modo padrão (o locutor usa suas palavras) e “Não vá.” corresponde ao modo autônomo (o locutor menciona as palavras que imagina para João).

Já em Maingueneau (2008a, p. 140), encontramos a seguinte passagem sobre o discurso direto:

Diferentemente da modalização em discurso segundo, o discurso direto (DD) não se contenta em eximir o enunciador de qualquer responsabilidade, mas ainda simula *restituir as falas citadas* e se caracteriza pelo fato de dissociar claramente as duas situações de enunciação: a do discurso citante e a do discurso citado (grifos do original).

Justamente pelo fato de restituir as falas citadas é que se poderia falar no caráter pretensamente fiel do discurso direto. Entretanto, como já vimos anteriormente, trata-se apenas de uma *encenação*, para usar um termo de Maingueneau, que visa criar um efeito de autenticidade, já que reproduzir o enunciado do outro não significa reproduzir o ato de enunciação.

Como a situação de enunciação é reconstruída pelo sujeito que a relata, é essa descrição necessariamente subjetiva que condiciona a interpretação do discurso citado. O DD não pode, então, ser objetivo: por mais que seja fiel, o discurso direto é apenas um fragmento de texto submetido ao enunciador do discurso citante, que dispõe de múltiplos meios para lhe dar um enfoque pessoal (MAINGUENEAU, 2008a, p. 141).

Quanto aos efeitos de sentido produzidos pela utilização do discurso direto como forma de discurso relatado, Maingueneau destaca, nesse mesmo trabalho, os seguintes: a criação de autenticidade, “indicando que as palavras relatadas são aquelas realmente proferidas”; o distanciamento, “seja porque o enunciador citante não adere ao que é dito [...] seja porque quer explicitar, por intermédio do discurso direto, sua adesão respeitosa ao dito”; e, por fim, o fato de querer mostrar-se objetivo, sério (op. cit., p. 142).

Já no que se refere à configuração linguística do discurso indireto, Authier-Revuz (1998, p. 139) destaca que nele “o enunciador relata o ato de enunciação e *usando* suas próprias palavras, pelas quais ele reformula as palavras de outra mensagem: o modo semiótico do DI é, de maneira homogênea, o modo-padrão” (grifos do original).

O discurso relatado revela, portanto, a presença do outro no fio do discurso, à medida que traz, segundo Authier-Revuz (2004, p. 12), para o plano do enunciado, um outro ato de enunciação<sup>27</sup>. No discurso indireto, o locutor atua como um tradutor, ao fazer uso de suas próprias palavras para remeter “a um outro como fonte do ‘sentido’ dos propósitos que ele relata”. Já no discurso direto, “são as próprias palavras do outro que ocupam o tempo – ou o espaço – claramente recortado da citação na frase; o locutor se apresenta como simples ‘porta-voz’”.

O discurso relatado pode ser compreendido, portanto, como um ponto de demarcação explícita da heterogeneidade no discurso, pois ao delimitar e circunscrever o outro, afirma que ele não está em toda parte (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 12). Nesse sentido, para a autora, na heterogeneidade mostrada, designando o outro localizadamente, o sujeito procura fortalecer o estatuto do um, pois responde à “ameaça que representa, para o desejo do domínio do sujeito falante, o fato de que ele não pode escapar ao domínio de uma fala que, fundamentalmente, é heterogênea” (op. cit., p. 74).

---

<sup>27</sup> Para conceituar *enunciado* e *enunciação*, retomamos aqui a definição de Ducrot (1984, p. 89) para quem o enunciado deve ser entendido como “uma ocorrência particular”, ou seja, “o objeto produzido pelo locutor tendo escolhido empregar uma frase”. Já a enunciação, por sua vez, é “a ação que consiste em produzir um enunciado, isto é, dar a uma frase uma realização concreta”.

A importância do discurso relatado (seja ele direto, indireto ou marcado por modalizadores em discurso segundo) para a AD refere-se ainda ao fato de que ocultar-se por trás do dizer de um outro é uma forma hábil, por ser indireta, de sugerir o que se pensa, sem responsabilizar-se por isso. Esse seria, segundo Maingueneau, o caráter ambíguo do distanciamento em que “o locutor citado aparece, ao mesmo tempo como o não-eu, em relação ao qual o locutor se delimita, e como a autoridade que protege a asserção”. Pode-se dizer “tanto ‘o que enuncio é verdade porque não sou eu que digo’, quanto o contrário” (MAINGUENEAU, 1997, p. 86).

Autores como Savioli e Fiorin (1990, p. 184-185) distinguem duas formas para o discurso indireto: a variante analisadora do conteúdo e a variante analisadora da expressão. Na primeira – a forma mais “clássica” ou mais conhecida do discurso indireto – eliminam-se todos os elementos característicos da fala do outro (elementos afetivos, interrogações, exclamações, formas interpretativas etc.), construindo-se um efeito de sentido de “objetividade analítica”, pois o locutor privilegia o conteúdo do que o outro disse e não a forma como ele o disse. Já no segundo tipo, o locutor mantém algumas expressões que caracterizam o modo de falar do outro, o que lhe permite manifestar sua ironia, seu humor, etc. em relação a ele<sup>28</sup>. Trata-se de uma distinção produtiva para este trabalho porque, além do discurso direto, as duas formas de discurso indireto costumam aparecer na mídia e, assim, diferentes efeitos de sentido podem ser construídos no agenciamento de vozes.

De acordo com o papel das FDs no processo de regulação das citações, já que o sujeito não é livre para citar quem deseja, da forma como deseja, Maingueneau (1997) propõe uma diferenciação entre intertexto e intertextualidade. Para o autor, o primeiro fenômeno pode ser definido como o conjunto de fragmentos que uma FD

---

<sup>28</sup> Trata-se de uma espécie de discurso híbrido (que fica a meio caminho entre o direto e o indireto), conforme podemos ver no exemplo de Eça de Queirós, dado pelos autores para exemplificar o discurso indireto na variante analisadora da expressão: “Fatigou, então, Amaro toda uma semana com uma ternura pueril. Lembrava-lhe cada meia hora que ‘era o papá do seu Carlinhos’.” (cf. SAVIOLI; FIORIN, 1990, p. 185). Nesse caso, a presença da conjunção **que** sinaliza o discurso indireto, mas o que vem a seguir, inclusive entre aspas, é um trecho da fala do outro (em discurso direto), o que permite que se analise o personagem em questão pelo seu modo de falar.

efetivamente cita; já o segundo, está relacionado ao tipo de citação que essa FD “define como legítima através de sua prática” (op. cit., p. 86).

Com base nessa afirmação, percebemos que, além de considerar os enunciados citados, deve-se levar em conta suas condições de possibilidade, ou, conforme postula o próprio Maingueneau (1997, p. 86), “segundo as épocas, os tipos de discurso, as citações não são feitas da mesma maneira; os textos citáveis, as ocasiões em que é preciso citar, o grau de exatidão exigido, etc. variam consideravelmente”.

### 3.3.2 *As palavras entre aspas*

Para Authier-Revuz (2004), o emprego das aspas pode ser dividido em duas modalidades: a autonímia e a conotação autonímica. No primeiro caso, temos a presença das aspas como marca do discurso direto (ou – acrescentamos – do discurso indireto na variante analisadora da expressão). No caso da conotação autonímica, as aspas marcam um corpo estranho no enunciado, *mostrado* ao receptor. Trata-se, para usar as próprias palavras da autora, daquelas palavras mantidas à distância. É esse último caso que nos interessa agora, uma vez que o primeiro já foi abordado no tópico anterior.

Vejamos, portanto, como Authier-Revuz define o emprego das aspas na conotação autonímica. Para a autora as aspas, empregadas desse modo, marcam

palavras verdadeiramente “mantidas” pelo locutor, no sentido – o segundo – em que se “faz uma declaração, um discurso”, mas essas palavras das quais “contudo” o locutor faz uso, ele, pela conotação de menção, ao mesmo tempo, as “mantém à distância” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 218-219).

As aspas seriam, portanto, uma operação metalinguística local de distanciamento e suspensão da responsabilidade:

O comentário local – e implícito –, que o distanciamento pontual das aspas requer, supõe que, de modo global, uma atitude metalinguística de desdobramento do locutor ocorre em uma fala acompanhada, duplicada, *por um comentário crítico*, no próprio curso de sua produção. Essa atitude

manifesta uma aptidão: ela coloca o locutor em posição de juiz e dono das palavras, capaz de recuar, de emitir um julgamento sobre as palavras no momento em que as utiliza (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 219; grifo do original).

Diferentemente dos enunciados relatados em discurso direto, que são postos entre aspas para marcar sua alteridade, sendo esta claramente manifestada pela ruptura sintática entre o discurso que cita e o discurso citado, na palavra entre aspas tal ruptura não existe. Ela é, assim, ao mesmo tempo, mostrada, marcada como estranha e integrada à sequência do enunciado.

Para Authier-Revuz (2004), a operação de distanciamento que o uso de aspas representa tem basicamente duas funções, que nos interessam neste trabalho: 1) a suspensão da responsabilidade do locutor, questionando-se o caráter apropriado da palavra no discurso em que é utilizada; 2) a distinção, na qual se mostra que uma palavra pertence a um outro discurso, ou seja, é apropriada ao receptor, mas não ao locutor, ou vice-versa. A autora aponta ainda outras modalidades de utilização das aspas – locutor ilegítimo, questionamento do caráter ofensivo ou inapropriado de uma palavra e ênfase –, mas que não nos interessam diretamente por não serem recorrentes no *corpus*.

As aspas, assim como o discurso relatado, marcam, de modo constitutivo, o encontro do discurso com o discurso outro, pois elas se constituem em

[...] uma balizagem dessa zona de demarcação mediante a qual, através de um *trabalho* sobre suas bordas, um discurso se constitui em relação a um exterior. Essa borda é, a um tempo só, *reveladora* e *indispensável*: acompanhar o mapeamento das palavras aspeadas de um discurso é acompanhar a zona fronteira reveladora *daquilo* em relação ao que lhe é essencial se distanciar: “Diz-me o que tu aspeias...”; ao mesmo tempo é pelo fato de colocar algumas palavras como não apropriadas que o discurso constitui, em si mesmo, o complementar dessas palavras: palavras essas plenamente apropriadas, às quais o locutor supostamente adere sem distância; é o trabalho constitutivo das aspas (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 229; grifos do original).

Nesse sentido, as aspas funcionam como uma espécie de instrumento de defesa, indicando a ilusão do locutor quanto à unicidade de seu discurso em relação ao que lhe é exterior. Colocar palavras entre aspas é, como Authier-Revuz destaca, colocá-las à distância, ou seja, assinalar a zona que separa aquilo que digo, daquilo que diz

o outro. Nesse caso, precisamos considerar o mesmo tipo de funcionamento para as palavras destacadas de outra maneira: por meio de itálico, de negrito, de uso de maiúsculas etc.

Para Maingueneau (2008a, p. 160-161), o locutor, ao colocar palavras entre aspas, “chama a atenção do coenunciador para o fato de estar empregando exatamente as palavras que está aspeando” e, ao salientá-las, “delega ao coenunciador a tarefa de compreender o motivo pelo qual ele está chamando assim sua atenção e abrindo uma brecha em seu próprio discurso”. As aspas são, portanto, para o autor, “um sinal a ser interpretado”, podendo adquirir variadas significações.

É, pois, à compreensão dessas significações e de seu papel na constituição dos efeitos de sentido sugeridos no/pelo texto, que se deve voltar o olhar do analista de discurso. Portanto, no presente trabalho, pelas razões já apontadas, examinaremos as marcas da heterogeneidade mostrada – tanto aquelas referentes ao discurso relatado (direto, indireto – nas variantes de conteúdo e expressão – e aquele introduzido por marcas de modalização do discurso em discurso segundo) quanto às palavras entre aspas (ou destacadas de outras formas: itálico, negrito etc.) –, remetendo-as às formações discursivas e ideológicas a que os sujeitos se filiam para dizer o que dizem do modo como o dizem, procurando apagar/silenciar outros dizeres possíveis, mas inconvenientes, proibidos. É disso que cuidaremos nos próximos capítulos, ao analisarmos o *corpus* já delimitado, observando como a FD opera no controle do sentido, delimitando a um só tempo todos os elementos discursivos (semântica global). Nesse sentido, destacamos que, além da análise das marcas linguísticas destacadas acima, em alguns momentos, recorreremos a outros elementos textuais (como o vocabulário e os temas), pois, se defendemos que o sentido é controlado de forma global no interior da “boa formação discursiva” (MAINGUENEAU, 2007), muitas vezes não é possível analisar de modo completo um elemento linguístico sem relacioná-lo a outros presentes na superfície textual.

## 4 ANÁLISE DO CORPUS – 1ª PARTE

Neste capítulo e no seguinte, com base nos pressupostos teóricos delineados nas fases anteriores deste trabalho, apresentamos a análise do *corpus* já definido, com o intuito de observar a que formações discursivas e ideológicas as revistas se filiam para narrar os fatos relacionados à criminalidade associada ao tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Optamos pela divisão da análise em duas partes, com o objetivo de manter uma maior uniformidade na extensão dos capítulos.

Assim, no presente capítulo, analisaremos o primeiro conjunto de reportagens (aquelas publicadas em 10 de janeiro de 2007 e que têm como tema os atos de violência cometidos por traficantes na virada do ano no Rio e a resposta do Estado a esses atos). Analisaremos essas reportagens, em primeiro lugar, em termos da organização de suas narrativas e da interdiscursividade que as constitui e, em segundo lugar, no que tange à heterogeneidade mostrada (discurso relatado e palavras entre aspas), recorrendo, sempre que necessário, a algumas categorias da semântica global, especialmente os temas e o vocabulário.

No quinto capítulo, examinaremos o segundo conjunto de reportagens (publicadas em datas próximas em cada uma das revistas e que versam sobre a operação policial de ocupação do Morro do Alemão), com base nas mesmas categorias utilizadas para o primeiro grupo (Capítulo 4). Exporemos, ainda na seção final (Capítulo 5), uma comparação dos resultados obtidos nas análises com o objetivo de comentá-los e sistematizá-los.

### 4.1 Examinando o primeiro conjunto de reportagens

#### 4.1.1 *A organização das narrativas e a interdiscursividade que as constitui*

Os textos em análise, no que se refere às cenas da enunciação, pertencem todos à cena englobante midiática e à cena genérica reportagem. O que varia é a cenografia

– a cena mais imediata com que se defronta o leitor em cada texto. Portanto, é dela que partiremos para examinar, em primeiro lugar, a superfície linguística (texto), passando pelo objeto discursivo e chegando, finalmente, ao processo discursivo, o que implica abordar as formações discursivas e ideológicas que subjazem ao texto, segundo proposta metodológica de Orlandi (2009), exposta no Capítulo 3. Antes, porém, cumpre abordar o gênero reportagem, buscando, inclusive, distingui-lo da notícia.

Segundo Goldstein, Louzada e Ivamoto (2009), notícias e reportagens são textos que tratam de fatos importantes que aconteceram recentemente ou anunciam eventos que acontecerão em breve. Ambas circulam em jornais, revistas, rádio, televisão e publicações virtuais. Se comparada à notícia, a reportagem apresenta uma abordagem mais abrangente e detalhada dos fatos que relata. Isso porque, a partir de um fato determinado, a reportagem aprofunda certos aspectos ligados a ele por meio de diversos recursos, como depoimentos de entrevistados, comparação, às vezes, de diferentes pontos de vista sobre o fato, apresentação de dados numéricos, além, é claro, de uma análise mais demorada desses eventos pelo próprio espaço físico cedido à reportagem no veículo de comunicação. Nesses termos, para as autoras, a reportagem “complementa o relato dos fatos com um convite à reflexão sobre os vários modos de ver o assunto” (op. cit. p. 59). É nesse sentido que estudá-las sob o viés da AD torna-se interessante, pois se são um convite indireto à reflexão porque apresentam diferentes pontos de vista sobre um mesmo assunto, faz-se importante observar como os elementos textuais nelas presentes apontam para determinados posicionamentos discursivos sobre os fatos narrados.

Retomando, inicialmente, a afirmação de Beaugrande e Colby (PALMER, 1999) de que a construção das imagens do protagonista e do antagonista em uma narrativa se dá por meio das ações e dos objetivos a cada um deles delegados, pretendemos, nesta etapa de nosso trabalho, compreender como esse processo se desenrola, ao analisarmos as narrativas sobre a criminalidade associada ao tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Atentar-nos-emos, portanto, para o exame de como as ações e os objetivos delegados aos personagens envolvidos nessas narrativas revelam o ponto de vista do sujeito discursivo. Lembramos que, enquanto o antagonista terá objetivos



e empreenderá ações que vão de encontro aos desejos e crenças dos interlocutores, com o protagonista ocorrerá justamente o contrário. Assim, pretendemos, por meio do estudo das relações intradiscursivas, remeter o discurso às FDs a que se filia, compreendendo como essas FDs postas em jogo pelo sujeito discursivo se relacionam àquelas que ele quer negar – ou com as quais polemiza –, por meio do trabalho no/do interdiscurso.

Para tanto, examinaremos aqui as quatro primeiras reportagens elencadas no Capítulo 3. Conforme explicamos anteriormente (vide nota 22), a reportagem especial “Crime: as raízes, a impunidade, as soluções”, publicada pela revista *Veja*, de 10 de janeiro de 2007, desdobra-se em duas outras que focalizam especificamente o Rio de Janeiro: 1) “Rio, cidade aberta”, que traz o subtítulo<sup>29</sup>: “Como o tráfico se incorporou à paisagem carioca e se tornou um negócio de altíssima rentabilidade nos morros e favelas”; 2) “E o Estado sumiu...”, com o subtítulo: “Conflagrado o Rio vê crescer um problema explosivo: o surgimento de grupos paramilitares”. A terceira reportagem (da revista *Isto É*, na mesma data), que também versa sobre a criminalidade associada ao tráfico de drogas no Rio de Janeiro e a violência ocorrida às vésperas do réveillon, intitula-se “O Brasil contra o crime”, apresentando como subtítulo: “Atentados no Rio de Janeiro provocam uma inédita união de governadores com o governo federal para a guerra contra a violência”. Por fim, a quarta reportagem (publicada pela revista *Carta Capital* também em 10 de janeiro de 2007) intitula-se “No Rio, uma bomba-relógio”, e tem como subtítulo: “Confrontos entre traficantes e milícias agravam a violência no Rio. Sérgio Cabral pede ajuda e Lula autoriza a ação da Força Nacional de Segurança e do Exército”.

Além da publicação na mesma data, as quatro reportagens partilham uma mesma temática: os atos de violência praticados na passagem do ano por traficantes no Rio de Janeiro, a discussão sobre a situação da criminalidade na cidade e o posicionamento do governo frente ao fato. Vejamos, então, como cada uma das

---

<sup>29</sup> Segundo o Novo Manual da Redação da Folha de São Paulo (1996), o subtítulo, no jargão jornalístico, é conhecido como “linha-fina” que seria aquela “frase ou período sem ponto final, que aparece abaixo do título e serve para completar seu sentido ou dar outras informações. Funciona como subtítulo. Usa letras menores que as do título e maiores que as do texto”.

quatro reportagens narra esses fatos, considerando as FDs e as FIs a que seus produtores se filiam.

Começando pelo nível intradiscursivo, mais especificamente pela organização narrativa, percebemos, em relação à primeira reportagem “Rio, cidade aberta” (*Veja*, 10/01/2007), uma inversão do esquema de Beaugrande e Colby<sup>30</sup>, pois todo o desenrolar da narrativa se dá sob a perspectiva dos objetivos e das ações desempenhadas pelo antagonista (no caso, os traficantes das favelas cariocas) para atingir tais objetivos. Nessa linha de organização da narrativa, possíveis protagonistas que se esperaria estarem envolvidos no combate à criminalidade são descartados pelo autor da reportagem. Um desses protagonistas poderia ser a polícia, mas ela é mencionada apenas nos “confrontos violentos” com bandidos que, ao invés de resolverem o problema do tráfico, servem, ao contrário, para conturbar frequentemente “a rotina da cidade” ou no estabelecimento de acordos com os traficantes, segundo as informações que nos são dadas pela referida reportagem. Outro possível protagonista – o poder público, representado pelos governantes – também é descartado pelo locutor, seja por incompetência, seja por falta de interesse ou mesmo pela aliança com o tráfico, como comprova o trecho:

São os efeitos mais trágicos e visíveis da criminalidade que os sucessivos governantes não conseguiram enfrentar nas últimas três décadas. Muitos, aliás, nem tentaram. Pelo contrário, firmaram acordos espúrios com traficantes e fizeram vista grossa para a chaga que se abria na cidade.

Eliminando, pois, alguns possíveis protagonistas que poderiam estar engajados na luta contra o tráfico de drogas – a polícia, pelo seu envolvimento em “confrontos violentos” com bandidos, perturbando a “rotina da cidade” e por firmar acordos com os traficantes, e os governantes porque “não conseguiram” ou “nem tentaram enfrentar” “os efeitos mais trágicos e visíveis da criminalidade”, “firmaram acordos espúrios com traficantes” e “fizeram vista grossa para a chaga que se abria na cidade” – a narrativa se desenrola, como já foi afirmado, sob a perspectiva dos objetivos do antagonista e de suas ações, para, somente no final, apresentar um

---

<sup>30</sup> O esquema de Beaugrande e Colby será aqui apresentado tal como ele é revisitado por Palmer (1999), uma vez que, apesar de várias tentativas, não tivemos acesso ao artigo em que ele é originalmente apresentado.

possível protagonista nesse enredo – o locutor/a própria revista – e elencar as ações que ele propõe, ainda que não seja ele que as colocará em prática. O desenrolar da narrativa nos obriga, portanto, a empreender uma reorganização do esquema *Protagonist-Antagonist* para a compreensão de como a revista, ao se filiar a uma FD específica, constrói a imagem desse antagonista, seus objetivos e ações, de modo que, apenas no final do texto (e mesmo assim num item à parte), são retomadas as regras típicas de organização da narrativa. Vejamos, pois, como isso se dá.

**Regra 1:** Identifique dois personagens, o protagonista e o antagonista.

*Protagonista:* Inicialmente, não sabemos quem é. Somente após a leitura da reportagem na íntegra é que identificamos, nessa função, o locutor ou, de forma mais ampla, a própria *Veja*, visto que esse locutor é autorizado e legitimado pela revista para dizer o que diz.

*Antagonista:* os traficantes, ora identificados dessa forma, ora como “o tráfico” ou “as quadrilhas” ou ainda por “facções criminosas”, como o Comando Vermelho, os Amigos dos Amigos e o Terceiro Comando.

Assim, se tomarmos o termo *protagonista* no sentido corrente: “pessoa que desempenha ou ocupa o primeiro lugar num acontecimento (FERREIRA, 1986, p. 1405), veremos que, na reportagem em questão, os traficantes são alçados à condição de protagonistas, uma vez que o foco da narrativa recai sobre eles. Entretanto, se considerarmos que o protagonista terá objetivos e empreenderá ações consideradas positivas pelos interlocutores, enquanto o antagonista fará o contrário, confirmamos nossa tese de que a narrativa em questão se desenvolve sob a perspectiva do antagonista, pois, como veremos, as ações e objetivos a ele delegados pelo locutor, com certeza, não são desejados pelos leitores.

**Regra 2:** Estado de problema para o protagonista, o qual é desejado ou causado pelo antagonista: o tráfico de drogas e a criminalidade a ele associada.

**Regra 3:** Estado-objetivo desejado pelo protagonista e não desejado pelo antagonista: o combate ao tráfico de drogas e à violência que dele resulta.

*Regra 3.1: Estado-objetivo desejado pelo antagonista e não desejado pelo protagonista:* A lucratividade com o tráfico/venda de drogas, principalmente, segundo a reportagem, a cocaína.

**Regra 4:** Trajetória, de acordo com a ação do protagonista, movimentando-se do estado de problema para o estado-objetivo: como foi dito anteriormente, não há no decorrer da narrativa essa trajetória, já que as ações do protagonista (as propostas por ele apresentadas para solucionar o problema) só serão apresentadas no final do texto.

**Regra 5:** Ações do antagonista que se apresentem como um obstáculo ou desvio da trajetória planejada pelo protagonista. Entre essas ações podemos citar: os tiroteios entre facções; o enfrentamento dos policiais pelos bandidos; o fechamento de túneis que ligam áreas importantes da cidade e o bloqueio de estradas de acesso ao Rio; ações ordenadas pelos traficantes que resultam em mortes e ferimentos graves para a população; a promoção de eventos (bailes *funk*, torneios, ensaios de escolas de samba) para atrair mais clientes e aumentar as vendas; distribuição de armas e drogas e disputa de territórios entre as favelas.

**Regra 6:** Estado de transição que, decisivamente, possibilite ou impossibilite o alcance do objetivo do protagonista definido na regra 3: Esse estado de transição é apresentado apenas no final da reportagem, quando há a exposição das ações propostas pelo protagonista.

*Regra 6.1:* Estado de transição que, decisivamente, possibilite ou impossibilite o alcance do objetivo do antagonista definido na regra 3.1: Como as ações do protagonista não são apresentadas inicialmente, não é possível identificar esse estado decisivo que comprometa o alcance dos objetivos do antagonista. Na verdade, os obstáculos que podem prejudicar a lucratividade com o tráfico e a venda de drogas (objetivos do antagonista) relacionam-se às ações de outros personagens, como aqueles ligados ao Estado (mais uma vez, praticando uma ação condenável) ou aqueles relacionados ao próprio negócio mantido pelo antagonista (e que, portanto, também lucram com ele), como comprovam os trechos que seguem:

1) O lucro só não é maior para as quadrilhas porque, para se manter, elas têm de lançar mão de grossas quantias para remunerar policiais corruptos. Há os que chegam a ficar com 80% do lucro em algumas favelas.

2) Outra fonte de despesa são os funcionários de carreira, sem trocadilho, que ganham salários invejáveis. O de um “gerente-geral” chega a 15.000 reais por mês.

Como vimos, só depois de apresentar toda a trajetória do antagonista (seus objetivos, ações e obstáculos), o locutor fecha o ciclo narrativo com a seção intitulada “Como resolver o problema”, o que nos permite identificar a **regra 4** (trajetória, de acordo com a ação do protagonista se movimentando do estado de problema para o estado-objetivo). No entanto, tal trajetória se mostra apenas como uma perspectiva futura, já que, como o próprio título da reportagem de capa sugere, o crime no país é marcado pela impunidade. Essa regra pode ser associada à **regra 6** (estado de transição que, decisivamente, possibilite ou impossibilite o alcance do objetivo do protagonista definido na regra 3) e ainda à **regra 7** (estado terminal no qual os valores desejados pelo protagonista sejam claramente opostos aos do antagonista). Por se tratar não de ações efetivas do protagonista, mas de possibilidades de ação para a resolução do problema representado pelo tráfico e pela violência que dele decorre, não há propriamente uma conclusão da narrativa, o que sugere a permanência do estado de impunidade.

Vejamos, então, quais são as ações do protagonista, no caso a própria Revista *Veja* (da qual o locutor se faz porta-voz), no alcance de seus objetivos: “estabelecer metas mais rigorosas para a repressão ao crime”; “abrir corredores de circulação pelas favelas cariocas”; “vigiar as entradas do Rio”, visto que “os caminhos por onde a droga chega à cidade são mais do que conhecidos: a Via Dutra e a rodovia Rio-Santos, que se unem na Avenida Brasil”; “isolar os líderes de facções em presídios de segurança máxima”<sup>31</sup>.

Assim, quando comparamos as ações do antagonista com aquelas que são propostas pelo protagonista, constatamos que estas vão exatamente de encontro

---

<sup>31</sup> Apesar de estarem listadas num box à parte, no final da reportagem, as ações descritas integram a narrativa, uma vez que apresentam seu fechamento, apontando as soluções para o estado de problema identificado. Isso significa que, para nós, todas as partes que compõem uma reportagem (texto principal, entrevistas, boxes, quadros etc.) são relevantes para a construção do sentido e devem, portanto, ser levadas em conta na unidade que é o texto.

àquelas, de forma a não deixar nenhum problema sem uma (possível) solução, ainda que a revista não especifique exatamente como ou por quem essas medidas serão tomadas. Isso porque, como vimos, ao longo da narrativa, o próprio Estado e as forças militares a ele associadas são, de certa forma, alçados à condição de antagonistas por *Veja*.

Assim, se conforme Beaugrande e Colby, o que determina a identificação do antagonista e do protagonista de uma narrativa são os objetivos e ações dos personagens, ao afirmar que “os sucessivos governantes não conseguiram enfrentar” “os efeitos mais trágicos e visíveis da criminalidade” ou “nem tentaram”, “que firmaram acordos espúrios com traficantes e fizeram vista grossa para a chaga que se abria na cidade”, ou ainda que a polícia se envolve em “confrontos violentos” com bandidos, perturbando a “rotina da cidade” e que “policiais corruptos” recebem propina de traficantes, chegando “a ficar com 80% do lucro em algumas favelas”; vemos também o Estado e a polícia serem transformados em antagonistas por *Veja*.

Ao destacarmos anteriormente, neste trabalho, o papel da semântica global restringindo simultaneamente todos os planos do discurso, compreendemos que esse processo se dá tanto no âmbito do texto-enunciado quanto no da enunciação. Na ordem do enunciado, percebemos a atuação da semântica global, já de saída, no processo de organização da narrativa, que pode ser associada ao “modo de coesão”, entendido como “a maneira pela qual um discurso constrói sua rede de remissões internas” (MAINGUENEAU, 2007, p. 99). Se, conforme propõem Beaugrande e Colby, as narrativas se organizam geralmente de acordo com a trajetória das ações desempenhadas pelo protagonista, como explicar, no caso da reportagem em foco, que essa organização leva em conta a trajetória do antagonista, tendo em vista seu estado-objetivo?

Isso fica claro se considerarmos a inserção dessa reportagem no contexto de sua ocorrência dentro da revista. Como dissemos no início deste capítulo, ela é parte integrante da reportagem especial “Crime: as raízes, a impunidade, as soluções”. Considerando as escolhas não só lexicais como também temáticas na composição do título desse Especial, compreendemos como tais escolhas refletem o próprio

modo de enunciação da reportagem em questão. Os temas que norteiam não apenas a reportagem especial no seu conjunto (como já se vê no título), mas também a própria reportagem que analisamos são: *as raízes da criminalidade* (no caso do Rio de Janeiro, o tráfico de drogas e a ausência do poder repressor do Estado); *a impunidade* (na reportagem em questão a não-presença de um protagonista no decorrer da narrativa – ou a transformação desse protagonista em antagonista – o que mostra como essa impunidade contribui para que o antagonista caminhe na busca de seu estado-objetivo) e, por fim, as *soluções* (ações propostas pelo locutor, porta-voz de *Veja*, como forma de resolução do problema da criminalidade, ainda que sua execução não seja papel da revista).

Esses temas ficam ainda mais claros quando consideramos as escolhas lexicais e o estatuto que o locutor/revista confere a si mesmo e ao interlocutor (leitor) no subtítulo que encabeça o Especial:

**“Conhece o teu inimigo”, diz a máxima antiga. O inimigo em questão é a criminalidade no Brasil, hoje em proporções muito acima das suportáveis em um país que se pretende civilizado. Nas próximas quarenta páginas, VEJA faz uma contribuição a esse bom combate, não só revelando entranhas e contornos do mundo da bandidagem, como propondo soluções para extirpar as raízes desse mal (grifos nossos).**

A seleção lexical do trecho acima é feita de modo a opor palavras e expressões de cunho negativo: *inimigo, criminalidade, bandidagem, mal* àquelas de caráter positivo: *bom combate, soluções e extirpar* (no caso, o mal). Isso já marca claramente o papel que a revista *Veja* se atribui: contribuir para o “bom combate” à criminalidade no Brasil, revelando suas “entranhas e contornos” e ainda “propondo soluções para extirpar as raízes desse mal”. Marca ainda o estatuto que a revista delega a seu destinatário para que legitime seu dizer: a utilização do imperativo “conhece” e do pronome possessivo de segunda pessoa “teu”, inclui os leitores da revista no grupo do qual o crime é inimigo. Essa relação é reforçada pela exposição dos estados-objetivo do antagonista (principalmente) e do protagonista no curso da narrativa; os daquele indo na contramão das crenças dos interlocutores, enquanto os deste ao seu encontro. Lembremos que a criação de inimigos é uma estratégia básica dos discursos persuasivos, já que, como vimos no capítulo anterior, as narrativas jornalísticas alimentam relações antagônicas entre um “nós” e um “eles” de forma

que esse último grupo não compartilha ou não compreende aquilo que julgamos verdadeiro.

Em relação às formações discursivas que atravessam o texto em foco, identificamos, de forma privilegiada, três FDs, que se definem uma em relação à outra, o que tem a ver com a hipótese de Maingueneau de que o interdiscurso tem precedência sobre o discurso (sobre cada FD tomada isoladamente). Temos, então, um espaço discursivo constituído de uma FD da criminalidade, aqui entendida como o tráfico de drogas e a violência dele decorrente, e uma FD do combate à criminalidade, que se opõem. Há uma terceira FD que atravessa o texto – a do não-combate à criminalidade – que se relaciona à impunidade que alimenta o crime (e, por extensão, à FD da criminalidade), como nos revelam os seguintes comentários: o final do primeiro parágrafo, em que se aborda o fato de os governantes, nas últimas três décadas, não terem conseguido – ou nem tentado – enfrentar o problema da criminalidade, firmando, ao contrário, acordos espúrios com os traficantes e fazendo vista grossa e, mais adiante, ao se falar sobre as propinas recebidas por policiais corruptos que se tornam, dessa forma, coniventes com uma situação contra a qual deveriam lutar.

Cabe esclarecer que, no reconhecimento das FDs presentes nessa reportagem e naquelas que seguem, orientamo-nos pelo texto “Unidades tópicas e não-tópicas” (lançado em 2006, no Brasil, na obra *Cenas da Enunciação*, que traz uma coletânea de textos de Maingueneau, publicados em diferentes épocas e veículos na França). Nele, o autor propõe uma reconfiguração do termo formação discursiva, ao considerá-la como uma unidade não-tópica de análise. Nesse sentido, diferente das unidades tópicas territoriais (discurso administrativo, publicitário, político etc.), que corresponderiam a espaços já pré-determinados pelas práticas verbais e históricas, as FDs enquanto unidades não-tópicas de análise são construídas pelo pesquisador, independentemente de fronteiras pré-estabelecidas. Para o autor, o pesquisador, em vez de considerar o termo “‘formação’ em uma perspectiva puramente estática, como referindo-se a uma entidade já existente, [...] dá forma a uma configuração original” (p. 22). Foi isso o que buscamos fazer ao delinear as FDs presentes nas reportagens do *corpus*, como se verá.



Assim, na reportagem em foco, a FD que chamamos de “FD da criminalidade” é a que se mostra mais “saliente”. Tal FD, como o nome indica, explora o problema do crime organizado, relacionando-o, principalmente, à impunidade (FD do não-combate à criminalidade). Nela, a violência se transforma em mercadoria, em objeto de consumo que se quer vender. Lembramos que é essa a posição de Thompson (1998, p. 18), quando afirma que a mídia vem transformando os processos de produção, intercâmbio e armazenamento dos produtos simbólicos em “mercadorias que podem ser compradas e vendidas no mercado”, tornando-as “acessíveis aos indivíduos largamente dispersos no tempo e no espaço”.

Já a FD a que ela se opõe no espaço discursivo que recortamos, a partir da premissa de que o “objeto” comercializado é negativo, não só reconhece a necessidade de combater o crime organizado, como também faz acreditar que as soluções são simples (a revista inclusive as aponta), bastando que se tenha alguém capacitado para pô-las em prática (ainda que não se nomeie esse alguém). Considerando o trabalho da memória discursiva, no caso a memória interna, (MAINGUENEAU, 2008b), podemos afirmar que a FD do combate à criminalidade se constrói a partir da FD da criminalidade. Simplifica, no entanto, a complexidade desta ao propor que tal combate se dê simplesmente pelo uso da força militar, como nos apontam os enunciados apresentados na seção “Como resolver o problema”, que associam a solução do problema da criminalidade ao emprego do poder coercitivo. Isso se torna mais evidente quando se compara a criminalidade associada ao tráfico e seu combate à guerra, o que já é apontado no subtítulo do especial.

Assim, ao citar a máxima “Conhece teu inimigo”, retomando uma afirmação do general chinês Sun Tzu, no livro *A Arte da Guerra* (tratado militar escrito no século IV a. C.), o locutor traz para o nível intradiscursivo uma relação interdiscursiva que relaciona o problema da criminalidade associada ao tráfico no Rio de Janeiro à guerra, alimentando, por meio do trabalho da memória externa, um conjunto de encadeamentos de sentido entre dois campos discursivos distintos: o midiático e o bélico.

Nesses termos, se as FDs se associam a FIs específicas que, por sua vez, estão ligadas a determinadas posições numa formação social, podemos afirmar que as FDs postas em cena pelo locutor da primeira reportagem de *Veja* se filiam a uma FI hegemônica que estabelece, a partir de um conjunto de representações, mais ou menos estereotipadas, uma associação do problema da criminalidade a um mal que deve ser “arrancado pela raiz”. Nesse sentido, a melhor forma de combate se daria pelo emprego da violência simplesmente, no estilo “olho por olho, dente por dente” (a reportagem silencia qualquer outra forma de atuação do Estado em relação ao problema). Sob a égide dessa FI, estabelece-se um jogo de representações bipolares entre determinados grupos sociais (“nós” e “eles”) numa situação de confronto em que o objetivo do primeiro é “extirpar” o mal representado pelo segundo, ainda que isso implique combater a violência com mais violência.

Vejamos agora, a análise da segunda reportagem sobre o problema da criminalidade associada ao tráfico no Rio de Janeiro (“E o Estado sumiu...”, com o subtítulo: “Conflagrado o Rio vê crescer um problema explosivo: o surgimento de grupos paramilitares”), que também compõe o especial da revista *Veja*, publicado em 10 de janeiro de 2007.

**Regra 1:** Identifique dois personagens, o protagonista e o antagonista.

*Protagonista:* Assim como na reportagem anterior, devido ao estado de impunidade em que se encontra a criminalidade no Rio, também nessa reportagem, possíveis protagonistas como a polícia e o Estado estão, de alguma forma, envolvidos com as milícias: a polícia “não satisfeita em corromper-se”, [...] “passou a concorrer com a bandidagem”, já que os grupos de milicianos “são liderados por policiais e ex-policiais”; o Estado, por sua vez, além de conhecer “os nomes de vários integrantes dessas milícias que atuam livremente”, possui representantes eleitos desses milicianos. Mais uma vez, somente ao final da reportagem, na seção “Como resolver o problema”, conhecemos o protagonista da narrativa: quem ocupa essa função é o locutor ou, de forma mais ampla, a própria *Veja*, exatamente como constatamos na primeira reportagem examinada.

*Antagonista*: à primeira vista seriam as milícias formadas para combater o tráfico. Entretanto, com o desenrolar da narrativa, percebemos que o próprio Estado é alçado a essa condição.

**Regra 2:** Estado de problema para o protagonista, o qual é desejado ou causado pelo antagonista: O surgimento de grupos paramilitares”. “Por causa da atuação delas [as milícias], a facção criminosa Comando Vermelho, acuada, teria promovido a série de ataques a unidades policiais e a civis indefesos”.

**Regra 3:** Estado-objetivo desejado pelo protagonista e não desejado pelo antagonista: Combate às milícias, pelo menos, aparentemente.

*Regra 3.1: Estado-objetivo desejado pelo antagonista e não desejado pelo protagonista:* a manutenção dos lucros com a exploração de serviços comunitários (considerando-se as milícias como antagonistas).

**Regra 4:** Trajetória, de acordo com a ação do protagonista, movimentando-se do estado de problema para o estado-objetivo: não há menção a essa trajetória no decorrer do texto, pois, como foi dito, ela só será apresentada ao final da narrativa.

**Regra 5:** Ações do antagonista que se apresentem como um obstáculo ou desvio da trajetória planejada pelo protagonista: o domínio de cerca de oitenta favelas, onde se dá o controle da “venda de botijões de gás, o transporte de vans e motos e os negócios imobiliários, ou ainda, de “serviços acessórios, como instalação de TV a cabo clandestina”. Em suma: trata-se da cobrança de uma “versão carioca do *pizzo*, a taxa de proteção cobrada pelos mafiosos italianos”.

**Regra 6:** Estado de transição que, decisivamente, possibilite ou impossibilite o alcance do objetivo do protagonista definido na regra 3: Assim como na reportagem analisada anteriormente, esse estado de transição é apresentado ao final da narrativa, com o título de “Como resolver o problema”. Dentre as ações propostas pelo protagonista – o próprio locutor/*Veja* – estão: “conter o avanço das milícias, desarticulando os grupos já formados e impedindo que outras favelas sejam

ocupadas”; “criar um rito sumário para a expulsão de policiais envolvidos em atividades ilegais, entre elas a atuação em milícias”.

*Regra 6.1:* Estado de transição que, decisivamente, possibilite ou impossibilite o alcance do objetivo do antagonista definido na regra 3.1: Como as milícias agem *livremente*, já que o Estado, mais uma vez, permite que a situação de impunidade se mantenha, esse estado de transição, no sentido de possibilitar ao antagonista o alcance de seus objetivos, pode ser percebido no seguinte trecho: “A facilidade com que as milícias expulsam os traficantes se deve, em parte, a uma estratégia diferente da usada nas ações policiais. Os milicianos ocupam as favelas e nelas permanecem – ao contrário da polícia formal, que realiza investidas por um tempo determinado e depois se retira. Há ainda o fato de que vários dos policiais integrantes moram nessas comunidades, o que facilita a ocupação permanente”.

**Regra 7:** Estado terminal no qual os valores desejados pelo protagonista sejam claramente opostos aos do antagonista: não ocorre, na reportagem analisada, já que, a exemplo da anterior, o locutor apresenta as ações a serem desenvolvidas no combate às milícias, mas não aponta quem as colocará em prática. Isso porque o Estado e as forças militares foram, mais uma vez, transformados em antagonistas da narrativa: o Estado porque, mesmo conhecendo vários nomes de milicianos, não toma nenhuma providência, a polícia porque são seus próprios integrantes que lideram esses grupos.

Na ordem do texto-enunciado, podemos mais uma vez perceber como a semântica global trabalha, restringindo a organização narrativa e o sentido que nela se constrói de acordo com o projeto de fala do locutor: apresentar, como já foi dito anteriormente, a criminalidade sob a perspectiva de suas origens, da impunidade e das soluções para combatê-la.

Já em relação ao interdiscurso, identificamos, novamente, a relação antagônica entre a FD da criminalidade e a FD do combate à criminalidade. No entanto, diferentemente da primeira reportagem de *Veja*, em que elas remetem ao tráfico propriamente dito (sobretudo ao seu “funcionamento”), aqui essas FDs se “alargam” para abordar também – e principalmente – uma outra forma de criminalidade: a

atuação das milícias nas favelas, frente à não-atuação ou à atuação ineficiente do Estado. Como diz a reportagem em foco: “Na prática trata-se de substituir um problema por outro: saem as hordas de bandidos e entram contingentes de homens armados que agem igualmente à margem da lei”.

Assim, também é possível recuperar uma FD do não-combate à criminalidade por parte do poder público – a quem caberia, se não enfrentar, pelo menos assumir a frente na erradicação do crime organizado. É essa FD, aliás, que justifica a FD do combate à criminalidade oriunda do tráfico de drogas pelas milícias: na falta do Estado (situação já explicitada no título da reportagem “E o Estado sumiu”), elas tomam esse combate sob sua responsabilidade, ainda que não de forma lícita (já que passam a “concorrer com a bandidagem” e, como esta, agem “à margem da lei”). Assim, o combate à criminalidade que a reportagem propõe no *box* final (a exemplo da primeira reportagem) é, na verdade, um combate (do poder público) ao combate “às avessas” empreendido pelas milícias, o que mostra o Estado como uma instância duplamente ineficiente, tanto por não assumir para si a responsabilidade de enfrentar o problema da criminalidade, quanto por permitir que as milícias o façam.

Mais uma vez, portanto, faz-se interessante destacar que o grande antagonista nas narrativas de *Veja* é o Estado. Assim como vimos na primeira reportagem, também agora, é por culpa do Estado que a situação das milícias chegou ao ponto em que chegou: seja porque o Estado conhece o problema e não faz nada, seja por sua ineficiência no combate à criminalidade; afinal, como destaca o locutor, os métodos dos milicianos são mais eficientes, como nos revela o seguinte trecho:

A facilidade com que as milícias expulsam os traficantes se deve, em parte, a uma estratégia diferente da usada nas ações policiais. Os milicianos ocupam as favelas e nelas permanecem – ao contrário da polícia formal, que realiza investidas por um tempo determinado e depois se retira. Há ainda o fato de que vários dos policiais integrantes moram nessas comunidades, o que facilita a ocupação permanente.

Assim, apesar de se apresentarem as milícias como antagonistas da narrativa, reconhece-se a eficiência de seus métodos no combate à criminalidade nas favelas. Conforme afirma o próprio locutor, elas mostram “mesmo por vias tortas, que é

possível, sim, acabar com o domínio exercido pelo tráfico de drogas nas favelas”. Nesse sentido é que, mais uma vez, podemos afirmar que o grande antagonista, na visão de *Veja*, é o próprio Estado. Aliás, uma grande parte dessa reportagem dedica-se a citar nomes de políticos e policiais que estariam à frente das milícias e que, embora conhecidos do Estado, continuam agindo livremente, já que este nada faz para desmobilizá-los.

Além disso, quando comparamos a atuação das milícias às ações dos antagonistas da primeira reportagem (os traficantes de drogas que promovem tiroteios entre facções; enfrentamento dos policiais; fechamento de túneis que ligam áreas importantes da cidade e bloqueio de estradas de acesso ao Rio; ações que resultam em mortes e ferimentos graves para a população; distribuição de armas e drogas e disputa de territórios entre as favelas), percebemos por que o locutor assume, senão uma posição de apoio, pelo menos de conforto em relação ao trabalho desses grupos nas favelas. Ainda que ele tome a voz dos moradores para revelar tal apoio (“A maioria dos moradores apoia as milícias. Entre os motivos, por medo de que os traficantes retornem – e, com eles, toda sorte de violação de seus direitos”) e, posteriormente, procure recusar essa afirmação (“Mas os métodos dos milicianos não se distanciam muito dos usados pelos bandidos”), não há como negar que, do seu ponto de vista, as ações delegadas aos milicianos causam certamente menos prejuízos à população do que as ações dos bandidos. Enquanto estes estão promovendo, no curso da narrativa, ações de violência que causam mortes e ferimentos à população e o bloqueio de túneis e estradas que prejudicam a rotina de toda a cidade, aqueles procuram delimitar a zona de atuação dos bandidos nas favelas.

Em momento algum, o locutor associa a atuação das milícias ao emprego de atos extremos de violência, como aqueles que geram mortes e ferimentos à população, como nos revelam as ações “menores” realizadas por esses grupos paramilitares: controle da venda de botijões de gás, transporte de vans e motos e negócios imobiliários, ou ainda, “serviços acessórios, como instalação de TV a cabo clandestina”; cobrança de uma “versão carioca do *pizzo*, a taxa de proteção cobrada pelos mafiosos italianos”. Como se não bastasse, o locutor ainda avalia

positivamente a atuação das milícias no combate à criminalidade, mostrando-a como mais eficaz na expulsão dos bandidos do que a estratégia usada pela polícia, como vimos na citação da página anterior.

Essas observações nos permitem, mais uma vez, destacar aquilo que pode e deve ser dito no interior de uma FD. Nesse sentido, se o locutor não pode assumir socialmente seu apoio à atuação das milícias, pois, como ele mesmo as classifica, são grupos paramilitares, ao delegar-lhes as ações que delega e, mais, ao avaliar positivamente os resultados que alcançam, esse locutor deixa entrever sua posição frente à situação. Afinal, ele, como qualquer cidadão que se preze, inscreve-se em uma FD do combate à criminalidade que já transformou o Estado em antagonista e que vê no emprego da força militar a única forma de combate à criminalidade associada ao tráfico de drogas. Nessa perspectiva, a atuação dos milicianos se mostra condizente com essa FD: na falta do Estado, os milicianos empregam estratégias militares no controle das ações dos traficantes, “beneficiando” a população das favelas (já que reprimem crimes e desordens, ainda que, na contramão, eles cobrem por serviços comunitários básicos).

Em suma, as duas reportagens da revista *Veja* põem em ênfase as FDs da criminalidade e do combate à criminalidade constituindo um espaço discursivo, em que essas FDs “dialogam” (ou polemizam) de forma privilegiada e, ao mesmo tempo, remetem a uma outra FD (que está no cerne de ambas): a FD do não-combate à criminalidade por parte do Estado, já que os criminosos (sejam eles traficantes e/ou milicianos) continuam agindo sem maiores dificuldades. No entanto, a forma de construção dessas FDs é diferente – o que mostra que uma formação discursiva não é um bloco fechado e uniforme, mas antes uma realidade fluida, dinâmica. Assim, enquanto na primeira reportagem a FD da criminalidade está diretamente ligada ao tráfico de drogas (ao seu funcionamento), na segunda, ao contrário, ela passa também a abarcar uma outra forma de criminalidade: a atuação das milícias. Isso afeta, conseqüentemente, a FD do combate à criminalidade: se, na primeira reportagem, ela está relacionada ao tráfico de drogas, na segunda, ao contrário, combater o crime significa agir contra as milícias (como mostra o *box* final), ainda que o locutor/revista manifeste uma certa simpatia por esses grupos paramilitares,

na medida em que, com ações menos violentas que a dos traficantes, eles assumem o papel atribuído ao Estado: o de coibir o tráfico de drogas e, conseqüentemente, a violência (mortes, agressões etc.) que dele resultam.

De qualquer forma, ao apresentar as medidas de combate ao crime (dos traficantes e/ou das milícias) em forma de tópicos, num quadro que encerra as duas reportagens, o locutor/revista faz parecerem simples as medidas a serem implementadas, o que reforça a má vontade ou a ineficiência do Estado nesse combate, permitindo, ao mesmo tempo, o reconhecimento das ações das milícias como uma forma de opção à não-atuação do Estado, como ocorre na segunda reportagem. Em ambas as reportagens de *Veja*, por meio das FDs postas em cena pelo locutor, resgatamos a mesma FI hegemônica que toma a criminalidade como um mal que deve ser extirpado, o que parece justificar – ainda que com algumas ressalvas – a ação (eficaz) das milícias.

Vejamos agora a análise da terceira reportagem desse primeiro conjunto: “O Brasil contra o crime” com o subtítulo “atentados no Rio de Janeiro provocam uma inédita união de governadores com o governo federal para a guerra contra a violência”, publicada na revista *Isto É* (10/01/07).

Já pelo título da reportagem, podemos perceber uma diferença na abordagem que será dada ao assunto. Enquanto as reportagens de *Veja* destacam a criminalidade e a necessidade de combatê-la, tendo em vista, sobretudo, a ausência do Estado nesse combate (seja atuando contra os traficantes, seja contra os milicianos, que, a seu modo e por vias tortas, substituem o Estado), *Isto É* salienta, justamente, a união de representantes governamentais no sentido de se organizarem para a *guerra* contra a violência.

Considerando o esquema *Protagonist-Antagonist*, vejamos como ele se constrói na narrativa em questão:

**Regra 1:** Identifique dois personagens, o protagonista e o antagonista.

*Protagonista:* o Estado, representado por: “todos os níveis do poder público”: “o governador do Rio, Sérgio Cabral”, “representantes do governo federal e estadual,



além de Justiça, Ministério Público e Forças Armadas”, “o presidente Lula”, “o prefeito Cesar Maia”, “Força Nacional de Segurança, Exército, Marinha e Aeronáutica”, “forças estaduais”, “o novo comandante da PM, coronel Ubiratan Aguiar”.

*Antagonista:* o “crime organizado”: “traficantes”, “bandidos”, “criminosos” e “facções criminosas”. E ainda “as milícias, nome dos grupos de policiais, bombeiros e agentes penitenciários”, “forças paramilitares”.

**Regra 2:** Estado de problema para o protagonista, o qual é desejado ou causado pelo antagonista: O crime organizado e os atos de violência a ele associados e, ainda, o poderio paramilitar das milícias nas favelas.

**Regra 3:** Estado-objetivo desejado pelo protagonista e não desejado pelo antagonista: a união de “todos os níveis do poder público” com o objetivo de “colocar a segurança pública efetivamente como prioridade do Estado” no combate ao “flagelo iniciado nos anos 80, quando os traficantes passaram a usar armas de guerra para dominar territórios – as favelas – esquecidos pelo Estado”.

**Regra 4:** Trajetória, de acordo com a ação do protagonista, movimentando-se do estado de problema para o estado-objetivo. Os quatro trechos que reproduzimos a seguir ilustram esse “movimento” na reportagem em foco:

1 - [...] o governador do Rio, Sérgio Cabral, colocou em torno da mesa de vidro do suntuoso salão verde do Palácio Guanabara representantes dos governos federal e estadual, além da Justiça, Ministério Público e Forças Armadas. Começou, ali, a desenhar as estratégias de uma guerra de curto, médio e longo prazos contra o crime.

2 - [...] chegada das tropas federais para atuar nas fronteiras com o Espírito Santo, São Paulo e Minas Gerais.

3 - [Cabral] pediu a Força Nacional de Segurança nas ruas e que o Exército, a Marinha e a Aeronáutica assumam o policiamento das áreas em torno de suas unidades [...]. Quer também toda a ajuda possível em equipamentos, treinamento, verba e inteligência. Tantos pedidos são inéditos – e o governo federal anunciou que vai ajudar.

4 - No próximo dia 15 deverá ser instalado no Rio o Gabinete Integrado de segurança Pública, com a presença do Ministro da Justiça e, possivelmente, dos quatro governadores do Sudeste. Eles deverão passar a falar a mesma língua e a integrar seus sistemas de inteligência contra o banditismo.

**Regra 5:** Ações do antagonista que se apresentem como um obstáculo ou desvio da trajetória planejada pelo protagonista: atentados, como os ataques armados a unidades policiais e o incêndio de ônibus com vítimas fatais (civis); e a ação das milícias, ou seja, “grupos de policiais, bombeiros e agentes penitenciários que estabelecem suas próprias leis e fazem justiça com as próprias mãos, forçando comerciantes e mesmo moradores a pagar pelo serviço executado, o que resulta, portanto, em extorsões e abuso de poder”.

**Regra 6:** Estado de transição que, decisivamente, possibilite ou impossibilite o alcance do objetivo do protagonista definido na regra 3: É marcado pela reunião promovida pelo governador do Rio, Sérgio Cabral, com representantes dos governos federal e estadual, Justiça, Ministério Público e Forças Armadas e ainda pelo encontro que ocorrerá para a instalação do Gabinete Integrado de Segurança Pública, no qual “o presidente e os governadores terão oportunidade de reabrir essa esperança para todo o País”.

**Regra 7:** Estado terminal no qual os valores desejados pelo protagonista sejam claramente opostos aos do antagonista: A oposição dos valores desejados pelo protagonista em relação àqueles almejados pelo antagonista é traçada ao longo de toda a reportagem, na medida em que se apontam ações – efetivas e não apenas possíveis como vimos na reportagem da *Veja* – do protagonista que vão de encontro às ações do antagonista. Entretanto, a revista não aponta um estado terminal para a solução do problema, já que considera que as ações do governo contra o crime estão em fase de definição e implantação, configurando-se em “uma esperança para os cidadãos que há muito se veem reféns do crime organizado e cada vez mais bárbaro nos grandes centros urbanos do Brasil”.

Quando comparamos as duas reportagens de *Veja* com a de *Isto É*, percebemos que a FD de criminalidade (em torno da qual se agregam os enunciados ligados ao tráfico de drogas e à impunidade) também está presente em *Isto É*, associada também, nesse caso, à não-ação governamental no combate ao crime organizado (FD do não-combate à criminalidade, que se relaciona de modo constitutivo com a primeira FD). Essa última FD pode ser identificada não apenas por meio das

restrições impostas à organização da narrativa, já que não se aponta um estado terminal para a solução da incompatibilidade dos valores do antagonista e do protagonista, como também nas escolhas lexicais que compõem a superfície textual: “**inédita união** de governadores com o governo federal”; “**pela primeira vez**, todos os níveis do poder público parecem dispostos a falar a mesma língua e a **colocar a segurança pública efetivamente como prioridade do Estado**”; “**inusitado clima de união** contra a violência”; “[...] a importância de Lula ter chamado para si, **finalmente** a tarefa de combater o tráfico **depois de quatro anos de muito discurso e ralos investimentos**”; “[...] Cabral sinalizou que **caminha no sentido contrário ao de muitos que o antecederam**” (grifos nossos).

Como se pode notar pelos itens lexicais destacados (muitos dos quais funcionam como marcadores de pressuposição: inédita, pela primeira vez etc.) e pelos temas a que remetem – o que está relacionado ao funcionamento da semântica global –, o locutor/revista reconhece a ausência do Estado no combate ao crime organizado, seja ao destacar que quase nada foi feito nos últimos anos (em que houve “muito discurso e ralos investimentos”), seja ao definir as ações dos atuais governantes como inéditas, resultantes de um clima inusitado, ou contrárias àquelas que as antecederam.

Mesmo com essas “ressalvas”, *Isto É* dá maior espaço – e mesmo maior concretude – à FD do combate à criminalidade por parte do Estado. As medidas a serem adotadas para coibir/erradicar o problema apontado (seja a ação dos próprios traficantes, seja a das milícias) não aparecem assim como em *Veja*, apenas em quadros finais, como uma lista de ações a serem empreendidas não se sabe exatamente por quem; ao contrário, atravessam toda a narrativa. Por outro lado, também em *Isto É* o combate à criminalidade é associado à guerra, o que já pode ser observado no subtítulo da reportagem: “guerra contra a violência”.

Outra diferença na representação que as reportagens (as revistas) fazem dos eventos sociais em questão se dá na forma de organizar as ações dos personagens no desenrolar da narrativa. Enquanto em *Veja*, a situação de impunidade é alimentada pela não-presença do protagonista no desenrolar da narrativa, ou

melhor, pela sua transformação em antagonista, em *Isto É*, a presença do protagonista (Estado) é, ao contrário, clara desde o título da reportagem “O Brasil contra o crime”. Nesse caso, todo o desenrolar da narrativa se dá sob a perspectiva das ações presentes (e futuras) do protagonista (o Estado, representado metonimicamente por seus governantes), na tentativa de combate às ações do antagonista. Assim, se para o locutor de *Veja* a impunidade continua e continuará imperando até que alguém tome para si a responsabilidade de colocar em prática as soluções apontadas pela revista, para *Isto É*, diferentemente, o Estado já começou a assumir seu papel na responsabilidade do combate ao crime organizado, ainda que isso tenha acontecido apenas mais recentemente (uma vez que antes pouco ou nada havia sido feito) e que a efetivação das medidas apontadas seja colocada mais como uma *esperança* para a população, conforme podemos perceber em enunciados presentes na abertura – “uma *esperança* para os cidadãos que há muito se veem reféns do crime organizado e cada vez mais bárbaro nos grandes centros urbanos do Brasil” – e na conclusão da reportagem – “Nos próximos dias, tendo o Rio de Janeiro como palco, o presidente e os governadores terão a oportunidade de *reabrir essa esperança* para todo o País” (grifos nossos).

Percebemos, portanto, no plano do intradiscurso, uma diferença marcante na narrativa de *Isto É*, em relação à de *Veja*. Nesta, só depois de se apresentarem, amplamente, todos os problemas relacionados à criminalidade no Rio de Janeiro, são elencadas, de forma um tanto rápida – e diríamos, mesmo, simplista – as soluções possíveis (sem que se mencione, claramente, quem se encarregará delas). Já em *Isto É*, pela própria organização da narrativa, pelos personagens nela envolvidos (órgãos das esferas municipal, estadual e federal) e pelas ações que a revista delega a esses personagens, o leitor percebe que as soluções para o problema da criminalidade não são fáceis (como parece sugerir *Veja*), sendo necessário, além da promoção de discussões em torno do assunto, o envolvimento de todas as esferas militares e governamentais do país. Trata-se de algo que não pode ser feito da noite para o dia, pois, como afirma a própria revista, é uma “guerra de curto, médio e longo prazos” contra o crime. Em outras palavras: é algo difícil, uma vez que exige tempo e conjunção de esforços.

No que se refere aos personagens presentes nas narrativas também notamos uma diferença importante nas duas revistas. Assim, enquanto em *Veja* percebemos a quase total ausência do Estado no curso da narrativa – este aparecendo somente no momento em que se critica sua pouca atuação ou seu envolvimento com o crime organizado (o que o transforma em antagonista da narrativa) –, em *Isto É*, o Estado protagoniza a narrativa, ao assumir para si a responsabilidade no combate ao crime, ainda que grande parte das ações anunciadas o sejam no futuro do indicativo ou modalizadas pela probabilidade e não pela certeza como em: “Pela primeira vez, todas as esferas do poder público parecem dispostos a falar a mesma língua e a colocar a segurança pública efetivamente como prioridade do Estado” (modalidade epistêmica, relacionada à crença). Já em relação aos criminosos (traficantes), tanto em *Veja* quanto em *Isto É*, eles são apresentados como antagonistas, desempenhando ações marcadas pela violência e pela crueldade.

As milícias, por sua vez, aparecem em ambas as revistas como uma espécie de solução à não atuação ou à má atuação do Estado. Em *Veja*, como vimos, o locutor deixa antever, de certa forma, seu conforto em relação a elas, comparando, inclusive a eficiência das estratégias milicianas em relação aos insucessos da polícia. Já em *Isto É*, ainda que essa comparação exista também, o discurso – pelo menos no nível da aparência – é de maior condenação às milícias, delegando-se ao Estado o compromisso de combate ao tráfico. Vejamos como isso se dá.

Inicialmente, *Isto É* apresenta os milicianos como aqueles que “fazem justiça com as próprias mãos e criam leis próprias, forçando comerciantes e, às vezes, moradores a pagarem taxas pelo ‘serviço’” e que, “mesmo assim, são recebidos e admirados por parte da população como salvadores da pátria”. Isso porque, segundo a própria revista, “entre as tiranias a que são submetidos no cotidiano – por parte dos traficantes ou mesmo da polícia –, os moradores das favelas preferem as das milícias. Algo do tipo: dos males, o menor. Nos feudos dos milicianos não há tiroteios entre facções nem entradas violentas da polícia”.

Esses enunciados que, inicialmente, são de condenação aos milicianos, tornam-se, posteriormente, por meio da voz delegada à população das favelas, um

posicionamento de apoio às milícias como uma espécie de solução à violência promovida pelos traficantes e pela polícia. No entanto, fechando esse ciclo, a revista mostra claramente sua posição – contrária – em relação aos grupos milicianos com as seguintes afirmações: “Por outro lado, instauram, com ou sem uniforme, regimes incompatíveis com a democracia. Quando a milícia entra em uma favela, a primeira sensação é de alívio, mas logo aparecem as sequelas como as extorsões e abusos de poder”. Essa afirmação é corroborada pelas declarações do coordenador da ONG Observatório das Favelas, que analisaremos posteriormente. Há, pois, a condenação da atuação da milícias, situação que só pode ser revertida na medida em que o Estado se apresente, de fato, como alternativa eficaz à atuação dos milicianos, o que, no entanto, ainda é uma “esperança”. Enquanto o Estado não age, “dos males, o menor”, pois “o problema é que os cidadãos das favelas cariocas só conhecem um contraponto para o autoritarismo das milícias: a violência das facções criminosas”. Nesse caso, o locutor se protege por trás da voz dos moradores das favelas, ao avaliar a atuação das milícias como alternativa à violência promovida pelo tráfico ou pela própria polícia, pois, como ele se inscreve na FD do combate à criminalidade, destacando o fato de o Estado estar assumindo, finalmente, seu papel no enfrentamento militar do crime, ele precisa apresentar-se, explicitamente, contrário à atuação criminosa das milícias. Portanto, ainda que o locutor possa ter alguma simpatia pelas milícias, ele a escamoteia na voz dos moradores das favelas, pois, não lhe cabe, na posição que assumiu ao longo da reportagem, manifestar qualquer tipo de apoio a essas organizações paramilitares, sob pena de ser considerado incoerente.

Quanto à população – os moradores das favelas do Rio de Janeiro e a população do Rio de Janeiro como um todo –, ela é apresentada como vítima da violência nas três reportagens, vítimas essas que os locutores, tanto de *Veja* quanto de *Isto É*, incluem no grupo de pessoas à espera de uma solução, seja fazendo referência direta aos leitores (representantes da população), seja ainda pela apresentação das ações e estados-objetivo dos protagonistas e antagonistas de forma que os interlocutores identifiquem-se ou não com seus propósitos e ações. Vemos, aqui, o intrincado jogo de imagens – do Estado, da população, dos criminosos, da própria revista – que permeia as reportagens em foco.

Ainda que destaquem de forma diferente o atual papel do Estado no combate à criminalidade (e se distingam quanto ao modo de apresentar as soluções), tanto *Veja* quanto *Isto É*, no que tange às reportagens analisadas, destacam a FD da criminalidade, que mostra a situação crítica a que chegou o Rio de Janeiro, na atualidade, seja ela decorrente do tráfico de drogas propriamente dito, seja ainda da atuação das milícias, o que, por seu turno, remete à FD do não-combate à criminalidade por parte do Estado (seja pela sua ausência, seja pela corrupção, seja pela ineficiência de seus métodos), o que se mantém em *Veja*, mas é sinalizado como uma mudança futura (uma “esperança”) em *Isto É*, graças à “inédita união de governadores com o governo federal” (como afirma o subtítulo da reportagem analisada). Nesse sentido, podemos afirmar que em *Isto É* a FD do combate à criminalidade chega a se sobrepôr à FD da criminalidade, na medida em que o percurso narrativo põe em destaque as ações presentes e futuras do Estado no combate ao crime. No que tange aos sentidos produzidos no âmbito dessa última FD, ambas as revistas são dominadas pela crença de que o combate ao crime deve ser feito, sobretudo, com o uso da força e da repressão, constituindo-se, em uma verdadeira guerra (*Isto É*, inclusive, fala em “guerra” contra o crime, como vimos). Nesse caso, nenhuma delas foge à FI hegemônica que vê a criminalidade como um problema e postula a necessidade de que seja combatida (pelo poder público), ainda que o agenciamento dessas questões seja feito de forma diferenciada, como já apontamos.

Nesses termos, considerando com Orlandi (1993) que não há uma relação entre a ordem do discurso e a ordem das coisas, podemos perceber como, ao se filiar a uma ou mais FDs (e FIs) específica(s) para dizer o que diz, o sujeito necessariamente deixa de dizer outros sentidos, indesejáveis. Tanto *Veja* quanto *Isto É*, ao abordarem a questão da origem da criminalidade nas favelas do Rio de Janeiro a associam à ausência do Estado, mas não ausência no sentido de falta de assistência (econômica, social e cultural) aos moradores dessas localidades, mas sim, ausência do poder repressor estatal.

Passemos agora à análise da reportagem de *Carta Capital* sobre os mesmos eventos sociais. Inicialmente, cabe destacar que, enquanto as duas revistas analisadas até o momento destinam várias páginas à cobertura dos fatos, a reportagem de *Carta Capital* é de apenas uma página. Nesse sentido, se concordamos com Steinberger (2005) quanto ao fato de que a importância de uma reportagem também é dada pelo número de páginas que o órgão de comunicação lhe dedica, diremos que, para *Carta Capital*, esse não é o assunto mais importante a ser tratado na edição da revista de mesma data das reportagens anteriormente analisadas. Isso não nos impede, entretanto, de analisar a narrativa da revista sobre o tema em questão em comparação com os outros periódicos abordados, já que não estamos utilizando como critério o número de páginas que cada um deles dedicou à cobertura dos fatos, mas sim o(s) efeito(s) de sentido que se constroem em suas narrativas.

Em *Carta Capital*, como já dito no Capítulo 3, a reportagem que trata dos eventos relacionados aos ataques de fim de ano no Rio e às medidas do Estado no combate à criminalidade, intitula-se “No Rio, uma bomba-relógio” e traz o subtítulo “Os confrontos entre traficantes e milícias agravam a violência no Rio. Sérgio Cabral pede ajuda e Lula autoriza a ação da Força Nacional de Segurança e do Exército”. Essa matéria faz parte da edição de 10 de janeiro de 2007, como nas demais revistas. Vamos, pois, à narrativa de *Carta Capital*.

**Regra 1:** Identifique dois personagens, o protagonista e o antagonista.

*Protagonista:* Inicialmente, podemos considerar como protagonista o Estado, representado por Sérgio Cabral, pelo governo Lula e pelas forças militares. Ao longo da narrativa, entretanto, por meio de críticas feitas seja à falta de coordenação do governo no combate à criminalidade, seja a uma espécie de permissão tácita à atuação das milícias, percebe-se que o Estado vai perdendo essa posição.

*Antagonista:* Os traficantes e as milícias. Estas são apresentadas, já de saída, como antagonistas visto que, para o locutor/revista, “não há diferença entre milícias paramilitares e grupos criminosos”. E, ainda que não se possa falar em cumplicidade, tais antagonistas têm, de certa forma, o governo como “aliado”, conforme mostra o trecho: “O domínio das favelas pelas milícias é aparentemente



mais confortável para as autoridades do Rio. Não se pode falar que haja cumplicidade. Mas é possível achar intrigante a coincidência de que parte das favelas tomadas esteja nas rotas do Pan”.

**Regra 2:** Estado de problema para o protagonista, o qual é desejado ou causado pelo antagonista: “confrontos entre traficantes e milícias” que “agravam a violência no Rio”, a falta de segurança para o Pan.

**Regra 3:** Estado-objetivo desejado pelo protagonista e não desejado pelo antagonista: o combate à violência.

*Regra 3.1: Estado-objetivo desejado pelo antagonista e não desejado pelo protagonista:* o locutor não faz menção ao estado-objetivo do antagonista, o que não prejudica a narrativa, já que ele é opcional.

**Regra 4:** Trajetória, de acordo com a ação do protagonista, movimentando-se do estado de problema para o estado-objetivo: Pedido de Sérgio Cabral, “ao presidente Lula para que as Forças Armadas façam patrulhamento ostensivo nas unidades militares no estado”; autorização de Lula para que esse pedido seja atendido; pedido de Cabral para que a Força Nacional de Segurança atue nas divisas do Rio.

**Regra 5:** Ações do antagonista que se apresentem como um obstáculo ou desvio da trajetória planejada pelo protagonista: Ataques sincronizados que deixaram 18 mortos (a maioria de civis) e dezenas de feridos”; ataques a seis cabines da polícia e seis delegacias “que foram alvejadas por tiros”; nove ônibus incendiados (“em um deles, interestadual, sete pessoas morreram carbonizadas e outra morreu dias depois”). Domínio das favelas pelas milícias que expulsam o tráfico e obrigam os moradores a pagarem por segurança e por serviços como gás, tevê a cabo e transporte clandestino. Novamente destacamos que o problema das milícias, conforme é sugerido pela reportagem, não parece ser um grande incômodo para o Estado, ainda mais porque as favelas dominadas por esses grupos estão na rota do Pan. Essa afirmação se revelará ainda mais clara quando analisarmos as marcas da heterogeneidade mostrada presentes na reportagem.

**Regra 6:** Estado de transição que, decisivamente, possibilite ou impossibilite o alcance do objetivo do protagonista definido na regra 3: Esse estado de transição pode ser observado nos pedidos de Cabral ao governo Lula. Entretanto, a reportagem não aprofunda essa questão, pois, como percebemos, o foco narrativo acaba se deslocando para a ação das milícias nas favelas, o que, de acordo com os efeitos de sentido produzidos, representa, para o Estado, esse estado de transição, pelo menos no que se refere à segurança durante o Pan. Isso pode ser constatado no seguinte trecho da narrativa: “A favela Fernão Cardim, na zona norte do Rio, foi tomada por milícias no início de dezembro. Era problemática para a polícia por ser dominada por traficantes e estar próxima do estádio olímpico João Havelange, que será usado no Pan”.

*Regra 6.1: Estado de transição que, decisivamente, possibilite ou impossibilite o alcance do objetivo do antagonista definido na regra 3.1:* Não há. O que não prejudica a narrativa já que, conforme vimos, ele também é opcional.

**Regra 7:** Estado terminal no qual os valores desejados pelo protagonista sejam claramente opostos aos do antagonista: Também não há, pois, segundo a reportagem, “a questão da segurança durante o evento [o Pan] é apenas mais um item sem garantias de que vá funcionar”, afirmação que vai ao encontro do título da própria reportagem “No Rio, uma bomba-relógio”.

Como se pode notar, há, em *Carta Capital*, uma mudança de foco narrativo ao longo da reportagem. Inicialmente, o texto centra-se nos pedidos do recém-empossado governador Sérgio Cabral ao presidente Lula, no intuito de coibir atos de violência, como aqueles que foram cometidos no final do ano no Rio. Nesse momento, estabelece-se uma clara relação protagonista-antagonista, na qual os estados-objetivo desejados pelo protagonista e as ações por ele empreendidas vão de encontro aos estados-objetivo e ações do antagonista.

Recuperamos, aqui, as já citadas FDs da criminalidade e do combate à criminalidade pelo poder público, presentes nas reportagens anteriores. Essa última FD, no entanto, é praticamente abandonada no decorrer da narrativa, o que está relacionado à mencionada mudança do foco narrativo: são feitas críticas ao governo

e à sua posição de conforto perante as intervenções das milícias nas favelas, o que está ligado, principalmente, à fala da professora da Universidade Cândido Mendes. Isso se sobrepõe à FD do combate à criminalidade, gerando a FD contrária: a do não-combate à criminalidade da parte do Estado. Essa FD, embora também se faça presente nas demais narrativas, sobretudo para justificar a situação crítica do Rio na atualidade, ganha, em *Carta Capital*, seus contornos mais nítidos ao se desqualificarem as ações do governo, seja na alegada dificuldade “de se realizarem ações cooperativas e coordenadas entre esferas do governo, seja na qualificação do domínio exercido pelas milícias nas favelas como “mais confortável” para as autoridades do Rio.

Assim, no plano intradiscursivo, excetuando-se o que é dito no subtítulo e nas primeiras linhas – quando se fala das medidas adotadas ou a serem adotadas pelo governador eleito Sérgio Cabral – não é possível localizar outros enunciados que possam ser remetidos, de forma clara, à FD do combate à criminalidade pelo Estado. Em outras palavras: no que tange ao plano do intradiscorso, podemos afirmar que a FD do combate à criminalidade – aquela que, como já afirmamos neste trabalho, associa o combate à criminalidade ao uso da força militar, apresentando inclusive um conjunto de ações que são ou podem vir a ser adotadas nesse combate – é abandonada no curso da narrativa, na medida em que não localizamos nenhum enunciado que possa ser a ela remetido de forma clara. Porém, ela permanece inscrita nas entrelinhas do discurso, pois os próprios enunciados da FD contrária (a do não-combate à criminalidade) remetem aos seus [da FD do combate à criminalidade] enunciados: as críticas às ações e às posições do governo ou aos dizeres dos representantes do Estado, como ainda veremos neste trabalho, dizem respeito a atos militares do Estado no combate à criminalidade.

Isso permite, no nível do interdiscurso, pensar num outro espaço discursivo: o que opõe a FD do combate à criminalidade e a FD do não-combate à criminalidade – anteriormente destacada –, pois são essas FDs que se relacionam, de forma privilegiada, na reportagem da *Carta Capital*, ficando a FD da criminalidade, de certa forma, “diluída” nas outras duas. Assim, o texto começa com as medidas de segurança pública adotadas por Sérgio Cabral para só, então, falar daquilo que as

motivou: a onda de violência que assolou o Rio às vésperas do Reveillon (FD da criminalidade, que praticamente se limita ao 2º parágrafo do texto).

Nesse sentido, é possível perceber uma posição mais crítica – e, talvez possamos dizer, mais cética – da parte do locutor/da revista, o que pode ser observado, como já foi dito, no processo de construção de sentido da narrativa como um todo, mas está igualmente apontado no título da reportagem (“No Rio, uma bomba-relógio”), no qual o lexema *bomba-relógio* nos leva, por meio do trabalho da memória, a ativar toda a rede semântica associada aos dizeres anteriores sobre a criminalidade. Segundo o *Dicionário Houaiss* (2009, p. 310), uma bomba-relógio é “qualquer coisa com uma reação retardada potencialmente perigosa”. Isso significa que a “explosão” da bomba é só uma questão de tempo, sendo as medidas propostas pelo governo e os dizeres que as acompanham inócuos para erradicar, de fato, o crime organizado (seja ele ligado ao tráfico, seja à atuação das milícias). Ou seja, são medidas/dizeres paliativos que, como tais, não conseguem desarmar a “bomba” em que o Rio de Janeiro se transformou. Essa postura contrasta com o tom até certo ponto otimista assumido pela *Isto É*, como se vê em enunciados do tipo “Atentados no Rio de Janeiro provocam uma inédita união de governadores com o governo federal para a guerra contra a violência” (subtítulo) ou “Pela primeira vez todos os níveis do poder público parecem dispostos a falar a mesma língua e a colocar a segurança pública efetivamente como prioridade do Estado”. Já em relação a *Veja*, ainda que possamos observar uma aproximação – já que, como *Carta Capital*, destaca a descrença na atuação do Estado no combate à criminalidade –, isso não se dá pelas mesmas razões. *Veja* transforma o Estado em antagonista, principalmente pela sua não-atuação no combate ao crime, o que leva a revista a ver as milícias como uma alternativa à impunidade permitida pelo Estado. Em *Carta Capital*, a transformação do Estado em antagonista se dá, justamente, pela sua associação (ou conforto) em relação às milícias, vistas como grupos criminosos e que, portanto, deveriam ser combatidas com o mesmo rigor dos traficantes.

#### 4.1.2 Quanto à heterogeneidade mostrada

Examinaremos, agora, as marcas da heterogeneidade mostrada selecionadas para este trabalho: o discurso relatado (direto, indireto e a modalização do discurso em discurso segundo) e as palavras entre aspas. A escolha dessas marcas, em detrimento de outras, justifica-se pelo fato de enfatizarmos, em relação à organização narrativa das reportagens do *corpus*, o papel desempenhado pelos personagens. Cumpre-nos, pois, agora voltar nosso olhar para a forma como se dá o agenciamento das vozes desses personagens.

Lembramos que, ao destacar que o discurso é essencialmente heterogêneo, Maingueneau (1997), inspirado em Authier-Revuz, aponta dois planos (distintos, mas complementares e solidários): o da heterogeneidade constitutiva e o da heterogeneidade mostrada. A primeira, como já afirmamos, está presente na própria gênese do discurso, por meio da relação interdiscursiva que as FDs mantêm entre si. Já a heterogeneidade mostrada “incide sobre as manifestações explícitas, recuperáveis a partir de uma diversidade de fontes de enunciação” (op. cit., p. 75), podendo ser não marcada (o que ocorre em fenômenos como a ironia e o discurso indireto livre) ou marcada (o que ocorre no discurso relatado e em outros fenômenos em que temos marcas linguísticas ou tipográficas unívocas para indicar a heterogeneidade, como, por exemplo, a presença de marcadores de pressuposição e de palavras ou expressões entre aspas). Começemos pelo discurso relatado, fenômeno ligado à citação (em sentido amplo).

##### 4.1.2.1. O discurso relatado

Como afirmamos no Capítulo 3, a análise do discurso relatado nos permite compreender como esse fenômeno presente no fio do discurso (intradiscurso) marca a relação desse discurso com o discurso Outro (interdiscurso). Vejamos, pois, sua ocorrência no primeiro conjunto de reportagens do *corpus*.

Nas reportagens de *Veja*, encontramos uma única ocorrência de discurso relatado, no caso, de uma modalização do discurso em discurso segundo, localizada na parte

final da primeira reportagem (“Rio, cidade aberta”), na seção intitulada “Como resolver o problema”. Trata-se do seguinte trecho:

Segundo estimativa da Organização das Nações Unidas, as quadrilhas só começam a ter sua força econômica abalada quando se apreende mais de 30% da droga que elas comercializam. No Brasil, o cálculo é de que a polícia capture apenas 10%.

Ao citar a Organização das Nações Unidas, o locutor traz para seu dizer a força de um órgão internacionalmente reconhecido, o que serve, pois, como argumento de autoridade para sustentar a necessidade, afirmada pela revista, de se estabelecerem “metas mais rigorosas para a repressão ao crime”. Lembremos que a maneira como um discurso cita outros discursos é reveladora do funcionamento desse discurso, remetendo aos seus fundamentos ideológicos.

Nessa perspectiva, o fato de o locutor citar a Organização das Nações Unidas para dar maior credibilidade às soluções que apresenta contra a criminalidade não causa estranheza. Uma vez que ele eliminou o Estado do percurso narrativo da reportagem, pelas razões já discutidas, é importante que se filie a um órgão reconhecido socialmente para sustentar seu dizer. O que pode surpreender o leitor mais atento é a ausência de outras fontes na reportagem, já que é característica dos gêneros midiáticos a citação constante de fontes – seja para dar credibilidade ao que se diz, recriando-se o efeito de sentido de realidade e de isenção da mídia, seja como estratégia de não-responsabilidade da mídia pelo que foi dito.

Entretanto, se consideramos, com Maingueneau (1997), que a FD impõe não somente o que citar, mas também quem cita, de acordo com as limitações sócio-históricas do momento em que o discurso é produzido, não é difícil tirar algumas conclusões em relação a essa ausência. No âmbito interno (o da organização textual da reportagem), cabe lembrar a informação dada por Ramos e Paiva (2007), segundo a qual uma das principais fontes em reportagens sobre a violência é a fonte policial. Perguntamos, então, como citar semelhante fonte se a própria organização narrativa do texto praticamente exclui a ação policial do combate efetivo ao crime? Percebemos aqui, mais uma vez, o trabalho da semântica global e de seus sistemas de restrições impostos pela FD à qual o discurso se filia, não só na delimitação das

unidades temáticas e lexicais ou da construção narrativa, como também na determinação das citações permitidas e/ou possíveis.

Já em *Isto É*, há um número considerável de ocorrências do discurso relatado (direto, indireto e da modalização do discurso em discurso segundo). Vejamos essas passagens, na ordem em que se apresentam no texto:

1 - “É terrorismo e deve ser combatido com a política forte e a mão forte do Estado brasileiro”, disse o presidente no parlatório do Planalto.

2 - “Lula introduziu um elemento perturbador daquilo que nos diferencia de outros países. Um presidente não tem o direito de usar uma expressão assim de forma tão irresponsável”, disse a *Isto É* o prefeito Cesar Maia.

3 - Estudiosos também criticaram o excesso do presidente, mas foram unânimes em exaltar a importância de Lula ter chamado para si, finalmente, a tarefa de combater o tráfico depois de anos de muito discurso e ralos investimentos.

4 - “O que ocorreu é resultado de erros históricos acumulados por toda a sociedade, que deve assumir a responsabilidade e encontrar uma solução definitiva”, disse o presidente.

5 - Os atentados do final do ano, segundo a polícia, seriam uma reação dos traficantes à presença dessas forças paramilitares.

6 - O discurso oficial é de condenação aos integrantes das milícias que, segundo o novo comandante da PM, coronel Ubiratan Aguiar, cometem desvio de conduta.

7 - O coordenador da ONG Observatório das Favelas, Jailson de Souza, compara o “discurso da ordem sob a lógica autoritária” com o ambiente das ditaduras. “Todo grupo que atua com o objetivo de dominar um território quer monopolizar o poder, sem concorrência nem críticas. Os movimentos sociais são controlados e não há liberdade de opinião”, observa.

Inicialmente, façamos algumas considerações sobre as fontes citadas. Como se percebe, atendendo às limitações sócio-históricas ou da própria ordem discursiva midiática (que controla o acesso ao espaço público midiático), as fontes citadas na reportagem filiam-se a lugares sociais reconhecidos como confiáveis e legítimos para falar do assunto: representantes de esferas governamentais, da polícia e de uma ONG.

Em comparação à revista *Veja* que, ao excluir o Estado da cobertura que fez do evento (ou ao transformá-lo em antagonista) e na falta de outras fontes legítimas, praticamente não traz citações de outras pessoas ou organizações, tal problema não

se coloca para *Isto É*, pois como vimos, a organização do percurso narrativo de sua reportagem se dá sob a perspectiva das ações do protagonista (o Estado).

A importância do discurso relatado para a AD, entretanto, não está somente na análise de quem é citado, mas também nos efeitos de sentido sugeridos pelo modo como se cita. Nesses termos, retomamos a afirmação de Maingueneau (1997) de que a importância do discurso relatado está no fato de que ele possibilita ao locutor ocultar-se por trás de outro, sugerindo o que pensa, sem responsabilizar-se por isso. Vejamos, portanto, nas ocorrências do discurso relatado acima destacadas como isso se dá.

Inicialmente, em relação ao enunciado 1 (DD), percebemos um movimento duplo do primeiro locutor (aquele que cita; no caso, o jornalista que assina a matéria) em relação ao segundo locutor posto em cena (o citado: Lula). Em primeiro lugar, é esse segundo locutor – um não-eu – que classifica os atos dos criminosos como “terrorismo”, posição essa com a qual o locutor primeiro não quer (ou não pode) se comprometer, inclusive porque, logo abaixo ele cita críticas do prefeito César Maia (enunciado 2, DD) e de estudiosos (enunciado 3, modalização do discurso em discurso segundo) a essa atitude de Lula. Em segundo lugar, o locutor citado é a autoridade que protege a asserção assumida pela revista de que o Estado deve combater de forma efetiva (“com a política forte e a mão forte do Estado brasileiro”) a criminalidade. Aliás, a segunda parte da fala atribuída aos estudiosos não só reforça essa asserção (“foram unânimes em exaltar a importância de Lula ter chamado para si, finalmente, a tarefa de combater o tráfico”) como também remete a outra afirmação destacada na reportagem: a impunidade em relação ao crime organizado (“depois de anos de muito discurso e ralos investimentos”), posições essas sustentadas ainda pela segunda fala do presidente Lula (enunciado 4), que aparece em discurso direto: “O que ocorreu é resultado de erros históricos acumulados por toda a sociedade, que deve assumir a responsabilidade e encontrar uma solução definitiva”. Veja-se aqui que Lula conclama “toda a sociedade” (e não só o Estado) a combater o crime organizado, já que ela é também responsabilizada pelo problema. Posição que não é assumida por nenhuma das revistas que delegam ao Estado apenas a responsabilidade pelo avanço da criminalidade.



De qualquer forma, esse movimento ambíguo permite ao locutor não só revelar seus posicionamentos em relação à violência no Rio de Janeiro, citando autoridades que sustentam seu dizer, como também eximir-se de qualquer responsabilidade por aquilo que disse e que, eventualmente, possa ser alvo de críticas. Essa mesma estratégia está presente nos enunciados 5, 6 (modalização do discurso em discurso segundo) e 7 (inicialmente DI – na variante analisadora da expressão – e depois DD), que se referem à atuação criminosa das milícias nas favelas cariocas e à necessidade de combater seu poderio paramilitar.

Considerando as FDs da criminalidade (FD<sub>1</sub>) e do combate à criminalidade (FD<sub>2</sub>), podemos afirmar que o dizer de Lula, enunciado 1, remete, sobretudo, à FD<sub>2</sub>, na medida em que, ao associar a criminalidade ao *terrorismo*, justifica o ponto de vista assumido pelo locutor de *Isto É* de que o que deve haver é uma verdadeira “guerra contra a violência”. Essa fala do Presidente é criticada por Cesar Maia e pelos estudiosos (não se diz que estudiosos) não por sua filiação à FD do combate à criminalidade, na qual eles também se situam (haja vista a ênfase dada pelos estudiosos ao fato de Lula “ter chamado para si [...] a tarefa de combater o tráfico”), mas pelo uso da palavra “terrorismo”, considerada excessiva em ambos os casos.

Identificamos, nesses enunciados, uma espécie de *interincompreensão* que marca a relação do discurso com seu Outro. Para Maingueneau (2007, p. 112), a interincompreensão está associada à citação, pois é o Outro que marca sua alteridade rompendo a continuidade do Mesmo e que, ao alimentar-se “de um universo semântico incompatível com aquele da enunciação que o envolve”, coloca-se numa posição de conflito com o corpo citante. Nesse caso, o discurso citante interpreta os enunciados de seu outro (discurso citado), segundo sua própria grelha semântica (interincompreensão). Assim, o que Lula chama de “terrorismo”, dada a violência dos atos praticados contra civis, é, claramente, desqualificado, interpretado como excesso, como elemento perturbador num discurso mais preocupado com a imagem positiva do Rio para os Jogos Pan-Americanos do que com a questão real do combate à criminalidade.

No enunciado 4 (“O que ocorreu é resultado de erros históricos acumulados por toda a sociedade, que deve assumir a responsabilidade e encontrar uma solução definitiva”), também do presidente Lula, identificamos a presença das duas FDs postas em cena: tanto aquela que reconhece a criminalidade quanto a que conchama o combate a ela. Essa segunda parte da fala de Lula, no entanto, subverte, de certa forma, o universo de sentido instaurado pela FD<sub>2</sub> que, como já vimos neste trabalho, responsabiliza o Estado pelo problema da criminalidade e delega à população o papel de vítima da violência (à espera, como o locutor, de uma solução para ela). Já nos enunciados 5, 6 e 7, FD<sub>1</sub> e FD<sub>2</sub> compartilham a mesma posição de condenação às milícias. Como vimos anteriormente, a FD<sub>2</sub> pode até considerar o trabalho dos grupos milicianos como alternativa à ausência ou ineficiência do Estado, mas à medida que o Estado assume sua responsabilidade no combate à criminalidade, o discurso dessa FD é de condenação às milícias, que instauram “regimes incompatíveis com a democracia”.

Em *Carta Capital*, por sua vez, encontramos na reportagem em foco, as seguintes marcas do discurso relatado:

- 1 - Para o governador, seria ideal que os militares chegassem “gradualmente” até o início dos Jogos Pan-Americanos, em julho.
- 2 - A então governadora, Rosinha Garotinho, com informações do Secretário de Segurança Pública, Roberto Precioso Júnior, afirmou que a violência era resultado de uma união inédita entre líderes das facções criminosas Comando Vermelho (CV), Terceiro Comando (TC) e Amigos dos Amigos (ADA) para pressionar o novo governo.
- 3 - Já o Secretário da Administração Penitenciária, Astério Pereira dos Santos, disse que foi uma reação ao crescimento das milícias formadas por policiais e ex-policiais.
- 4 - No entender da professora da Universidade Cândido Mendes, Jacqueline Muniz, essa diferença nas avaliações revela a dificuldade, comum no Brasil, de se realizarem ações cooperativas entre esferas do governo:
  - Uma dificuldade que gera escassez de um lado e desperdício do outro. E isso se reflete na ação da polícia, seja no cotidiano, seja na emergência.
- 5 - Jacqueline destaca que não há diferença entre as milícias paramilitares e grupos criminosos:
  - Ambos produzem ameaça para vender proteção. As milícias sabotam o Estado de Direito para seu benefício e lucro.
- 6 - A prefeitura do Rio divulgou, em novembro, que haveria pelo menos 40 favelas dominadas por milicianos.

7 - O prefeito Cesar Maia, por e-mail, respondeu da seguinte forma ao ser perguntado se era correto associar a presença das milícias como uma espécie de prevenção da violência às avessas nas áreas do pan: “Só faltaria a Cidade de Deus na área”.

O primeiro enunciado, como vimos, relaciona-se à primeira fase da narrativa de *Carta Capital* em que o foco recai sobre os projetos do governo para combater a criminalidade. Se considerarmos, no entanto, o movimento duplo da citação, ou do discurso relatado, conforme é defendido em Maingueneau (1997), podemos constatar que, ao mesmo tempo em que cita o governador Sérgio Cabral para confirmar a tese de que há uma união conjunta das esferas estaduais e federais no combate à criminalidade, o locutor o faz também para se eximir da responsabilidade por aquilo que foi dito. Afinal, ao delegar a um segundo locutor a responsabilidade pelo que foi dito, o locutor primeiro se “desresponsabiliza” pelos sentidos advindos daquele dizer. Tal conclusão pode ser tirada, pois, como afirmamos na análise da narrativa e como veremos a partir dos próximos enunciados, há uma mudança no foco narrativo em que se retira do Estado o papel de protagonista na medida em que se criticam suas ações descoordenadas ou sua possível aliança com as milícias.

Tomemos agora os enunciados 2, 3 e 4 que precisam ser analisados em conjunto já que um remete ao outro. Em 2 temos apresentadas, por meio da modalização do discurso em discurso segundo, a versão da então governadora do Rio, Rosinha Garotinho, sobre os atos de violência ocorridos na cidade no final do ano. Já em 3, apresenta-se a visão do secretário de administração penitenciária sobre o mesmo evento. Ambos remetem à FD<sub>1</sub> (FD da criminalidade), na medida em que tentam justificar esses atos ou, pelo menos, explicá-los, eximindo-se, de certa forma, da responsabilidade pela escalada da violência. O enunciado 4, atribuído a uma especialista – a professora Jaqueline Muniz da Universidade Cândido Mendes – que fala, portanto, a partir de uma FD acadêmico-científica, passa a desqualificar a FD<sub>2</sub> (FD do combate à criminalidade), enfatizando, ao contrário, o não-combate ou, pelos menos, a ineficácia do processo. O enunciado 4 apresentado primeiramente por meio da modalização do discurso em discurso segundo e, posteriormente, em discurso direto, traz a avaliação da referida professora em relação a essa falta de coordenação nas ações governamentais o que gera “escassez de um lado e desperdício do outro”, causando reflexos “na ação da polícia, seja no cotidiano, seja

na emergência”. Aliás, *Carta Capital* é, entre as três revistas analisadas, a única que se vale de uma FD acadêmico-científica para legitimar seu dizer.

O enunciado 4, portanto, marca a mudança do foco narrativo de que vínhamos falando, na medida em que, a partir dele, rompe-se com a FD<sub>2</sub> do combate à criminalidade e instaura-se a FD do não-combate à criminalidade (que, para simplificar, chamaremos aqui de FD<sub>3</sub>). Se não há a mínima organização das ações do governo, como combater eficazmente a criminalidade? Dando continuidade a esse processo de afastamento da FD do combate à criminalidade, o locutor, novamente, recorre à FD acadêmico-científica para fundamentar o que diz (enunciado 5). Agora, no sentido de criticar a ação das milícias nas favelas, comparando-as às ações dos grupos criminosos.

Se comparado aos enunciados 6 e 7, percebe-se em 5, mais uma vez, o processo de desqualificação da FD<sub>2</sub> e dos sujeitos a ela associados (no caso, o Estado). Isso porque, os enunciados 6 e 7 confirmam a posição assumida pelo locutor, a partir da FD<sub>3</sub>, de que “o domínio das favelas pelas milícias é aparentemente mais confortável para as autoridades do Rio”. Em 6, portanto, ao citar por meio do discurso indireto a prefeitura do Rio, o locutor sugere que o Estado tem consciência da atuação das milícias nas favelas. Logo após esse enunciado, dando sequência ao texto, apresenta o trecho 7, como uma espécie de avaliação da prefeitura em relação à atuação dos grupos paramilitares nessas comunidades. A afirmação em discurso direto do prefeito Cesar Maia de que “Só faltaria a Cidade de Deus na área” do Pan para ser ocupada pelos milicianos corrobora a posição assumida pelo locutor de que há uma espécie de acordo tácito entre o Estado e as milícias, posição essa associada à FD<sub>3</sub> que, portanto, procura negar a FD contrária (FD<sub>2</sub>), desqualificando os dizeres (e os fazeres) a ela associados, o que resulta naquela posição mais crítica e mais cética que sinalizamos anteriormente.

#### 4.1.2.2 As palavras entre aspas

Enquanto nos enunciados relatados em discurso direto, as aspas manifestam uma ruptura sintática entre o discurso que cita e o discurso citado, segundo Authier-Revuz (2004), o mesmo não acontece com as palavras entre aspas, em que essa ruptura não existe. Elas são, assim, ao mesmo tempo, mostradas, marcadas como estranhas e integradas à sequência do enunciado, no que se denomina, segundo a autora, “conotação autonímica”. Nesse sentido, no entender de Maingueneau (1997), trata-se, como vimos no Capítulo 3, de palavras atribuídas a um outro espaço enunciativo cuja responsabilidade o locutor não quer assumir. Para o autor, portanto, as aspas “designam a linha de demarcação que uma formação discursiva estabelece entre ela e seu ‘exterior’; um discurso efetivamente só pode manter à distância aquilo que ele coloca fora de seu próprio espaço” (op. cit., p. 90).

Como já trabalhamos com a presença das aspas para marcar o discurso direto (vide item 4.1.2.1), voltaremos nossa atenção, agora, para as palavras entre aspas. Assim, temos em *Veja* e em *Isto É*, as seguintes ocorrências, que analisaremos de forma agrupada, por considerar semelhantes os efeitos de sentido produzidos:

##### **VEJA:**

1 - Outra fonte de despesa são os funcionários de carreira, sem trocadilho, que ganham salários invejáveis. O de um “gerente-geral” chega a 15 000 reais por mês.

2 - O mito urbano do “barão do tráfico”, o cidadão de classe média alta que comandaria o crime confortavelmente instalado em uma cobertura de frente para o mar, nunca teve sua existência comprovada pela polícia.

3 - A formação básica da boca inclui um olheiro - responsável por avisar os traficantes da aproximação de inimigos - e não mais do que cinco “soldados” que, armados com fuzis, permanecem ocultos, em pontos estratégicos.

4 - Já o ex-cabo do Exército Luiz André Ferreira da Silva, o Deco, “dono” da favela da Chacrinha, na Praça Seca, teve mais sorte.

##### **ISTO É:**

5 - Estima-se que 90 favelas da metrópole estejam controladas pelas chamadas milícias, nome dos grupos de policiais, bombeiros e agentes penitenciários que cobram pela aparente “ordem” que produzem ao expulsar os traficantes das favelas.

6 - Fazem justiça com as próprias mãos e criam leis próprias, forçando comerciantes e, às vezes, moradores a pagarem taxas pelo “serviço”.

Nesses trechos, aparecem destacadas por aspas as palavras “gerente-geral”, “barão do tráfico” e “soldados” (relacionadas às organizações criminosas – revista *Veja*), além de “dono” (*Veja*), “ordem” e “serviço” (*Isto É*) (relacionadas à atuação das milícias nas favelas).

Considerando, conforme Maingueneau (1997), que as aspas marcam a relação da FD com seu exterior, constatamos que o locutor, ao colocar entre aspas os termos acima, integra-os ao seu texto (afinal, não há nenhuma ruptura sintática, como se observa no discurso direto), ao mesmo tempo em que chama atenção para o fato de que eles pertencem a um outro espaço enunciativo, cuja responsabilidade ele (o locutor) não quer assumir.

Para Authier-Revuz (2004, p. 218-220), a operação de distanciamento que o uso de aspas representa tem basicamente duas funções, como já destacamos anteriormente neste trabalho: 1) questionar o caráter apropriado da palavra, suspendendo a responsabilidade do locutor ao proferi-la; 2) mostrar, ao distinguir tal palavra, que ela pertence a um outro discurso (uma outra FD).

Nos excertos citados, podemos identificar essa dupla função das aspas. Em primeiro lugar, questiona-se o caráter apropriado das palavras destacadas, sendo usadas como uma espécie de proteção para mostrar, ao contrário, seu caráter apenas aproximativo. Por exemplo, como chamar de “gerente-geral”, de “barão [do tráfico]” ou de “soldados”, pessoas que participam de uma organização criminosa e não de instituições reconhecidas pela ordem social, em que essas funções têm, de fato, um propósito, uma razão de ser (*Veja*)? Ainda, como designar como “ordem” ou “serviço” as ações abusivas das milícias (*Isto É*) ou mesmo afirmar que um miliciano é “dono” de uma favela (*Veja*)?

Em segundo lugar, ao aspear os termos em destaque, o locutor remete essas palavras a um outro discurso (uma outra FD), procurando marcar a “zona fronteira reveladora daquilo em relação ao que lhe é essencial se distanciar” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 229).

Essa demarcação, todavia, segundo a própria autora, é uma ilusão do locutor em relação à unicidade de seu discurso. Se essa unicidade não existe, pois como vimos em Maingueneau os limites que separam as FDs são muito fluidos, vejamos como essas palavras aspeadas se relacionam às FDs que identificamos nos discursos sobre a violência associada ao tráfico de drogas. Tomando os enunciados 1, 2 e 3, cujas palavras aspeadas – “gerente-geral”, “barão do tráfico” e “soldados” – remetem à organização do tráfico de drogas, percebemos que, ao demarcá-las, o locutor as aponta como inapropriadas e, ao mesmo tempo, pertencentes a um outro discurso que não o seu: a FD da criminalidade, que ressalta o caráter organizado do crime, quando comparado ao Estado, bem como seu funcionamento de ordem capitalista, já que segundo a reportagem, o objetivo dos criminosos é a lucratividade com a venda de drogas.

Já nos enunciados 4, 5 e 6, as palavras entre aspas – “dono”, “ordem” e “serviço” – dizem respeito às milícias. A exemplo do que foi feito na *Veja*, em *Isto É* marca-se a inadequação dessas palavras, bem como sua pertença a um outro discurso, com o qual o locutor não quer (ou não pode) se identificar: o de defesa das milícias como uma espécie de alternativa à não-atuação do Estado no combate ao tráfico de drogas (FD do combate à criminalidade ainda que “às avessas”, pois é conduzido pelas milícias).

O reconhecimento do sentido desses termos “postos à distância” por parte dos leitores só é possível devido ao que Maingueneau (2007) define como competência interdiscursiva. É ela que permite ao leitor, em última análise, distinguir o que pertence a uma dada FD e aquilo que não lhe pertence. Assim, embora nos exemplos em pauta não possamos falar, de fato, num processo de “tradução” entre FDs, reconhecemos que a utilização das aspas define o modo de coexistência do discurso com a FD que lhe é antagônica e, na qual, portanto, os termos destacados assumem um outro sentido (a ser decifrado pelo leitor).

Detectamos ainda, em *Isto É*, dois outros trechos que utilizam aspas:

7 - A onda de “terrorismo”, como classificou o presidente Lula, ocorrida no Rio a partir do dia 27 de dezembro ofuscou a posse dos novos governadores e do próprio presidente.
--

8 - No final da tarde de quinta-feira 4, o governador Sérgio Cabral revelou a *ISTO É* que Lula “está encantado” com a parceria contra a violência.

No enunciado 7, o locutor, ao antecipar um termo utilizado numa fala posterior de Lula (em discurso direto), exime-se de responsabilidade, ao atribuir, novamente, ao outro, no caso ao presidente, a designação “terrorismo” para os fatos ocorridos à época no Rio. Porém, ao mesmo tempo e ambigualmente, produz o efeito de sentido desejado: o de associação da criminalidade ao terrorismo, sendo inclusive necessária uma “guerra de curto, médio e longo prazos” para combatê-la, termo, portanto, condizente com o sentido pretendido pela FD do combate à criminalidade. Já no enunciado 8, as palavras entre aspas consistem num pequeno trecho da fala de Lula no interior do discurso indireto. Nesse caso, além de distinguir as duas “vozes” que falam, o locutor, de forma bem-humorada, dá relevo ao modo de falar de Lula, utilizando uma expressão típica dele (que o locutor/autor da reportagem reassume com um certo sabor irônico). Para Savioli e Fiorin (1990, p.185), trata-se de discurso indireto na variante analisadora da expressão.

Na reportagem de *Carta Capital*, encontramos uma única ocorrência de palavra entre aspas, no trecho atribuído ao governador Sérgio Cabral que já analisamos como discurso relatado: “Para o governador, seria ideal que os militares chegassem ‘gradualmente’ até o início dos Jogos Pan-Americanos em julho”. Nesse caso, parece tratar-se de um termo atribuído ao próprio governador, talvez para sinalizar que os militares deveriam evitar uma ocupação ostensiva que pudesse desencadear novos problemas. Como é uma fala que aparece logo no início da reportagem, ela remete à FD do combate à criminalidade, que, posteriormente, será desqualificada, como já afirmamos.

Antes de encerrar este item e passar ao estudo do segundo conjunto de reportagens, teceremos alguns comentários em relação às análises que apresentamos. Relacionando as reportagens analisadas, percebemos, por meio das FDs postas em jogo que não há, entre as revistas, diferenças muito profundas quanto às posturas adotadas na representação que constroem do problema da criminalidade, ainda que, no plano do intradiscurso, elas apresentem abordagens



diferentes quanto à construção da narrativa, quanto à atuação das milícias e do Estado no combate à criminalidade.

Assim, enquanto em *Veja* predomina a FD da criminalidade, restringindo-se a FD do combate à criminalidade a quadros finais nas duas reportagens, em *Isto É*, há dominância dessa FD, apontada, no entanto, apenas como uma esperança, em vias de concretização futura. Já *Carta Capital* assume uma postura mais crítica: ao enfatizar a FD do não-combate à criminalidade, a revista não só critica uma ação efetiva do Estado como também constata que, no combate à criminalidade, as milícias não podem ser vistas como uma solução à impunidade permitida pelo Estado. Por outro lado, enquanto *Isto É* coloca o Estado na posição de protagonista no combate à criminalidade, *Veja* e *Carta Capital* o apresentam como antagonista de suas narrativas, seja por sua ausência ou ineficiência no combate ao crime (*Veja* e *Carta Capital*), seja por se sentir “confortável” com a atuação das milícias nas favelas (*Carta Capital*). Nesse ponto, aliás, *Carta Capital* se mostra mais crítica – e mesmo mais cética, como dissemos – buscando inclusive apoio numa FD acadêmico-científica, algo que as demais revistas não fazem.

Contudo, essas FDs, que ganham diferentes contornos em cada revista, filiam-se a uma mesma FI hegemônica que circula na sociedade atual: a que vê a criminalidade e a violência dela decorrente como um mal que precisa ser combatido pela força, ou, em outras palavras, pela “mão forte do Estado” que, até então, pouco tem feito de concreto para erradicar o problema. A criminalidade é, pois, associada à ausência do Estado nas favelas (ausência aqui entendida, conforme vimos, como não-utilização do poder militar e punitivo do Estado), postulando-se a necessidade de se declarar uma verdadeira guerra contra ela (aí incluídos o tráfico de drogas e a atuação das milícias). Nessa ótica, a questão passa a ser entendida como uma luta do bem contra o mal, o que escamoteia ou mesmo silencia temas mais profundos ligados à criminalidade, como, por exemplo, as condições precárias de vida de grande parte da população brasileira ou a falta de oportunidades iguais para todos os cidadãos (situações que, muitas vezes, abrem caminho para a bandidagem e o submundo das drogas).

## 5 ANÁLISE DO CORPUS – 2ª PARTE

Dando continuidade à análise das narrativas, voltaremos nosso olhar, agora, para o conjunto das três últimas reportagens elencadas no Capítulo 3: 1) “Ataque à cidadela do tráfico”, com o subtítulo “O governo do Rio trava guerra com bandidos para retomar uma área que se tornou um enclave de narcotraficantes” (*Veja*, 23/05/2007); 2) “O Rio adota a estratégia do confronto”, que traz o subtítulo “Sérgio Cabral endurece e enfrenta o desafio de derrotar o tráfico sem cometer excessos contra os moradores das favelas” (*Isto É*, 11/07/2007); 3) “Batalha no Alemão”, cujo subtítulo é “Rio de Janeiro – o governo Cabral decidiu recuperar o controle de áreas dominadas pelo tráfico. Por ora, o custo tem sido alto” (*Carta Capital*, 04/07/2007). Como já foi destacado anteriormente, apesar de não terem sido publicadas na mesma data, essas reportagens foram selecionadas para compor o *corpus* desta pesquisa devido ao tema de que tratam: a ocupação do Morro do Alemão pela polícia, medida que dá continuidade às ações governamentais em resposta aos ataques promovidos pelos traficantes no final de 2006, assunto das reportagens anteriormente analisadas. Vejamos, pois, como essas reportagens narram o fato em questão, começando pela revista *Veja*.

### 5.1 Examinando o segundo conjunto de reportagens

#### 5.1.1 A organização das narrativas e a interdiscursividade que as constitui

Começamos pela reportagem da revista *Veja*, procurando aplicar a ela as regras da narrativa de Beaugrande e Colby, apresentadas em Palmer (1999):

**Regra 1:** Identifique dois personagens, o protagonista e o antagonista.

*Protagonista:* O Estado, representado pelo governador Sérgio Cabral, pela polícia e pelo Batalhão de Operações Especiais (BOPE)

*Antagonista:* Os traficantes, o Comando Vermelho, os bandidos.

**Regra 2:** Estado de problema para o protagonista, o qual é desejado ou causado pelo antagonista. Isso pode ser constatado nos trechos abaixo:

- 1 - Tomada pelos traficantes, a região [Complexo do Alemão] virou um enclave em meio à cidade.
- 2 - O que está em jogo é o futuro da luta da cidade e do estado contra a bandidagem. Em caso de fracasso no Complexo do Alemão, a guerra terá sido perdida.
- 3 - Desmoralizada no Complexo do Alemão, a polícia do Rio estará colocando o novo governo na vala comum da ineficiência no combate ao crime.
- 4 - [...] o Comando Vermelho se abastece de drogas, armas e munições para dominar a maioria das favelas da cidade.
- 5 - [...] financiar ações criminosas, comprar armas e drogas e subornar policiais.
- 6 - [...] série de ataques a alvos civis que no fim do ano passado deixou dezenove mortos e mais de vinte feridos no Rio.

Vemos, a partir desses trechos, que a constituição do “estado de problema” é bastante complexa, implicando vários aspectos, tais como as ações do Comando Vermelho (compra de armas e drogas, suborno de policiais etc.), a situação estratégica do Morro do Alemão e a própria desmoralização da polícia carioca no combate ao crime organizado.

**Regra 3:** Estado-objetivo desejado pelo protagonista e não desejado pelo antagonista: “[...] reincorporar à cidade a região onde o tráfico de drogas impõe suas leis.” “Desmantelar o que é hoje uma das principais bases de operações do narcotráfico no Rio”.

**Regra 4:** Trajetória, de acordo com a ação do protagonista, movimentando-se do estado de problema para o estado-objetivo.

- 1 - Em mais de duas semanas de combates, a polícia ainda não conseguiu o controle total da região.
- 2 - Foram necessários quatro dias para que a polícia conseguisse tomar e demolir a casamata. Mas antes, para chegar até lá, teve de remover diversas barreiras. Foi preciso uma retroescavadeira – operada por um policial com colete à prova de balas e escoltado por outros dois colegas de farda.

**Regra 5:** Ações do antagonista que se apresentem como um obstáculo ou desvio da trajetória planejada pelo protagonista:

1 - Nas principais vias de acesso, os traficantes instalaram obstáculos formados por tonéis cheios de concreto e recheados com pedaços de trilho de trem. Tudo isso devidamente cravado no chão. Um expediente para impedir o acesso do blindado usado pela polícia, apropriadamente apelidado de Caveirão.

2 - Os bandidos haviam construído uma casamata. Trata-se de uma fortificação usada em campos de batalha, normalmente camuflada (ela desaparecia na paisagem da favela) apenas com pequenos buracos. Dali, podia se atirar sem ser atingido, o que dá imensa vantagem na guerra.

3 - A contagem de baixas já registra dezesseis mortos e cinquenta feridos. Quase todos os feridos, aliás, são moradores atingidos pelos próprios traficantes, que pretendiam jogar a opinião pública contra a polícia.

4 - Nos dias seguintes, os traficantes reagiram. Jogaram óleo nas ruas, para atrapalhar a subida de blindados da polícia, e arrancaram estruturas de ferro que cobriam um valão na entrada das favelas, criando um fosso.

5 - Na semana passada, bandidos circulavam normalmente com armas pela favela e até davam entrevistas.

Os trechos citados acima em relação às regras 4 e 5 dispensam comentários; são esclarecedores por si sós, pois mostram as dificuldades enfrentadas pelo protagonista (mais diretamente, pela polícia) para seguir a trajetória planejada e as medidas concretas adotadas pelos antagonistas (os traficantes) para impedir a ação da polícia.

**Regra 6:** Estado de transição que, decisivamente, possibilite ou impossibilite o alcance do objetivo do protagonista definido na regra 3: A entrada efetiva da polícia no Complexo do Alemão.

**Regra 7:** Estado terminal no qual os valores desejados pelo protagonista sejam claramente opostos aos do antagonista. Essa oposição pode ser vista, por exemplo, no trecho que segue: “Na semana passada, a polícia não concluiu a ocupação do lugar. Invasões de favelas são justificáveis, sim, mas não devem ser a norma. O estado tem de tomar conta do território, mas com o objetivo de permanecer por lá. O secretário estadual de Segurança, José Mariano Beltrame, garantiu que não foi um recuo. Tudo faria parte de uma estratégia. A guerra não terminou.”

Como se percebe, diferentemente do que constatamos nas reportagens anteriormente examinadas de *Veja*, nesta, o Estado assume o papel de protagonista ao tomar para si a responsabilidade de combater o tráfico e de reintegrar o Morro do Alemão (dominado pelos traficantes) à cidade do Rio de Janeiro. Isso pode ser percebido não só nas ações da polícia (representante do Estado), como ainda nos estados-objetivo do protagonista: “[...] reincorporar à cidade a região onde o tráfico de drogas impõe suas leis”; “Desmantelar o que é hoje uma das principais bases de operações do narcotráfico no Rio”.

Contudo, observando mais de perto as ações empreendidas pelo protagonista e pelo antagonista, percebemos, por parte do locutor de *Veja*, um certo grau de descrença em relação à atuação do Estado. Esse processo se inicia, na verdade, na apresentação dos estados-objetivo do protagonista. Considerando os enunciados 2 e 3, reproduzidos anteriormente, percebemos que o locutor, ao construir sua narrativa sobre a ocupação do morro do Alemão, já levanta a possibilidade de fracasso da polícia, como condição do (in)sucesso da guerra contra a criminalidade e, conseqüentemente, da mudança ou não da visão que se tem do Estado no combate ao crime: “Em caso de fracasso no Complexo do Alemão, a guerra terá sido perdida”; “Desmoralizada no Complexo do Alemão, a polícia do Rio estará colocando o novo governo na vala comum da ineficiência no combate ao crime”.

Esse último enunciado, juntamente com o excerto 1 (“Tomada pelos traficantes, a região [Complexo do Alemão] virou um enclave em meio à cidade”) nos permite recuperar a FD do não-combate à criminalidade, presente também no primeiro conjunto de reportagens de *Veja*, já analisado. Isso porque as afirmações de que a polícia, caso seja desmoralizada no Alemão, “estará colocando o novo governo na vala comum da ineficiência no combate ao crime” e de que o Complexo do Alemão, tomado por traficantes, “virou um enclave em meio à cidade”, remetem justamente à não-atuação do Estado no combate ao crime organizado, o que levou à descrença da população na força policial (e, conseqüentemente, no Estado) e possibilitou aos traficantes agirem livremente.

Essa descrença/desconfiança no Estado é alimentada pelas ações do protagonista e do antagonista no curso da narrativa. Nesses termos, o protagonista precisou de “quatro dias para” conseguir “tomar e demolir a casamata”; tendo sido obrigado, para tanto, a “remover diversas barreiras” (o que o fez, inclusive, utilizar “uma retroescavadeira – operada por um policial com colete à prova de balas e escoltado por outros dois colegas de farda”) e, além disso, “em mais de duas semanas de combates”, a polícia não havia ainda conseguido “o controle total da região”. Em contrapartida, as ações do antagonista parecem mais fáceis: observando-se os enunciados de 1 a 5, que destacam sua trajetória ao longo da narrativa, nota-se que, além de mais numerosas, suas ações se mostram mais bem-sucedidas que as ações do protagonista: as baixas registradas nos combates (quase todos moradores atingidos pelos próprios traficantes para jogar a opinião pública contra a polícia), a criação de novos obstáculos para a polícia e, por fim, o fato de “os bandidos” circularem “normalmente com armas pela favela e até darem entrevistas”. Em suma: se comparados à polícia que, em mais de duas semanas ainda não conseguiu o controle total da região, os traficantes parecem ter tido mais êxito.

Considerando, conforme Orlandi (2009), que o texto é a unidade de análise que permite ao analista ter acesso ao discurso (ao interdiscurso) podemos afirmar, em relação também a essa reportagem, que em *Veja* a FD da criminalidade se sobrepõe à FD do combate à criminalidade, tendo em vista a versão que a revista apresenta dos fatos relacionados à criminalidade associada ao tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Isso porque, como vimos anteriormente, faz parte do sistema de restrições da primeira FD o descrédito, ou mesmo a crítica, em relação à atuação do Estado no combate à criminalidade, já que, uma das razões da origem e do crescimento desse problema está ligada à impunidade e/ou à incompetência do Estado em combater o crime – sendo, nesse sentido, a FD do não-combate à criminalidade constitutiva da FD da criminalidade. Ainda que ambas as FDs considerem como solução para o crime o uso da força militar (remetendo a uma mesma FI), a FD da criminalidade, ao trazer para seu interior a FD do não-combate à criminalidade, critica o Estado justamente pela ineficiência na aplicação dessa força.

Assim, se o locutor de *Veja*, de modo diverso do que aconteceu nas reportagens anteriores, coloca agora o Estado como protagonista da narrativa e apresenta as ações que estão sendo efetivadas por ele para combater o crime organizado (ainda que, como vimos, com dificuldades e obstáculos da parte dos antagonistas/traficantes), associando-se, de forma mais efetiva, à FD de combate à criminalidade para dizer o que diz<sup>32</sup>, ele não pode deixar de se colocar também como crítico no que se refere à ação estatal. Vejamos como esse movimento se dá.

Na reportagem em questão, percebemos a relação entre a FD da criminalidade e a FD do combate à criminalidade em diversos momentos. Em primeiro lugar, pelo próprio fato de o Estado ter assumido o papel de protagonista da narrativa. Em segundo lugar, por irem as ações empreendidas pelo Estado ao encontro daquilo que defende a FD do combate à criminalidade: a solução do problema da criminalidade associada ao tráfico de drogas, no caso, pelo emprego da força militar; afinal, como se observa no subtítulo: “o governo do Rio trava guerra com bandidos”.

Essa relação entre as duas FDs fica ainda mais clara se considerarmos dois enunciados presentes na narrativa: o primeiro deles se refere às baixas registradas na ocupação do Morro do Alemão – objeto de crítica ao Estado, como veremos nas reportagens de *Isto É* e, mais evidente, em *Carta Capital*. Ao afirmar que as ações de violência contra os moradores foram promovidas “pelos próprios traficantes, que pretendiam jogar a opinião pública contra a polícia”, o locutor de *Veja* retira do Estado a responsabilidade por esses atos. O outro enunciado – “a guerra não terminou” – encerra a narrativa, vindo logo após a declaração do secretário estadual de Segurança do Rio.

Assim, ao fechar o ciclo narrativo afirmando que “a guerra não terminou”, o locutor destaca, de certa forma, a FD do combate à criminalidade, ainda que, no plano do intradiscursos, ela seja relegada ao segundo plano, já que, como vimos, as ações dos traficantes são mostradas como mais bem sucedidas do que as do Estado/da polícia. Além disso, ao delegar aos traficantes a responsabilidade pelas mortes de

---

<sup>32</sup> Basta lembrarmos, por exemplo, que a primeira reportagem de *Veja* se limitava a apresentar, num *box* final, algumas medidas a serem implementadas para combater o crime organizado, sem dizer, no entanto, quem (que instância) deveria responsabilizar-se por elas.

civis, esse locutor não só enfatiza a crueldade dos criminosos, como justifica a guerra declarada pelo Estado no combate ao crime. Guerra que, se até agora não se mostrou bem-sucedida, pelo menos ainda não acabou.

Por outro lado, não podemos deixar de perceber, também como já foi dito, um tom de descrença frente às ações policiais, o que se mostra de forma bastante clara no trecho que encerra a reportagem: “Na semana passada, a polícia não concluiu a ocupação do lugar. Invasões de favelas são justificáveis, sim, mas não devem ser a norma. O estado tem de tomar conta do território, mas com o objetivo de permanecer por lá [...]” Nesse trecho, encerrando a trajetória do protagonista, que busca alcançar seu estado-objetivo, o locutor sugere a ineficiência da ação policial, seja porque não “concluiu a ocupação do lugar”, seja ainda porque não permaneceu por lá.

Em outras palavras: se existe um combate (uma guerra) da parte do Estado (levada a cabo pela polícia) – questão que está ausente das reportagens do primeiro conjunto –, ele está ainda longe de alcançar a situação final desejável: “[...] reincorporar à cidade a região onde o tráfico de drogas impõe suas leis” e “desmantelar o que é hoje uma das principais bases de operações do narcotráfico no Rio”, remetendo, pois, à FD do não-combate (ou do combate ineficaz) à criminalidade e à FD da criminalidade, que se mostra, pois, dominante na reportagem em foco (ainda que por vias diferentes daquelas assumidas pelas demais reportagens da *Veja*).

Além disso, se conforme vimos, a semântica global restringe a um só tempo todos os planos discursivos, essa restrição se dá não apenas no plano da organização narrativa (em que, ao se filiar à FD da criminalidade, o locutor não só dá maior ênfase às ações dos criminosos, como também destaca o êxito obtido nessas ações em detrimento daquelas empreendidas pelo Estado), mas também nas escolhas lexicais operadas pelo locutor. Nesse sentido, a opção pelo verbo no futuro do pretérito *faria* – para se referir à garantia do secretário estadual de Segurança do Rio, de que a saída da polícia do Alemão não foi um recuo, mas parte da estratégia – demonstra, mais uma vez, se não uma descrença, pelo menos a desconfiança do



locutor frente às ações do Estado, já que, segundo Bechara (2009, p. 280), o futuro do pretérito pode denotar não só a ideia de que “um fato se dará, agora ou no futuro, dependendo de certa condição”, como também a noção de incerteza em relação à ocorrência desse mesmo fato.

Vejamos agora como se constrói a narrativa de *Isto É* sobre o mesmo evento (ocupação do Complexo do Alemão), na reportagem “O Rio adota a estratégia do confronto”, cujo subtítulo é “Sérgio Cabral endurece e enfrenta o desafio de derrotar o tráfico sem cometer excessos contra os moradores das favelas”, publicada na edição de 11 de julho de 2007.

**Regra 1:** Identifique dois personagens, o protagonista e o antagonista.

*Protagonista:* Sérgio Cabral; governo federal; José Mariano Beltrame, escolhido por Cabral para comandar a Secretaria de Segurança Pública; governadores de São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo.

*Antagonista:* facções de traficantes do Rio de Janeiro.

**Regra 2:** Estado de problema para o protagonista, o qual é desejado ou causado pelo antagonista. Além de problemas econômicos, ligados aos “cofres estaduais combalidos” e à reivindicação de melhoria salarial da parte da PM (o que afeta o combate eficaz ao crime), o protagonista tem como problema, causado especificamente pelo antagonista, o fato de que “as facções do Rio de Janeiro explodiram os planos de Segurança Pública de sucessivos governadores fluminenses – de Leonel Brizola ao casal Garotinho (primeiro, ele, depois a mulher, Rosinha), passando por Moreira Franco, Marcello Alencar e Benedita da Silva”.

**Regra 3:** Estado-objetivo desejado pelo protagonista e não desejado pelo antagonista: “[...] livrar a Segurança Pública da influência dos políticos e efetivar a integração com o governo federal”; “[...] fazer a criminalidade no Rio voltar a patamares consideráveis.”

**Regra 4:** Trajetória, de acordo com a ação do protagonista, movimentando-se do estado de problema para o estado-objetivo:

1 - [O Governo federal] cedeu três mil homens da Força Nacional de Segurança (FNS) e liberou R\$1,6 bilhão para obras no Alemão.

2 - A guerra ao tráfico foi declarada e o plano para as próximas batalhas já está traçado.

3 - Os possantes aparelhos de escuta localizados no terceiro andar da secretaria continuam monitorando os criminosos do Alemão e novas operações podem ocorrer no local. Quanto a futuras ações policiais na Rocinha, na Mangueira ou no Complexo da Maré, anunciadas pela imprensa, o Secretário indica que uma surpresa está por vir.

4 - A integração com o governo federal é outro ponto fundamental.

5 - [...] a parceria entre Lula e Cabral vai bem mais longe. Na segunda-feira 2, o presidente esteve no Rio para anunciar a liberação de R\$1,6 bilhão para reurbanização do Alemão e mais R\$2,2 bilhões em outros investimentos sociais no Estado.

6 - [...] o dinheiro do governo federal representa uma tábua de salvação. Os recursos servirão para Cabral provar que sua estratégia de combate ao tráfico prevê também intervenções sociais nas comunidades, e não apenas ação policial.

7 - Além de Lula, o governador fluminense mantém contato frequente com os governadores de São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo.

8 - Com seus próprios recursos, o governo fluminense está empreendendo algumas mudanças importantes. O antigo Instituto Médico Legal foi fechado e um novo vai ser inaugurado em três meses com equipamentos modernizados e funcionamento ininterrupto. A perícia técnica também está sendo reformada e passará a contar com máquinas de ponta, com banco de DNA e laboratório de fonética, recurso até hoje só disponível na Universidade de Campinas. As 3.600 viaturas policiais – a maioria em estado precário – serão vendidas e 1.500 automóveis novos serão comprados.

9 - Serão criadas patrulhas de dois PMs em motocicletas, um guiando a moto e outro armado de fuzil.

10 - Para melhorar a taxa de elucidação de homicídios da polícia do Rio, [...], Beltrame introduziu novos métodos de gestão.

11 - A maior inovação, porém, será um legado do Pan: os equipamentos de inteligência que formarão o principal centro de investigação da América Latina.

Como se vê, os onze trechos citados destacam ações diretas (ou indiretas) dos vários protagonistas – todos ligados ao Estado – implicados no combate ao crime organizado.

**Regra 5:** Ações do antagonista que se apresentem como um obstáculo ou desvio da trajetória planejada pelo protagonista: Não há. Diferentemente da reportagem da *Veja* que acabamos de analisar, não se destacam os contra-ataques dos traficantes,

muito menos se mostram suas ações como mais bem sucedidas do que as da polícia.

**Regra 6:** Estado de transição que, decisivamente, possibilite ou impossibilite o alcance do objetivo do protagonista definido na regra 3: “Desde o início desse processo, na década de 80, não se via uma ação policial com índice de aprovação semelhante ao da megaoperação realizada no Complexo do Alemão a poucos dias da abertura do Pan.”

**Regra 7** Estado terminal no qual os valores desejados pelo protagonista sejam claramente opostos aos do antagonista: “De todos os itens, porém, aquele apontado pelo secretário Beltrame parece ser prioritário: a sociedade deve decidir se enfrenta o tráfico com rigor ou se assiste passivamente ao avanço do banditismo que vitima a todos, mas principalmente aos mais pobres.”

Considerando as duas FDs mais proeminentes até então em nossas análises – a FD da criminalidade e a FD do combate à criminalidade – percebe-se claramente que, na narrativa de *Isto É*, a do combate à criminalidade se mostra mais evidente (principalmente, se comparada à reportagem anteriormente examinada da *Veja*). Temos, portanto, no curso da narrativa, apenas dois enunciados que remetem diretamente à primeira FD. No primeiro: “As facções do Rio de Janeiro explodiram os planos de Segurança Pública de sucessivos governadores fluminenses – de Leonel Brizola ao casal Garotinho (primeiro, ele, depois a mulher, Rosinha), passando por Moreira Franco, Marcello Alencar e Benedita da Silva”, temos a presença de ações desempenhadas pelo antagonista que mostram a força da criminalidade frente à ineficiência do Estado. No segundo: “[...] a taxa de elucidação de homicídios da polícia do Rio [...] é uma das mais baixas do mundo (algo em torno de 3%)”, percebe-se, mais uma vez, a incompetência do Estado no combate à criminalidade, destacando-se novamente a imbricação entre a FD da criminalidade e a FD do não-combate à criminalidade. Esses enunciados, como vimos discutindo até então, inscrevem-se na FD da criminalidade, na medida em que se apresentam como uma das razões de a criminalidade se encontrar no estado em que se encontra: devido à incompetência do poder estatal em combatê-la. A partir daí, a FD da criminalidade

não é mais retomada no curso da narrativa, pois o foco recai sobre as ações do governo no intuito de resolver o problema do crime no Rio de Janeiro (FD do combate à criminalidade).

Antes de discutirmos essa questão, contudo, faz-se importante destacar a presença de duas outras FDs na narrativa de *Isto É*. Percebemos a presença da primeira FD nos seguintes enunciados: 1) “[...] os cofres estaduais estão combalidos. Os royalties do petróleo, uma importante fonte de renda para o governo, estão aquém do esperado, por dois motivos: o preço internacional do petróleo está em baixa e o dólar também; e 2) “Numa iniciativa inédita, nove coronéis da PM encaminharam ao governador e ao secretário um manifesto cobrando melhores condições para a corporação. Entre outras coisas, o texto reivindica nova política salarial, retorno de PMs que estão em serviço burocrático e quitação da dívida com o Fundo de Saúde da PM”. Trata-se da FD econômica, que está na base do combate ao crime organizado. A segunda FD é a dos direitos humanos, que pode ser apreendida no enunciado “Apesar do bom índice de aprovação, a guerra declarada pelo governo fluminense está longe de ser uma unanimidade. As principais críticas vêm de entidades de defesa dos direitos humanos, preocupadas com as consequências para os moradores e com os excessos dos policiais”.

Ambas as FDs (silenciadas em *Veja*), juntamente com a FD da criminalidade anteriormente identificada, compõem o conjunto de problemas a serem enfrentados pelo protagonista (para além das ações mais específicas do antagonista). Considerando, conforme Orlandi (2009, p. 26), que é papel do analista de discurso compreender como um objeto simbólico produz sentido, o que “implica explicitar como o texto organiza os gestos de interpretação”, percebemos que, ao inserir em sua narrativa, elementos até então não abordados nas outras narrativas, o locutor/revista procura não só enfatizar o estado de problema enfrentado pelo protagonista, como também potencializar o heroísmo desse personagem, produzindo como efeito de sentido, pelo viés da FD do combate à criminalidade, a eficiência do Estado no enfrentamento de todas essas questões.

Vejamos, pois, como isso se dá na trajetória do protagonista, ao se movimentar do estado de problema para o estado-objetivo. Nessa trajetória, os enunciados 2, 3, 4, 7, 8, 9, 10 e 11 remetem à FD do combate à criminalidade, pois representam ações efetivas do Estado no combate ao crime organizado. Já partes dos enunciados 1, 5 e 6, também pelo viés da FD do combate à criminalidade, já que as FDs anteriormente destacadas – da economia e dos direitos humanos – estão diretamente ligadas aos problemas a serem enfrentados pelo Estado no combate ao crime, se apresentam como solução a um outro problema enfrentado pelo protagonista: a falta de recursos financeiros (FD da economia). Os enunciados 5 e 6, por sua vez, apresentam-se como resposta à FD dos direitos humanos (que questiona os efeitos da ocupação para os moradores e os excessos cometidos pelos policiais). Ao afirmar que o projeto de combate à criminalidade prevê a “reurbanização do Alemão e outros investimentos” e ainda que “o combate ao tráfico prevê intervenções sociais na comunidade”, o locutor de *Isto É* enfatiza a preocupação do protagonista em solucionar outros problemas vivenciados pelos moradores das favelas, seja no nível econômico, como já foi destacado, seja por meio do trabalho social nas comunidades dominadas pelo tráfico.

É em relação a esse último aspecto, principalmente, que percebemos, de forma clara, o posicionamento desse locutor/revista em uma FD do combate à criminalidade. Isso porque, além de procurar justificar que as ações policiais de agora – criticadas como veremos especialmente na análise das marcas do discurso relatado – são apenas um passo do plano do governo de combate ao crime, que prevê também melhorias sociais nas comunidades, o locutor conduz o percurso narrativo da seguinte forma: no estado de transição, ao afirmar que “desde o início desse processo, na década de 80, não se via uma ação policial com índice de aprovação semelhante ao da megaoperação realizada no Complexo do Alemão”, cria o efeito de sentido de que a aprovação da operação é maior do que as críticas que ela vem recebendo. Já no estado-terminal, diz: “De todos os itens, porém, aquele apontado pelo secretário Beltrame parece ser prioritário: a sociedade deve decidir se enfrenta o tráfico com rigor ou se assiste passivamente ao avanço do banditismo que vitima a todos, mas principalmente aos mais pobres”, não apenas destacando a importância do apoio da população à ação policial de combate à

criminalidade (colocando, pois, a responsabilidade pela decisão nas mãos da sociedade, ainda que a operação já esteja em andamento), como também evidenciando que o objetivo do Estado é libertar a todos, mas principalmente, aos “mais pobres” do avanço do banditismo, o que revela a preocupação social do governo no combate ao crime, justificando, pois, as ações policiais.

Um dado curioso é que as reportagens desse segundo conjunto, talvez por focalizarem uma ação policial efetiva já em curso – a ocupação do Morro do Alemão – nada dizem (silenciam) sobre a atuação das milícias, questão abordada, com certa ênfase, nas reportagens do primeiro conjunto.

Resta-nos agora analisar, do ponto de vista da construção da narrativa, a reportagem de *Carta Capital* – “Batalha no Alemão”, que traz o seguinte subtítulo “Rio de Janeiro: O governo Cabral decidiu recuperar o controle de áreas dominadas pelo tráfico. Por ora, o custo tem sido alto” –, publicada em 4 de julho de 2007. Contrariamente à reportagem anterior (do primeiro conjunto), reduzida a uma página, esta é bem mais extensa, ocupando seis páginas:

**Regra 1:** Identifique dois personagens, o protagonista e o antagonista.

*Protagonista:* o governo Cabral, polícias militar e civil e Força Nacional de Segurança.

*Antagonista:* traficantes.

**Regra 2:** Estado de problema para o protagonista, o qual é desejado ou causado pelo antagonista. Vemos, nos trechos que seguem, a complexidade desse estado de problema, sobretudo porque o combate à criminalidade traz um problema correlato muito mais grave (na visão do locutor/revista): a perda de “vidas humanas”, a vitimação de inocentes sobretudo oriundos das camadas mais pobres da população:

1 - A maior operação policial contra o tráfico de drogas no Rio, iniciada há dois meses no complexo do Alemão, atingiu um nível crítico:

1.1 - Em apenas um dia, o cerco de 1.350 policiais às 13 favelas da região contabilizou 19 mortos. Há suspeita de que outros corpos ainda estejam pelas vielas.

1.2 - O número de vítimas aproxima o Rio da realidade iraquiana de hoje, e o armamento apreendido sustenta o cenário de guerra no meio da cidade.

1.3 - A ofensiva, cuja violência impõe baixas não só aos criminosos, transforma de modo

assustador a vida de uma área com cerca de 150 mil moradores que, se recortada do mapa da cidade, formaria um dos 15 maiores municípios do estado.

2 - A decisão do governador Sérgio Cabral Filho de fazer um cerco ao tráfico tem um custo elevado: vítimas inocentes. Mas as circunstâncias de hoje o colocam numa encruzilhada histórica. O preço a pagar agora pela recuperação do controle daquela área em poder dos marginais é, certamente, menor que o preço a se pagar amanhã. E, por mais que não se saiba se esta é a última oportunidade de reverter a situação, não se conhece a distância entre este momento e a hora de um eventual apocalipse.

3 - Não se pode avaliar a situação de agora sem um olho na história das administrações anteriores. Por preconceito ou por equívocos políticos, por omissão ou por corrupção, os administradores abandonaram as zonas pobres, predominantemente representadas por aglomerações faveladas. O poder marginal fortaleceu-se entre os moradores. Ora pelo uso da força, ora no atendimento assistencial. Na sequência, o estado perdeu o controle desses espaços. Para retomá-lo a um custo incontornável. A população pobre, espremida entre o poder marginal e o oficial, paga a conta. E a um preço muitas vezes irrecuperável, o de vidas humanas.

4 - [...] a inação que tomou conta do poder público no Rio de Janeiro aumentou o custo para recuperar a soberania nas áreas como a do Alemão, dominada pela facção criminosa denominada Comando Vermelho. Isso colocou o poder público diante de uma situação aterradora. A inércia só aumenta o preço da solução. Quanto mais tempo passa, mais onerosa fica a recuperação do poder dessas áreas. Mais uma vez, os desvalidos se danam.

5 - A permissividade progressiva, que alimentou entre outras distorções bizarras, o mau hábito de parte da polícia, incluída nas folhas de pagamento dos criminosos, fez surgir zonas inexpugnáveis, às quais o Estado, hoje, só consegue chegar com o uso da força. Quase sempre com prejuízos para a população mais pobre, usada como barreira humana pelos grupos armados.

6 - O peso da PM na política de segurança aumenta à medida que demoram entrar em ação outros atores do poder público, capazes de entregar, às áreas hoje cercadas, algo mais que a ocupação territorial.

7 - [...] o drama dos feridos por balas perdidas, lamentavelmente, se repetiu. Ao menos sete inocentes foram atingidos por tiros. A menina Larissa Andrade, de 13 anos, teve a perna esquerda atingida quando estava na Favela da Grota. Na Penha, em uma das ruas próximas ao complexo, a estudante Karen Cristina Baptista Borges, de 20 anos, foi baleada dentro de uma das salas de aula da Escola Estadual Heitor Lira.

8 - O planejamento da ação no Complexo do Alemão [...] teve início nos primeiros dias do governo Cabral, logo após os atentados que deixaram 19 mortos, em 28 de dezembro do ano passado. Dezenas de unidades da Polícia Civil foram atacadas por bandidos e um ônibus da Viação Itapemirim que ia do Espírito Santo para São Paulo, foi incendiado por traficantes de favelas do Alemão, causando a morte de oito passageiros e uma onda de comoção em todo o País.

**Regra 3:** Estado-objetivo desejado pelo protagonista e não desejado pelo antagonista: Recuperar o controle de áreas dominadas pelo tráfico de drogas.

**Regra 4:** Trajetória, de acordo com a ação do protagonista, movimentando-se do estado de problema para o estado-objetivo:

1 - No território até então impenetrável dos traficantes foram apreendidas, entre outras armas, duas metralhadoras “0.30” usadas em combates antiaéreos, capazes de derrubar aviões e furar os blindados da polícia.

2 - Nos locais em que a polícia chegou foram encontradas as armas que o trabalho de inteligência indicava.

**Regra 5:** Ações do antagonista que se apresentem como um obstáculo ou desvio da trajetória planejada pelo protagonista: Não há menção direta a essas ações (como ocorre, por exemplo, na reportagem de *Veja*), mas é claro que elas estão “embutidas” nos confrontos com a polícia e no saldo de mortes – sobretudo de inocentes – deles resultante.

**Regra 6:** Estado de transição que, decisivamente, possibilite ou impossibilite o alcance do objetivo do protagonista definido na regra 3:

1 - Aos escassos recursos do orçamento do governo do Estado, do qual só a segurança e a saúde escaparam de um contingenciamento de verbas, vão se somar, neste ano, repasses de 1 bilhão de reais do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal. Na segunda-feira 2 de julho, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva estará no Rio para assinar o convênio que destina, para três grandes complexos de favelas – Alemão, Rocinha e Manguinhos – um total de 2 bilhões de reais. As obras de saneamento, urbanização e construção de instalações como postos de saúde e equipamentos urbanos têm previsão de início em setembro, na Rocinha, e outubro, nas demais áreas.

2 - Nas últimas ações, não foram registrados os grandes protestos que costumam marcar as mortes de inocentes provocadas pela polícia.

Assim, resolver ou minimizar o problema vivenciado pelo protagonista passa não apenas pela ajuda financeira do governo federal (para a urbanização das favelas, já que o combate ao tráfico de drogas não dever limitar-se à ação da polícia), mas também pelo apoio da população, questões que, evidentemente, estão relacionadas.

**Regra 7:** Estado terminal no qual os valores desejados pelo protagonista sejam claramente opostos aos do antagonista: Não há.



Como se pode perceber, assim como acontece em *Isto É*, também em *Carta Capital*, encontramos, além da FD da criminalidade e da FD do combate à criminalidade, as FDs da economia e a dos direitos humanos (ausentes de *Veja*). Contudo, enquanto na primeira revista, essas duas últimas FDs fazem parte do conjunto de obstáculos que o protagonista efetivamente enfrenta, em *Carta Capital* essas questões ficam em aberto; afinal, segundo a própria revista, “não se conhece a distância entre este momento e a hora de um eventual apocalipse”. Dessa forma, podemos perceber que há, por parte de *Carta Capital*, um posicionamento mais crítico em relação à atuação do governo no combate ao crime, ainda que a revista não descarte a necessidade – ou a inevitabilidade – da ação policial. Observemos, portanto, como se dá o desenrolar desse processo.

Inicialmente, ao fazer referência ao estado de problema enfrentado pelo protagonista, o locutor põe em cena a FD do combate à criminalidade, pois associa a luta contra o crime a uma guerra<sup>33</sup> (enunciados 1, 1.1, 1.2 e 1.3). Todavia, conforme percebemos nesses enunciados, sua posição é de crítica a esse combate; afinal, segundo suas próprias palavras, “A maior operação policial contra o tráfico de drogas no Rio” “atingiu um nível crítico”. Dentre as razões para que isso tenha acontecido, o locutor destaca o número de mortos na operação, o que, segundo ele, aproxima o Rio de Janeiro da realidade iraquiana, e a violência que “impõe baixas não só aos criminosos” e “transforma de modo assustador a vida de uma área com cerca de 150 mil moradores”, enunciados que nos remetem, portanto, a uma FD dos direitos humanos.

Posteriormente, ainda em relação ao estado de problema enfrentado pelo protagonista, o locutor se posiciona da seguinte forma no enunciado 2: inicialmente, destaca novamente o preço da operação policial empreendida pelo protagonista contra o tráfico: as vidas humanas (FD dos direitos humanos). Em seguida, parece aderir à decisão do governo, pois destaca que o preço a se pagar hoje é menor do que aquele que se pagará amanhã (FD do combate à criminalidade), retornando, no

---

<sup>33</sup> É interessante observar a recorrência do vocábulo *guerra* em várias reportagens. Isso remete ao estado crítico do problema do tráfico de drogas (e da violência dele decorrente) na atualidade, apontando para a necessidade de uma contrapartida mais “pesada” da parte do governo. Afinal, uma guerra exige uma resposta mais contundente.

final do enunciado, à posição crítica de antes, ao afirmar que “não se conhece a distância entre este momento e a hora de um eventual apocalipse”, o que revela insegurança no que tange às consequências da operação. Essa posição já é apontada na capa da revista, que anuncia da seguinte forma a reportagem em questão: “Rio antes do apocalipse: o governo do estado tenta corrigir erros do passado e lança ofensiva para recuperar o controle da cidade. O desfecho é indefinido e, por ora, o preço é alto”. Aliás, é preciso destacar que a FD dos direitos humanos atravessa a maioria dos enunciados que ilustram a regra 2 (estado de problema para o protagonista) referente à reportagem em foco, como já foi comentado.

Nos enunciados 3, 4 e 5, o locutor aponta a origem da criminalidade, associada em todas as reportagens examinadas (independentemente da revista em que foram publicadas), como já foi dito, à omissão ou à corrupção do governo (FD do não-combate à criminalidade), para posteriormente afirmar que o Estado precisa agora retomar o controle dessas áreas, porém a “um custo incontornável”, o que pode ser visto, de forma mais clara, nos trechos “a população pobre, espremida entre o poder marginal e o oficial, paga a conta. E a um preço muitas vezes irrecuperável, o de vidas humanas”, “mais uma vez, os desvalidos se danam”, a “população mais pobre [é] usada como barreira humana pelos grupos armados”. No enunciado 5 aparece, aliás, um outro resultado decorrente da ineficiência do Estado: a corrupção da polícia (FD do não-combate à criminalidade), o que se deve aos baixos salários da categoria, como se explica mais adiante: “[...] a instituição, composta de 40 mil policiais [...] tem hoje um dos três piores níveis salariais do Brasil”. A relação entre a ação policial e a perda de vidas humanas inocentes – preço que está sendo pago pela população mais pobre, segundo o locutor – está presente ainda no enunciado 7 que retrata o caso de duas jovens vítimas de balas perdidas.

Contudo, à FD dos direitos humanos não se associam apenas os enunciados que remetem à perda de vidas inocentes, mas também aqueles que cobram do poder público “algo mais que a ocupação territorial”, já que, segundo o locutor, entre a ocupação policial e o início das obras resta uma lacuna: “As ações policiais, independentemente de seu sucesso, não configuram, sozinhas, política à altura de

uma cidade com graves problemas de segurança”, revelando, mais uma vez a posição crítica assumida por ele (o locutor) em relação à ação policial. Já a FD econômica, além de incidir sobre os baixos salários pagos à PM, o que “alimentou [...] o mau hábito de parte da polícia, incluída nas folhas de pagamento dos criminosos”, fazendo “surgir zonas inexpugnáveis, às quais o Estado, hoje, só consegue chegar com o uso da força”, pode ser apreendida nos “escassos recursos do governo”, que explicam e justificam a intervenção do governo federal via Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Como se pode perceber, o único enunciado que efetivamente remete à FD da criminalidade, apontando as ações dos criminosos como um problema a ser enfrentado pelo governo, é o enunciado 8, que faz referência aos atos de violência praticados pelos traficantes no final do ano, o que desencadeou, como resposta, as ações policiais no Complexo do Alemão. Nos demais, o que se percebe é que os obstáculos a serem enfrentados pelo Estado (protagonista da narrativa) remetem a questões de caráter social – FD dos direitos humanos – e de caráter econômico – FD da economia –, enunciados esses que não se relacionam propriamente a ações do antagonista, mas que estão ligados ao próprio Estado, seja porque permitiu que a criminalidade tomasse conta de certas áreas por omissão ou por corrupção, seja porque não investiu em serviços sociais na região, seja ainda devido à falta de recursos financeiros.

Considerando esse estado de problema, vejamos como o locutor organiza as ações do protagonista no sentido de alcançar ou não seu estado-objetivo. Na regra 4, referente à trajetória do protagonista na busca por esse estado objetivo, temos dois enunciados que remetem à FD do combate à criminalidade: ambos tratam das ações policiais no combate ao crime, no caso, ocupação de um território “até então impenetrável” e apreensão de armamentos.

Apenas nos enunciados que refletem o estado de transição da narrativa vemos sugeridas as soluções para os problemas financeiros e sociais que mereceram grande destaque ao longo da narrativa, como analisamos acima. No primeiro excerto desse grupo, temos o repasse de “1 bilhão de reais do Programa de Aceleração do

Crescimento (PAC) do governo federal” que representa não só a solução para o problema financeiro enfrentado pelo governo do Rio, bem como para o investimento nas obras sociais necessárias às favelas como “saneamento, urbanização e construção de instalações como postos de saúde e equipamentos urbanos”. Já o enunciado 2, sugere uma maior aceitação por parte da população das ações policiais (pois, ao que parece, elas se mostram inevitáveis na crítica situação atual).

Finalmente, faz-se importante destacar que a narrativa não apresenta um estado terminal, deixando em aberto as soluções para o problema e a possibilidade de ainda ocorrer o *apocalipse*. Lembremos que essa palavra, originária das visões de São João sobre o fim do mundo (*Novo Testamento*) remete, por extensão, a uma revelação profética, relacionada a um cataclismo em que as forças do mal vencem as forças do bem, sendo, portanto, sua escolha bastante sintomática na reportagem em questão.

Nesse sentido, se comparada à reportagem de *Isto É* que, diferentemente de *Veja*, também põe em cena, na cobertura que faz da invasão do Alemão, as FDs dos direitos humanos e da economia, percebemos que, em *Carta Capital* elas desempenham um papel diferente. Isso porque se, em *Isto É*, semelhantes FDs são trazidas para o fio da narrativa como obstáculos que o protagonista efetivamente enfrenta, o que potencializa sua atitude heróica, levando à sobreposição da FD do combate à criminalidade a essas duas FDs, em *Carta Capital* esse processo se desenrola de modo diverso. A presença da FD da economia, mas, principalmente, da FD direitos humanos no curso da narrativa representa, em última análise, uma crítica do locutor à ação policial no Alemão, já que, muitas vezes, essas duas FDs se sobrepõem à FD do combate à criminalidade.

Contudo, ainda que essa sobreposição possa ser observada em diversos momentos, já que a narrativa dá mais ênfase a essas questões do que às ações do protagonista, não podemos afirmar que a FD do combate à criminalidade tenha sido abandonada em *Carta Capital*. Nesses termos, ainda que o locutor critique as ações policiais pelo fato de elas levarem à perda de vidas inocentes, ele destaca também que, quanto mais essa ação for adiada, mais alto será o preço a se pagar, como nos

mostram os seguintes trechos: “O preço a pagar agora pela recuperação do controle daquela área em poder dos marginais é, certamente, menor que o preço a se pagar amanhã”; “a inércia só aumenta o preço da solução. Quanto mais tempo passa, mais onerosa fica a recuperação dessas áreas”. Se o confronto é necessário já que, segundo o locutor, não só o número de mortes como o de armamento apreendido aproxima o Rio do Iraque sustentando o “cenário de guerra no meio da cidade”, não se pode culpar apenas o governo Cabral pela criticidade da situação atual, pois, segundo a revista, “não se pode avaliar a situação de agora sem um olho na história das administrações anteriores” em que “os administradores abandonaram as zonas pobres”, o que nos dá a impressão de que, com o governo atual, a atitude diante da pobreza vai ser diferente.

A FD do combate à criminalidade se encontra também presente nas ações do protagonista na narrativa, nas quais se destaca a apreensão bem sucedida de armamentos, cuja existência já havia sido sinalizada pelo serviço de inteligência da polícia e também no estado de transição da narrativa, no seguinte enunciado: “Nas últimas ações, não foram registrados os grandes protestos que costumam marcar as mortes de inocentes provocadas pela polícia”. Nesse sentido, ainda que a narrativa não apresente um estado terminal, pois a qualquer hora há a possibilidade de ocorrer um “apocalipse”, o enunciado acima, ao encerrá-la, produz o efeito de sentido de que a própria população reconhece a necessidade da ação policial no combate à criminalidade.

Dessa forma, ainda que a FD dos direitos humanos procure se colocar de modo crítico – ou polêmico – em relação à FD do combate à criminalidade, estabelecendo fronteiras rígidas que a separem de seu Outro, observamos, em conformidade com Maingueneau (2007), que, realmente, os limites que separam uma FD de seu exterior são muito fluidos, o que impossibilita o monologismo, ainda que, no plano da aparência, se procure apagar as contradições presentes no fio do discurso. Encerradas as análises das narrativas, passemos agora ao exame da heterogeneidade mostrada (via análise do discurso relatado e das palavras entre aspas) nas reportagens desse conjunto.

## 5.1.2 Quanto à heterogeneidade mostrada

### 5.1.2.1 O discurso relatado

Encontramos na reportagem de *Veja* “Ataque à cidadela do tráfico” (*Veja*, 23/05/2007), as seguintes ocorrências do discurso relatado:

1 - Na semana passada, o próprio governador Sérgio Cabral se referiu ao Complexo do Alemão da seguinte forma: “Há ali um foco de terroristas, de pessoas do mal.”

2 - “O que o governo está fazendo é emblemático. O Complexo do Alemão é o símbolo da perda de controle do poder público sobre o território”, diz o economista André Urani, do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (Iets).

3 - [...] e até davam entrevistas [os traficantes]. “Se fosse para a polícia confrontar ‘com nós’ (sic), tudo bem, mas eles atiram em morador”, disse a *VEJA* um traficante que vigiava um dos acessos. Uma mentira repetida pelos facínoras no que se tornou uma batalha de informações em meio à guerra.

4 - O Secretário Estadual de Segurança, José Mariano Beltrame, garante que não foi um recuo. Tudo faria parte de uma estratégia.

Como se percebe nos trechos acima, todas as vozes apresentadas em discurso relatado, exceto a 3, são de apoio à ação do governo de combate à criminalidade. Nos enunciados 1 e 2, temos, em forma de discurso direto, a fala do governador Sérgio Cabral e do economista André Urani, respectivamente. Note-se que a fala de Sérgio Cabral remete a uma afirmação de Lula, presente no primeiro conjunto de reportagens analisadas (*Isto É*) que, ao associar a violência no Rio ao terrorismo, recebeu críticas do prefeito do Rio e de estudiosos. Se naquela reportagem a fala de Lula foi criticada, nesta, o que se percebe é uma relação harmônica entre o dizer do presidente e o do governador Sérgio Cabral. Tanto esse enunciado quanto o enunciado 2, no qual o locutor de *Veja*, ao se associar à fala do economista citado, justifica o porquê da ocupação do Alemão, associam-se à FD do combate à criminalidade. Dessa forma, percebemos que o locutor busca, por meio da adesão aos dizeres do governador e do economista, legitimar o emprego da força militar no combate ao crime.

Todavia, conforme vimos na análise da narrativa da revista *Veja*, a FD da criminalidade é mais proeminente do que a FD do combate à criminalidade,

revelando um certo descrédito do periódico em relação à eficiência das ações governamentais em face do poder dos criminosos. E é à FD da criminalidade que se associam os enunciados 3 e 4. O enunciado 3 revela justamente essa falta de crédito em relação à ação estatal, pois os traficantes “até davam entrevistas”. Por trás da “fala” citada, atribuída a um traficante sem identificação, percebemos a tentativa de desqualificar a ação dos policiais que, segundo ele, “atiram em morador”. Aliás, é sintomático o fato de todos os enunciados terem um “autor” – um fiador que garante o que é dito: Sérgio Cabral, André Urani, José Mariano Beltrame (autoridades empenhadas no combate à criminalidade), com exceção do enunciado 3, em que o responsável pelo dizer não tem nome, sendo identificado apenas como “um traficante [...] que vigiava um dos acessos”.

Nesse sentido, ao citar a fala do traficante em discurso direto, o locutor de *Veja* procura não só criar o efeito de credibilidade pretensamente associado a essa forma de citação, como se eximir da responsabilidade do que é dito, reproduzindo, inclusive, uma construção gramaticalmente errada do sujeito citado (o que analisaremos posteriormente). A fala é, pois, citada para ser, imediatamente, *deslegitimada* pelo locutor: trata-se, segundo ele, de “uma mentira repetida pelos facínoras”, já que, como vimos na reportagem, a responsabilidade pela morte de moradores é delegada aos traficantes (FD da criminalidade). Assim, se, conforme vimos com Maingueneau (1997), o sujeito ligado a uma FD não cita quem deseja, pois são as imposições ligadas a essa FD que regulam a citação, podemos entender por que a fala de um traficante é convocada na reportagem, para, posteriormente, ser desqualificada.

O enunciado 4 (que reproduz em discurso indireto a fala do secretário estadual de segurança do Rio), encerrando a narrativa de *Veja*, também pode ser associado às duas formações discursivas presentes na reportagem. Associa-se à FD da criminalidade ao utilizar, como já vimos, o futuro do pretérito para remeter à fala do secretário, criando, por meio do emprego desse tempo verbal, o efeito de sentido de incerteza em relação à eficiência da operação estatal no combate ao crime. Por outro lado, está ligado à FD de combate à criminalidade, pois se utiliza do prestígio

do locutor citado como garantia de que não se trata de um recuo, mas parte de uma estratégia.

Nesses dois últimos enunciados, percebemos claramente o movimento ambíguo permitido pelo distanciamento do discurso relatado. Para Maingueneau (1997), essa ambiguidade está ligada ao fato de o locutor citado aparecer ao mesmo tempo como o não-eu e como a autoridade que protege a asserção, permitindo uma dupla interpretação: o que enuncio é verdade porque não sou eu que digo, ou o contrário. Em 3, ao desqualificar o dizer do não-eu, o locutor de *Veja* procura apagar essa ambiguidade, revelando sua não-adesão ao dizer do Outro. Já em 4, essa ambiguidade é ressaltada, pois, como vimos, ao mesmo tempo em que desconfia do dizer do Outro, utiliza-se de sua autoridade para proteger o que é dito.

Assim como ocorre no primeiro conjunto de reportagens analisado, a ocorrência de enunciados em discurso relatado é muito maior em *Isto É* do que em *Veja*, o que contribui para conferir à reportagem um efeito maior de polifonia. Assim, temos na reportagem “O Rio adota a estratégia do confronto”, (*Isto É*, 11/07/2007), os catorze enunciados abaixo. Para facilitar nossas análises, subdividimos esses enunciados de acordo com as seguintes temáticas: ações do governo no combate ao crime, críticas às ações do governo, resposta do governo às críticas recebidas, insatisfação policial e resposta à insatisfação policial.

**Ações do governo no combate ao crime:**

1 - “Me guio pelo que as investigações indicam”, diz ele [José Mariano Beltrame]. [...] “Nosso trabalho apontou que o coração do Comando Vermelho está ali” [Complexo do Alemão].

2 - Ele [Beltrame] reconhece que a decisão do governador de disponibilizar o trabalho policial foi muito importante. Antes políticos de vários níveis escolhiam comandantes de batalhões da PM, tinham os oficiais como “subordinados”. Desde janeiro isso mudou. “Um prefeito do interior reclamou comigo: ‘O senhor tirou o meu comandante’. Respondi: ‘Tirei o seu e coloquei o meu’”, conta Beltrame.

3 - De acordo com Beltrame, sem ajuda da FNS o resultado da ofensiva no Alemão não teria sido o mesmo.

4 - Para melhorar a taxa de elucidação de homicídios [...] Beltrame introduziu novos métodos de gestão. “Estabelecemos metas, um número mínimo de inquéritos que devem ser relatados com autoria”, explica o secretário. A medida está surtindo efeito: “O Judiciário



mandou e-mail dizendo que o Ministério Público aumentou em 48% suas denúncias em função de inquéritos relatados na Polícia Civil”, comemora ele.

5 - Quanto a futuras ações policiais na Rocinha, na Mangueira ou no Complexo da Maré, anunciadas pela imprensa, o secretário indica que uma surpresa está por vir, ao repetir um ditado gaúcho: “O quero-quero canta aqui e põe os avos ali.”

6 - Cabral, sobre a parceria com governadores: “Essa integração é bastante útil, entre outras coisas, para controlar as fronteiras”.

7 - Cabral, sobre as novas viaturas: “A manutenção será terceirizada, como aconteceu em Minas”, anuncia Cabral. “Isso livrará o comandante do batalhão de se preocupar com pneu ou lanternagem.”

#### **Críticas às ações do governo:**

8 - O coordenador da ONG Central de Movimentos Populares, Marcelo Braga, diz que não há nenhuma novidade nessa política de confronto. “Isso já aconteceu várias vezes. Em outros tempos a polícia ocupou morros, matou várias pessoas e não resolveu nada”, protesta ele. Braga espera a conclusão da perícia nos 19 mortos, mas vê indícios de execução. Três pessoas foram mortas à queima-roupa pelas costas, com tiros na nuca. “A polícia foi lá, partiu para o confronto e saiu. O morro continua sem escola suficiente, postos de saúde e outros serviços indispensáveis à cidadania.”

#### **Resposta do governo às críticas recebidas:**

9 - “Temos percebido manifestações de apoio”, comenta o governador Sérgio Cabral.

10 - “As comissões de direitos humanos da Assembleia Legislativa e da OAB estão fazendo seu trabalho legítimo. Eu estou fazendo o meu, que é combater o crime”, diz [o Governador do Rio]. Na avaliação do governador, o atual estágio da criminalidade não permite evitar o confronto.

11 - “Tem gente que acha que é possível enfrentar a bandidagem jogando pétalas de rosas”, discursou Lula. “A gente tem que enfrentar sabendo que eles muitas vezes estão mais preparados que a polícia, com armas mais sofisticadas.” Ao final do pronunciamento, o presidente deixou claro que a parceria vai continuar.

12 - O secretário Beltrame diz que diante de situações extremas como a do Alemão, o confronto é inevitável. “A sociedade precisa decidir: ou apoia o Estado que quer recuperar o território ou fica à mercê do tráfico. Prefiro que meus filhos fiquem seis meses sem aulas, mas que tenham escola protegida pelo Estado e não por traficantes armados de fuzis”, diz ele. O secretário lembra que a tirania dos bandidos oprime os moradores pobres. “Quantas mães perderam seus filhos para o tráfico lá dentro, com seus corpos consumidos lá dentro, e não podem fazer um registro na polícia por medo de morrer? Os estudiosos têm que parar de discutir o periférico para discutir o mérito: o que a sociedade quer?”

#### **Insatisfação policial:**

13 - “Os homens da FNS ganham R\$4 mil, enquanto nossos soldados não recebem mais que R\$800 para correr o mesmo risco”, critica o coronel Dario Cony, um dos signatários. “Isso é uma herança de governos anteriores, mas, como o atual governador elegeu a segurança como prioridade, acreditamos que será sensível ao nosso apelo”.

#### **Resposta à insatisfação policial:**

14 - Ainda sobre a insatisfação policial: Cabral não responde ao manifesto, mas já disse que a melhoria salarial dos policiais está nos seus planos.

Analisando o primeiro conjunto de enunciados, relacionados às ações do governo no combate ao crime, percebemos que os cinco primeiros são citações do secretário de segurança do Rio, José Mariano Beltrame, referentes à operação policial no Alemão, todos filiados à FD proeminente em *Isto É* (a FD do combate à criminalidade). Temos, portanto, de 1 a 5 declarações do secretário, seja em discurso direto (1 e 4), seja em modalização do discurso em discurso segundo (3), ou ainda misturando as duas modalidades (2 e 5) avaliando não só as ações presentes do protagonista, como ainda apontando para a possibilidade de ações futuras.

Assim, nos enunciados 1 e 4, o locutor de *Isto É*, responsável pelo discurso citante, traz para o fio do discurso, por meio das afirmações de Beltrame (discurso citado), avaliações positivas das ações do protagonista, apresentando resultados das investigações policiais, que indicam ser o Alemão o coração do Comando Vermelho – justificando, por isso, sua ocupação – e também dos novos métodos de gestão introduzidos pelo próprio Beltrame, que já apresentam um aumento nas denúncias oferecidas pelo Ministério Público, agilizando, portanto, a elucidação de crimes. Note-se que ambos os enunciados remetem a um trabalho de inteligência (investigação e gestão) e não propriamente a ações policiais.

Os enunciados 2 e 3, por sua vez, também citando o secretário de segurança, destacam a importância do trabalho em equipe, que uniu todos os órgãos do estado no combate ao crime, seja por meio do apoio do governador aos novos métodos de gestão das forças militares (excerto 2), seja pela parceria com o governo federal que enviou a FNS (excerto 3).

Já o enunciado 5, também do secretário de segurança, faz remissão a possíveis ações militares futuras em outras favelas do Rio. Introduzido pelo locutor 1 (de *Isto É*), que se protege inicialmente atrás da imprensa para se referir a essas ações (“anunciadas pela imprensa”), esse enunciado é concluído com uma avaliação desse primeiro locutor em relação a uma fala do locutor 2 (Beltrame) que retoma um ditado gaúcho para responder aos questionamentos sobre a possibilidade de novas

ocupações da favelas (“O quero-quero canta aqui e põe os avos ali.”), que segundo o locutor 1 “indica que uma surpresa está por vir”.

Ainda nesse mesmo grupo (ações do governo no combate ao crime) temos os enunciados 6 e 7 que, em discurso direto, apresentam falas do governador do Rio que destacam novamente a importância da parceria entre os órgãos do estado no combate ao crime e também dos novos métodos de gestão já implantados.

Já o enunciado 8, atribuído ao coordenador da ONG Central de Movimentos Populares e que mescla partes de modalização do discurso em discurso segundo e partes em discurso direto, traz críticas à política do governo no combate ao crime, pondo em cena a FD dos direitos humanos. Essas críticas, delegadas ao coordenador da ONG, são feitas à operação policial, quando ele diz que não há nenhuma novidade nessa política de confronto. “Isso já aconteceu várias vezes. Em outros tempos a polícia ocupou morros, matou várias pessoas e não resolveu nada” ou quando afirma que “vê indícios de execução” nas mortes em que “três pessoas foram mortas à queima-roupa pelas costas, com tiros na nuca”; e também à estratégia do governo no combate ao crime, pelo fato de ela prever apenas a ação policial, como nos revela o seguinte trecho de sua fala: “A polícia foi lá, partiu para o confronto e saiu. O morro continua sem escola suficiente, postos de saúde e outros serviços indispensáveis à cidadania.” É importante frisar que, se existe apenas uma ocorrência de discurso relatado para as críticas recebidas pelo governo, há, por sua vez, quatro enunciados correspondentes às respostas do governo a essas críticas (9, 10, 11 e 12).

Os dois primeiros (9 e 10), delegados ao governador do Rio, ao responder às críticas, ressaltam inicialmente que se essas críticas existem, há também quem apoie as ações do governo – “Temos percebido manifestações de apoio” – ainda que não se nomeie (ao contrário do que acontece com as críticas) de quem vem essas manifestações de apoio. Em 10, por sua vez, o governador responde diretamente a dois órgãos que condenam suas ações – as comissões de direitos humanos da Assembleia Legislativa e da OAB –, afirmando que se eles “estão fazendo seu trabalho legítimo”, ele também está fazendo o seu “que é combater o

crime”. Esse enunciado é encerrado com uma afirmação do governador, modalizada em discurso segundo, que destaca que o “atual estágio da criminalidade não permite evitar o confronto”. Esse trecho, que encerra o enunciado, é retomado nas falas posteriores (do presidente Lula e de Beltrame), criando o efeito de sentido de que a única forma de combate ao crime é o emprego da força militar e que, portanto, se não for dessa maneira, nada mais pode ser feito.

Também respondendo às críticas feitas à operação policial, o locutor de *Isto É* cita o discurso de Lula que destaca que “tem gente que acha que é possível enfrentar a bandidagem jogando pétalas de rosas”, afirmação que é complementada com o trecho: “a gente tem que enfrentar sabendo que eles muitas vezes estão mais preparados que a polícia, com armas mais sofisticadas”, justificando, mais uma vez, que a estratégia militar é a única alternativa possível e que, por isso, “a parceria vai continuar”, o que instaura o pressuposto de que essa parceria já existe de fato.

Fechando a resposta às críticas, vem a citação do secretário de segurança que não só ressalta a afirmação de que a operação militar é imprescindível nesse caso, pois “diante de situações extremas como a do Alemão, o confronto é inevitável”, como também delega à sociedade a responsabilidade da decisão sobre o futuro da criminalidade no Rio: “A sociedade precisa decidir: ou apoia o Estado que quer recuperar o território ou fica à mercê do tráfico. Prefiro que meus filhos fiquem seis meses sem aulas, mas que tenham escola protegida pelo Estado e não por traficantes armados de fuzis”. Logo em seguida, aparece a seguinte afirmação do secretário (lembrando a tirania dos bandidos que oprime os moradores pobres): “Quantas mães perderam seus filhos para o tráfico lá dentro, com seus corpos consumidos lá dentro, e não podem fazer um registro na polícia por medo de morrer?”. Com essa – trágica – “fala”, ele destaca o caráter social da operação, apelando para o sofrimento das mães que perderam seus filhos e para a opressão dos moradores pobres. Concluindo o enunciado 12, o locutor apresenta mais esta fala de Beltrame: “Os estudiosos têm que parar de discutir o periférico para discutir o mérito: o que a sociedade quer?”, que novamente critica a atitude dos estudiosos e delega à sociedade a responsabilidade de decidir sobre a continuidade ou não da

operação policial, ainda que Lula, anteriormente tenha deixado claro, segundo o locutor de *Isto É*, que “a parceria vai continuar”.

Se, como vimos com Maingueneau (1997), o discurso relatado é uma forma hábil de o locutor sugerir o que pensa, sem se responsabilizar por isso – já que o faz de forma indireta, ocultando-se por trás da autoridade que protege a asserção –, poderíamos, no caso desses últimos enunciados (8 a 12), afirmar que *Isto É* apresenta os dois lados da operação policial sem deixar claro seu posicionamento frente à questão, afinal, cita quem critica a ação militar e a resposta do Estado às críticas.

Entretanto, observando a organização da narrativa (vide item 1) – na qual as ações do protagonista contemplam todos os problemas por ele enfrentados, apresentando para todos uma solução – e ainda o número de citações delegado a cada um dos lados, percebemos que essa neutralidade não existe. Logo, enquanto há apenas uma citação de crítica à operação policial no Alemão (do coordenador da ONG Central de Movimentos Populares), já que as comissões de Direitos Humanos da Assembleia e da OAB não têm voz na reportagem (sabemos que elas criticam a operação pela resposta que Cabral dá às críticas desses órgãos), há quatro citações que respondem a essas críticas – duas do governador Sérgio Cabral, uma do presidente Lula e uma do secretário de segurança José Mariano Beltrame –, revelando, também nos trechos citados, a integração dos órgãos estatais no combate ao crime. Ao se inscrever, portanto, na FD do combate à criminalidade, o locutor precisa dar mais ênfase às falas que corroboram os pontos de vista coerentes com essa FD, o que joga por terra o mito de um discurso neutro, comedido, que visa apenas informar a população sobre os fatos.

Os dois últimos enunciados do conjunto acima (13 e 14) referem-se a um outro problema enfrentado pelo protagonista no combate à criminalidade no Rio, ainda que não seja causado pelo antagonista (os traficantes): a insatisfação salarial da polícia. No excerto 13, temos uma declaração em discurso direto do Coronel Dario Cony, comparando os salários dos homens da FNS com os da polícia militar e justificando, por meio da discrepância entre um e outro, a insatisfação da PM.

Posteriormente, o mesmo coronel relata ser o problema uma “herança de governos anteriores”, concluindo com a afirmação de que acredita que o atual governo será sensível ao apelo da PM. Assim como acontece com os demais obstáculos enfrentados pelo protagonista, há para esse último também a proposta de uma solução. No enunciado 14, temos, modalizada em discurso segundo, uma fala de Cabral que, segundo o locutor de *Isto É* não responde ao manifesto da PM, mas diz “que a melhoria salarial dos policiais está nos seus planos”, apontando, mais uma vez, a solução para os problemas apresentados.

Como observamos, a análise do discurso relatado é condizente com a organização da narrativa de *Isto É* anteriormente apresentada, na medida em que há uma sobreposição da FD do combate à criminalidade às demais FDs presentes na reportagem. Isso nos possibilita, mais uma vez, observar o trabalho da semântica global delimitando os diferentes planos discursivos, o que corrobora a tese de Maingueneau (2007).

Resta-nos analisar a reportagem de *Carta Capital* “Batalha no Alemão” (04/07/2007). Assim como fizemos anteriormente, aqui também subdividiremos os enunciados, devido ao seu grande número, nas seguintes temáticas: origens da criminalidade, ações do governo no combate ao crime, críticas às ações do governo e resposta do governo às críticas.

**Origens da criminalidade:**

1 - [...] o Complexo do Alemão, segundo informações do governo do Rio de Janeiro, teria evoluído de uma concentração de pontos-de-venda de drogas para uma base operacional do crime organizado, com depósito de armamentos que serve a uma verdadeira cadeia de ações violentas na região metropolitana.

2 - A ordem de Brizola [de que a PM só subisse o morro em casos excepcionais, preocupado com a violência costumeira da Polícia Militar em incursões nas favelas cariocas], segundo versões contaminadas por interesses políticos, teria facilitado a organização das facções do tráfico, que, naquele início dos anos 1980, começavam as operações de venda de drogas de forma mais organizada.

**Ações do governo no combate ao crime:**

3 - “Essencialmente, no nosso conceito de governo, segurança é a primeira das liberdades. Portanto, é compromisso do governo assegurá-la”, afirmou o governador no dia seguinte ao cerco às favelas.

4 - “O Estado rompeu o pacto silencioso de não-agressão que havia com os traficantes”, afirmou a *Carta Capital* o secretário de Segurança Pública, José Mariano Beltrame, para quem a operação, mais que um combate ao tráfico, representa a retomada de espaços dominados hoje por um “estado paralelo”.

5 - “Não há previsão para a polícia sair de lá”, repetiu o advogado Regis Fichtner, secretário da Casa Civil e um dos homens fortes do governo Cabral.

6 - O risco, como insiste o secretário de Segurança, tem sido calculado. “Poderíamos ter feito este cerco há dois meses, no início da operação. Mas certamente o número de vítimas e balas perdidas seria maior”, diz Beltrame. “Chegamos a lugares onde o Estado há muito não penetrava”, relata o secretário. “Nossas equipes são violentamente rechaçadas e, neste exato momento, duas delas enfrentam dificuldades para sair das favelas”, revelou.

7 - “É a esse tipo de barbárie que o Estado não pode mais se curvar. Um bando armado matou oito e apavorou 6 milhões. O Estado está agindo e vai continuar a agir. Hoje, na Rocinha ou em outras favelas, não houve balas perdidas como no Alemão. Mas as aulas só acontecem porque o tráfico permite. Queremos que nossas crianças tenham aulas com proteção da polícia, não sob permissão de criminosos”, diz Beltrame.

#### **Críticas às ações do governo:**

8 - [...] Beltrame desvia quando perguntado sobre o que vai ficar no Complexo do Alemão quando a tropa deixar as favelas. “A polícia não vai sair”, limita-se a dizer sem deixar pistas sobre a desejável presença dos serviços públicos.

9 - Crítica ferrenha das medidas de segurança dos últimos governos estaduais, a socióloga Sílvia Ramos, coordenadora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC), enxerga na postura do governador Cabral Filho um avanço em relação às gestões anteriores – em particular ao isolamento dos governos Anthony e Rosinha Garotinho. Mas reprova o tratamento exclusivamente policial. “Falta um plano. A política de segurança do governo Cabral tem muitos méritos por construir pontes com a sociedade. Mas ainda está apoiada quase exclusivamente na PM, que tem dado respostas aos criminosos. Ações reativas são pouco eficazes do ponto de vista dos resultados. O Exército ficou com um tanque no Morro da Providência e não resgatou fuzis, como pretendia, em 2006”, analisa.

10 - “Temos de cuidar do Pan, um evento extraordinário. Neste momento, o Estado toma medidas conjunturais, usa a polícia praticamente sozinha para conter situações específicas. Isso não nos livra da necessidade de adotar em seguida uma política de segurança que incorpore todos os atores do governo, com metas para o primeiro, o segundo, o quarto ano de mandato. Ou o governo terá trabalhado para morrer na praia”, alerta a antropóloga Jaqueline Muniz, professora da Universidade Cândido Mendes e diretora do Instituto Brasileiro de Combate ao Crime (IBCC).

11 - “Não posso acreditar que essa seja a solução para o problema. A polícia entra atirando numa área com moradores crianças e escolas. O governo não mede as consequências disso”, protestou a voluntária de uma ONG que atua no Complexo do Alemão.

12 - Um diagnóstico encomendado pelo Unicef à ONG Centro de Promoção da Saúde (Cedaps) em 2002 [...] constatou, antes mesmo da gravidade do quadro social no maciço de favelas, uma particularidade preocupante: a precariedade e a distorção de dados estatísticos sobre a população da região que, formalmente, é tratada como bairro pelo município.

“Para ter ideia dos absurdos registrados oficialmente, o número de nascidos vivos no ano da pesquisa foi inferior a dez. A distorção, como descobrimos, deve-se ao fato de

que os moradores não informam o endereço verdadeiro para evitar que os filhos sofram com o estigma da violência e da miséria”, relata a coordenadora do Cedaps, Rogéria Nunes.

13 - “Em tamanho, o complexo é próximo da Maré ou da Rocinha, favelas onde existem mais unidades de saúde, escolas e até programas sociais complexos. A diferença entre o Alemão e estas duas comunidades está na visibilidade. Não há avenida ou via de acesso importante que passe por ali, enquanto, na Rocinha, existe a Autoestrada Lagoa-Barra e, na Maré, as linhas Vermelha e Amarela”, afirma Rogéria.

**Resposta do governo às críticas:**

14 - “Estamos em uma encruzilhada. Ou reassumimos o controle dos territórios onde hoje os criminosos ditam as regras ou, dentro de pouco tempo, boa parte da população terá de pedir autorização ao tráfico para morar, trabalhar ou se deslocar”, afirma Beltrame.

Os dois primeiros enunciados trazem duas afirmações do governo do Rio, modalizadas em discurso segundo, que procuram dar conta das origens da criminalidade, remetendo à FD do não-combate à criminalidade – e à FD da criminalidade, pois, como já afirmamos, elas se imbricam –, na medida em que associam o atual estágio do crime no Rio à permissividade do Estado. A primeira afirmação, atribuída ao governo do Rio de Janeiro, com o intuito de justificar a operação de ocupação do Complexo do Alemão, diz que o lugar evoluiu de uma concentração de “pontos-de-venda de drogas para uma base operacional do crime organizado, com depósito de armamentos que serve a uma verdadeira cadeia de ações violentas na região metropolitana”. Já a segunda, também modalizada em discurso segundo, é de responsabilidade de “versões contaminadas por interesses políticos” e procura explicar, por meio de um fator histórico, como a venda de drogas evoluiu para uma modalidade “mais organizada” a partir de uma ordem do governo Brizola, no início dos anos 1980. Cabe observar como o locutor de *Carta Capital*, introduz esses dois enunciados na narrativa que faz do fato em questão. Em ambos, ele utiliza o verbo (ter) no futuro do pretérito (teria) deixando implícita sua desconfiança em relação às afirmações, principalmente porque, no segundo enunciado, afirma tratar-se de “versões contaminadas por interesses políticos”, revelando sua não-adesão aos dizeres.

De 3 a 7, temos um conjunto de enunciados, a maioria em discurso direto (apenas em 4, temos um pequeno trecho no final que aponta para o discurso indireto na variante analisadora da expressão), atribuídos a autoridades do governo (o governador, o secretário de segurança do Rio e o advogado da Casa Civil) que



relatam ações do governo no combate à criminalidade, todos, portanto, filiados à FD do combate à criminalidade. No primeiro deles, Cabral justifica a operação como uma estratégia do governo no sentido de garantir a segurança que, segundo ele, é “a primeira das liberdades”.

Já o enunciado 4, de responsabilidade do secretário de segurança José Mariano Beltrame, remete ao enunciado 2 anteriormente analisado, que afirmava haver um pacto de não-agressão com os traficantes, pacto esse que, segundo a fala do secretário, foi rompido com o objetivo de não apenas combater o tráfico, mas também de retomar espaços dominados por um estado paralelo.

Os excertos subsequentes (5, 6 e 7), ainda sobre a operação policial no Alemão, destacam que não há previsão para que ela termine, mesmo com todas as críticas que, como vimos, ela vem recebendo (5) e que a operação foi bem calculada, havendo, inclusive, uma preocupação com as vítimas, já que o cerco, que poderia ser feito há dois meses, não o foi porque “o número de vítimas e balas perdidas seria maior” (6). Aponta ainda esse mesmo trecho, o sucesso já alcançado pela operação (“Chegamos a lugares onde o Estado há muito não penetrava”) e as dificuldades enfrentadas pelos policiais que, mesmo com o objetivo de libertar a população do domínio do tráfico, trazendo segurança e levando o Estado à região, passam a ser vítimas de toda essa situação, pois, segundo o locutor citado suas equipes “são violentamente rechaçadas e, neste exato momento, duas delas enfrentam dificuldades para sair das favelas”.

O último enunciado desse conjunto associa a operação empreendida em 2007 aos atos de violência ocorridos no final do ano anterior, no Rio, e compara a situação em favelas não ocupadas à situação do Alemão, dizendo que naquelas não houve balas perdidas, mas que as aulas só ocorrem lá porque o tráfico permite. Tal comparação também justifica a ação policial, pois, com ela, as crianças terão aulas “com proteção da polícia, não sob permissão de criminosos”. Observe-se que, ao encerrar sua fala com essa afirmação, o locutor citado (Beltrame) amplia o objetivo da operação policial: se, inicialmente, esse objetivo era mostrar que o Estado não se curvaria a atos de violência como os praticados pelos bandidos no final do ano, ele passa a

abarcam também a proteção das crianças nas comunidades ocupadas. Como podemos observar a partir da análise, todos esses enunciados remetem à FD do combate à criminalidade já que ou relatam ações policiais no enfrentamento do crime ou procuram justificar a necessidade de que essas ações ocorram.

De 8 a 13, temos um conjunto de citações que, filiadas à FD dos direitos humanos, apresentam críticas às estratégias do governo no combate ao crime organizado, anulando ou pelo menos relativizando o que foi dito antes. Na primeira delas (8), a crítica não está no discurso citado (uma afirmação do secretário de segurança do Rio), mas na análise que o discurso citante faz dele. Frente à afirmação de Beltrame (locutor citado) de que “A polícia não vai sair”, o locutor de *Carta Capital* (locutor citante) afirma que o secretário de segurança *desvia* quando perguntado sobre a questão, não deixando “pistas sobre a desejável presença dos serviços públicos”. Instaura-se, pois, uma relação polêmica entre o dizer do secretário (filiado à FD do combate à criminalidade) e aquilo que o locutor citante defende, ao se filiar à FD dos direitos humanos.

O enunciado 9, por sua vez, de responsabilidade da socióloga Silvia Ramos, que, segundo *Carta Capital*, é uma “crítica ferrenha das medidas de segurança dos últimos governos estaduais”, estabelece uma relação diferente entre a FD do combate à criminalidade e a FD dos direitos humanos. Apoiado em uma FD acadêmico-científica, já identificada na análise da primeira reportagem de *Carta Capital*, o locutor/revista, ao inserir em seu dizer a fala da socióloga, afirma inicialmente (por meio da modalização do discurso em discurso segundo) que ela enxerga um avanço do governo Cabral em relação aos governos anteriores (enunciado que remete, respectivamente, à FD do combate à criminalidade e à FD do não-combate à criminalidade), mas que “reprova o tratamento exclusivamente policial” (FD dos direitos humanos). Esse movimento entre essas FDs continua na fala da socióloga (em discurso direto), como pode ser observado no trecho seguinte, que combina elogios (“A política de segurança do governo Cabral tem muitos méritos por construir pontes com a sociedade”) e críticas (“Mas ainda está apoiada quase exclusivamente na PM, que tem dado respostas aos criminosos. Ações reativas são pouco eficazes do ponto de vista dos resultados. O Exército ficou com

um tanque no Morro da Providência e não resgatou fuzis, como pretendia, em 2006”) às ações do governo Cabral no combate ao crime.

Semelhante enunciado está de acordo, portanto, com o que afirmamos anteriormente na análise da narrativa de *Carta Capital*. Isso porque, ainda que a revista assuma uma postura mais crítica em relação às ações do governo no combate ao crime, colocando em evidência a FD dos direitos humanos, principalmente ao associar a operação no Alemão à perda de vidas inocentes, ela não descarta a necessidade da ação policial, desde que ela não seja *exclusivamente policial*, como destaca a fala da socióloga.

Também com o intuito de defender que a operação não deve ser exclusivamente policial, apresenta-se a fala (também em discurso direto) da antropóloga e professora Jaqueline Muniz, já convocada por *Carta Capital* na reportagem do primeiro grupo. Novamente trazendo para o fio da narrativa a FD acadêmico-científica, a citação em questão adiciona um novo elemento às críticas feitas à operação do governo do Estado no Alemão: a associação dessa operação ao Pan, questão também já anunciada na primeira reportagem da revista. A partir dessa associação da operação em curso com os Jogos Pan-Americanos, o enunciado destaca novamente o fato de ser a polícia o foco das medidas de segurança do governo (“O Estado toma medidas conjunturais, usa a polícia praticamente sozinha para conter situações específicas”) para, posteriormente afirmar que isso não basta: “Isso não nos livra da necessidade de adotar em seguida uma política de segurança que incorpore todos os atores do governo, com metas para o primeiro, o segundo, o quarto ano de mandato. Ou o governo terá trabalhado para morrer na praia”.

Como no enunciado anterior, não se trata de rejeitar a ação policial, afinal a citação se inicia com a afirmação de que “Temos de cuidar do Pan, um evento extraordinário” (FD do combate à criminalidade), mas de reconhecer que só ela não é suficiente, pois “uma política de segurança” deve incorporar todos os atores do governo (FD dos direitos humanos). Cabe observar aqui que, diferentemente das outras revistas, *Carta Capital* busca na FD acadêmico-científica, representada pela fala de uma socióloga e de uma antropóloga e professora, respaldo para suas

posições, enquanto *Veja e Isto É* preferem apoiar-se na fala de autoridades governamentais.

Já o enunciado 11, ao trazer a citação de uma voluntária de uma ONG que atua no Complexo do Alemão, critica de forma veemente a ação policial: “Não posso acreditar que essa seja a solução para o problema. A polícia entra atirando numa área com moradores crianças e escolas. O governo não mede as consequências disso”, o que mostra, de forma inequívoca, sua filiação à FD dos direitos humanos na crítica às ações do governo.

Também filiados à FD dos direitos humanos estão os enunciados 13 e 14 que, de modo diverso do que foi observado até agora nas reportagens analisadas, apresentam uma visão da situação de descaso em que se encontra o Complexo do Alemão (tema silenciado nas outras reportagens). Em 13, citando uma pesquisa do Unicef, o locutor põe em cena a dificuldade de se obterem dados estatísticos sobre a população do Alemão. Tal dificuldade justifica-se na citação (em DD) da coordenadora da ONG Centro de Promoção da Saúde (Cedaps) como o resultado de afirmações distorcidas dos pais que, por medo de que os filhos “sofram com o estigma da violência e da miséria”, não informam o endereço verdadeiro.

Em 14, dando continuidade à descrição da situação de descaso em que se encontra a região, o locutor cita novamente uma fala da coordenadora do Cedaps (DD). Nessa fala, comparando o Alemão a outras duas favelas do Rio (Maré e Rocinha), Rogéria destaca que o Alemão, maior em extensão, possui menos serviços de saúde, educação e programas sociais pelo fato de estar menos visível, já que, diferente das outras duas comunidades, não é cortado por nenhuma avenida importante. Destaca-se, portanto, novamente a situação de descaso em que se encontram os moradores da região devido à ausência do Estado. No caso, não se trata da ausência do poder coercitivo do Estado, como vimos nas demais reportagens, mas de serviços básicos que devem ser oferecidos pelo governo à população mais carente como saúde, educação e serviços sociais (FD dos direitos humanos).

Concluindo o conjunto de citações, temos um enunciado em DD do secretário de segurança do Rio que traz a resposta do governo às críticas feitas à operação. Nesse enunciado, Beltrame, destaca que ou o Estado reassume “o controle dos territórios onde hoje os criminosos ditam as regras ou, dentro de pouco tempo, boa parte da população terá de pedir autorização ao tráfico para morar, trabalhar ou se deslocar”, revelando a preocupação do governo com os moradores do local.

Como se observa, a FD dos direitos humanos (ausente em *Veja* e presente tanto em *Isto É* quanto em *Carta Capital*, nessa última, inclusive, de forma mais veemente) relaciona-se polemicamente com a FD do combate à criminalidade, já que o universo de sentido daquela coexiste de modo não-harmônico com o universo de sentido desta. Assim, a maior ou menor adesão dos periódicos a cada uma dessas FDs revela um posicionamento divergente (pelo menos em alguns aspectos) em relação ao problema da criminalidade.

Nesses termos, *Veja* silencia os dizeres da FD dos direitos humanos, ao se filiar à FD do combate à criminalidade. *Isto É*, por vez, dá voz à FD dos direitos humanos, porém, ao instituir a polêmica entre essa FD e a FD do combate à criminalidade, dá mais ênfase à segunda, revelando sua filiação a ela. Já em *Carta Capital*, observamos que ainda que não se negue totalmente a FD do combate à criminalidade – o locutor não descarta a necessidade da operação policial, mas critica o fato de ela ser *exclusivamente* policial – é à FD dos direitos humanos que a revista se filia de forma mais contundente, o que já nos é apontado no subtítulo da reportagem que destaca o custo alto da operação, no caso, a perda de vidas de moradores do Alemão.

#### 5.1.2.2 As palavras entre aspas

O fenômeno das palavras entre aspas não é muito recorrente nesse conjunto de reportagens. Enquanto na reportagem de *Veja* encontramos uma única ocorrência na fala de um traficante, que já foi analisada no item referente ao discurso relatado, em *Isto É*, as aspas são utilizadas apenas para marcar citações em discurso direto.

Já em *Carta Capital*, destacamos duas ocorrências. Primeiramente, analisemos o excerto encontrado na revista *Veja*:

[...] e até davam entrevistas [os traficantes]. “Se fosse para a polícia confrontar ‘com nós’ (sic), tudo bem, mas eles atiram em morador”, disse a VEJA um traficante que vigiava um dos acessos. Uma mentira repetida pelos facínoras no que se tornou uma batalha de informações em meio à guerra.

Como vimos anteriormente, trata-se de uma fala atribuída a um representante dos traficantes que, segundo a revista, agiam de forma tão tranquila frente à operação da polícia que “até davam entrevistas”. Na análise do discurso relatado, já observamos o processo de *deslegitimação* desse dizer, uma vez que seu “fiador” não é um sujeito socialmente reconhecido pela ordem discursiva para dizer, ou, para usar uma afirmação de Foucault (1996), ele não possui a qualificação para satisfazer as exigências e dominar as regras da ordem discursiva em questão. Vejamos, agora, como a expressão aspeada “com nós” (em lugar de conosco) contribui para esse processo de *deslegitimação*.

Segundo Authier-Revuz (2004), a utilização das aspas revela uma operação metalinguística local de distanciamento. Só para lembrar, esse distanciamento exerce duas funções: a suspensão da responsabilidade do locutor, que questiona o caráter apropriado da palavra; ou a distinção, que mostra que uma palavra pertence a um outro discurso. No caso em questão, observamos que o emprego das aspas pode ser associado às duas funções, pois o locutor, ao destacar a construção gramatical errada, segundo a norma culta da língua portuguesa, questiona o caráter apropriado da expressão aspeada e mostra, além disso, que ela pertence a um outro discurso, diferente do seu (culto).

Como, segundo Maingueneau (2008a), as aspas são um sinal a ser interpretado pelo coenunciador, percebemos que, ao aspear a expressão “com nós”, inclusive, marcando-a com *sic*, o locutor 1 (aquele que aspeia) não só cria um efeito de sentido de objetividade para seu dizer – pois transmite de modo fiel aquilo que lhe foi dito – como também busca desqualificar o locutor 2 (dono da expressão aspeada) por meio da desqualificação do seu modo de dizer, o que denota um certo

preconceito (linguístico e social), um certo desprezo para com o outro, já que ele não é parte do “nós”, mas do “eles” que precisa ser combatido.

Isso ocorre porque, de acordo com Maingueneau (1997, p. 86), as épocas e os tipos de discursos determinam a forma como são feitas as citações, havendo uma variação dos “textos citáveis”, das “ocasiões em que é preciso citar”, e do “grau de exatidão exigido”. Nesses termos, considerando o momento histórico em que a reportagem foi produzida, em que a violência está diretamente associada ao tráfico de drogas (vimos nas narrativas analisadas que os traficantes são os antagonistas da criminalidade no Rio), seus sujeitos não devem ter autorização para ingressar na ordem do discurso midiático que, colocando-se numa posição de porta-voz dos anseios da sociedade, defende o combate ao crime.

Já em *Carta Capital*, destacamos as duas ocorrências de utilização de palavras entre aspas:

- 1 - Porta-voz da nova política de segurança e defensor dos pilares “inteligência, integração, gestão e corregedoria”, para devolver a tranquilidade ao Rio, Beltrame desvia quando perguntado sobre o que vai ficar no Complexo do Alemão quando a tropa deixar as favelas.
- 2 - Os efeitos colaterais da operação, entre eles os mortos, feridos e os transtornos causados aos bairros do entorno, são encarados pelo secretário de Segurança como parte do “remédio amargo” do qual depende o futuro da segurança na região metropolitana do Rio.

Nelas, duas expressões encontram-se aspeadas: “inteligência, integração, gestão e corregedoria” e “remédio amargo”, ambas atribuídas ao secretário de segurança do Rio. No caso em questão, considerando a inserção desses enunciados no plano mais global da reportagem, percebemos que o distanciamento proporcionado pela utilização das aspas está ligado ao processo de distinção, que mostra que essas palavras pertencem a um outro discurso: o discurso que prega a utilização da força militar no combate à violência (FD do combate à criminalidade), em relação ao qual a FD dos direitos humanos, proeminente na narrativa de *Carta Capital*, coloca-se de forma polêmica.

Todavia, as aspas enquanto instrumento de defesa indicam uma ilusão do locutor em relação à unicidade de seu discurso, marcando a zona que separa aquilo que digo daquilo que o outro diz (AUTHIER-REVUZ, 2004). Isso porque, conforme já destacamos em nossas análises, ainda que se filie à FD dos direitos humanos para criticar a operação do governo de ocupação do Alemão, o locutor de *Carta Capital* não descarta a necessidade da ação policial no combate à criminalidade. Quanto à expressão “remédio amargo” podemos também considerar que as aspas marcam um termo apenas aproximativo, porque metafórico, para se referir à situação. Infere-se, a partir dele, que o Estado está doente e precisa ser “medicado” (não há outra saída), ainda que o gosto do remédio não seja dos melhores.

Como vimos pelas análises desse último conjunto de reportagens, podemos afirmar que não há uma mudança de postura ideológica dos periódicos frente ao problema da criminalidade associada ao tráfico de drogas. Dessa forma, ainda que *Veja*, diferentemente do que apresentou na reportagem de 10/01/2007, tenha trazido o Estado para a posição de protagonista da narrativa (já que este assumiu a postura de combate à criminalidade pelo emprego da força militar), é a FD da criminalidade que se mantém proeminente também na segunda reportagem, como vimos. Isso porque, além de haver um foco maior nas ações dos antagonistas – traficantes –, há, também, um tom de descrença em relação ao sucesso da operação policial no Morro do Alemão, na medida em que se apresentam, de forma mais contundente na revista, os insucessos da operação e o sentimento de impunidade por parte dos criminosos, que dão “até entrevistas”. Lembramos que o conector *até* assinala o argumento mais forte de uma escala que orienta para uma dada conclusão (no caso, o máximo de impunidade possível para os traficantes seria dar entrevistas, direito concedido legitimamente apenas às autoridades).

Já *Isto É*, confirmando a postura observada na reportagem de 10/01/2007, mantém o Estado na posição de protagonista da narrativa, dando ênfase em toda a reportagem às ações empreendidas por esse protagonista no combate à criminalidade. Cabe observar, inclusive, que não há referência a ações do antagonista no curso da narrativa. Nesse sentido, constatamos que, mais uma vez, o locutor de *Isto É* filia-se, de forma evidente, à FD do combate à criminalidade, a qual



se sobrepõe às outras FDs presentes no fio da narrativa, inclusive as FDs da economia e dos direitos humanos (também encontradas em *Carta Capital*). À FD da economia filiam-se os enunciados relacionados a problemas financeiros enfrentados pelo protagonista e à FD dos direitos humanos relacionam-se aqueles provenientes das críticas recebidas pela operação policial no Alemão e dos riscos que ela tem trazido aos moradores do local. Contudo, ao sobrepor a FD do combate à criminalidade a essas duas FDs, *Isto É* revela uma postura de apoio à operação policial de combate ao crime.

Em *Carta Capital*, por sua vez, observa-se que a FD dos direitos humanos assume uma posição de destaque frente às outras FDs, pois toda a reportagem põe em ênfase não só o custo alto da operação – no caso, a perda de vidas inocentes –, mas também a ausência dos serviços públicos no Morro do Alemão, defendendo que só a operação militar não basta. Note-se, contudo, que, ainda que assuma uma postura mais crítica frente à operação de ocupação do Alemão, o locutor não descarta a necessidade de se combater a criminalidade pelo uso da força militar (FD do combate à criminalidade), pois, se a operação policial sozinha não resolve o problema, ela também não pode ser simplesmente descartada.

Com isso, observamos, nesse conjunto de reportagens, que a FI que prega o combate à criminalidade pelo uso do poder coercitivo do Estado se faz, mais uma vez, hegemônica, silenciando outros dizeres possíveis, mas indesejados, sobre as origens do crime organizado, como a falta de oportunidades dos moradores desses locais. Mas vejamos, de forma mais detalhada, como isso se dá na próxima seção em que apresentamos uma comparação dos resultados obtidos nas análises de todas as reportagens.

## **5.2 Comparando os resultados dos dois conjuntos de reportagens**

Neste tópico do trabalho, retomaremos algumas comparações já feitas ao longo das análises apresentadas, com o intuito de sistematizá-las e comentá-las à luz do quadro teórico exposto anteriormente, a fim de que se possa ter uma visão mais nítida dos posicionamentos discursivos das revistas sobre a criminalidade

relacionada ao tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Para tanto, apresentamos, inicialmente, um quadro que resume o que observamos em cada reportagem analisada, em termos das FDs postas em cena e da forma como elas delimitam os sentidos veiculados nas revistas, por meio da organização narrativa que os periódicos apresentam dos fatos.

**Quadro 3**

<b>Reportagem</b>	<b>Formações discursivas</b>	<b>Desenvolvimento da narrativa</b>
<p><i>Veja</i>: “Rio, cidade aberta” e “O Estado sumiu...” (10/01/2007)</p>	<p>FD da criminalidade (mais proeminente)            FD do não-combate à criminalidade            FD do combate à criminalidade</p>	<p>A filiação do locutor/revista à FD da criminalidade em ambas as reportagens (alimentada pela FD do não-combate à criminalidade por parte do Estado) leva-o a realizar uma inversão do esquema narrativo, enfatizando as ações dos traficantes na primeira reportagem e das milícias, na segunda. O Estado, por sua vez, é transformado em antagonista (ou porque não combate o crime de forma eficaz, ou porque se associa aos criminosos). A FD do combate à criminalidade é colocada em cena apenas no final das reportagens, em <i>boxes</i> que apontam as soluções para os problemas elencados (sem definir quem as colocará em prática). Como o Estado foi transformado em antagonista, há apenas uma ocorrência de DR em <i>Veja</i> (citação da ONU). As palavras colocadas entre aspas, por sua vez, revelam não só que são inapropriadas para o contexto, como também ressaltam o caráter organizado do crime.</p>
<p><i>Veja</i>: “Ataque à cidadela do tráfico” (23/05/2007)</p>	<p>FD da criminalidade (mais proeminente)            FD do combate à criminalidade            FD do não-combate à criminalidade</p>	<p>Ainda que aqui o Estado assuma a posição de protagonista no combate ao crime, o locutor/revista, ao se filiar de forma mais evidente à FD da criminalidade, novamente deixa antever a ineficiência do Estado no combate ao crime (FD do não-combate à criminalidade). Isso nos é revelado não só pelo maior sucesso atribuído às ações do antagonista, como também pela tranquilidade com que este se mostra frente às investidas policiais, o que revela uma aparente descrença/desconfiança do locutor em relação</p>

		à operação de ocupação do Morro do Alemão. Como aqui o Estado assume a posição de protagonista, os depoimentos apresentados na revista são de autoridades ligadas a ele, com exceção da declaração dada por um traficante que é imediatamente desqualificada.
<i>Isto É</i> : “O Brasil contra o crime” (10/01/2007)	FD do combate à criminalidade (mais proeminente) FD da criminalidade FD do não-combate à criminalidade	O Estado é o protagonista da narrativa, e o locutor/revista, ao se filiar de modo mais proeminente à FD do combate à criminalidade, destaca as ações estatais no combate ao crime organizado (embora ressalte, diversas vezes, o ineditismo dessas ações). Nesse caso, as vozes trazidas para o texto são de autoridades estatais ou daqueles que apoiam a operação. A FD da criminalidade, identificada nas ações e na atual situação do crime organizado, é atribuída à impunidade/ineficiência do Estado em seu combate (FD do não-combate à criminalidade). Há, ainda, uma associação da operação a uma guerra, revelando que o combate ao crime não é tarefa fácil (como sugere <i>Veja</i> ).
<i>Isto É</i> : “O Rio adota a estratégia do confronto” (11/07/2007)	FD do combate à criminalidade (mais proeminente) FD da criminalidade FD do não-combate à criminalidade FD econômica FD dos direitos humanos	Também nesta reportagem o Estado protagoniza a narrativa (FD do combate à criminalidade). Há também a presença de duas FDs até então inéditas: a FD da economia e a FD dos direitos humanos. Essas FDs são, porém, colocadas em segundo plano, em prol da FD do combate à criminalidade. Isso potencializa o heroísmo do protagonista (capaz de enfrentar diferentes problemas), como também destaca a necessidade do uso da força militar nesse combate. Isso fica evidente não só no desenrolar da narrativa, como também nas citações: a maioria delas relacionada ao protagonista, que se encarrega de contestar as críticas recebidas.
<i>Carta Capital</i> : “No Rio uma bomba-relógio” (10/01/2007)	FD do não-combate à criminalidade (mais proeminente) FD acadêmico-científica FD da criminalidade	O locutor/revista, inicialmente, inserido na FD do combate à criminalidade, passa a filiar-se à FD do não-combate à criminalidade (associada, no caso, à livre ação

	FD do combate à criminalidade	das milícias nas favelas), trazendo uma série de críticas à atuação do Estado. Embora essa transformação do Estado em antagonista já se tivesse manifestado nas primeiras reportagens de <i>Veja</i> (pela impunidade ao crime), em <i>Carta Capital</i> , o Estado assume essa condição por fechar os olhos (ou até mesmo apoiar) as ações dos milicianos nas favelas cariocas, principalmente, naquelas que se encontram na rota do Pan. Aqui, põe-se em cena a FD acadêmico-científica que, de forma constitutiva, alimenta a FD do não-combate à criminalidade, desqualificando as ações do Estado. A essa última FD filiam-se a maioria das citações da reportagem.
<i>Carta Capital</i> : “Batalha no Alemão” (04/07/2007)	FD dos direitos humanos (mais proeminente) FD do combate à criminalidade FD acadêmico-científica FD da criminalidade FD do não-combate à criminalidade FD econômica	Nesta reportagem, diferentemente das demais, a ênfase é dada à perda de vidas inocentes e à necessidade de algo mais do que ação policial (FD dos direitos humanos) na operação de ocupação do Morro do Alemão (FD do combate à criminalidade). Isso é claramente perceptível nas vozes trazidas para o interior da narrativa: a maioria traz críticas à ação policial e à situação da população no Morro. Aqui também essas críticas se alimentam da FD acadêmico-científica. A FD da economia, assim como em <i>Isto É</i> , está relacionada aos problemas financeiros do Estado. Já a FD do não-combate à criminalidade se refere às origens históricas da criminalidade, relacionadas, como nas reportagens anteriores, à impunidade/ineficiência do Estado no combate ao crime. No entanto, ainda que critique a operação policial, o locutor/revista não descarta a necessidade de que ela ocorra (FD do combate à criminalidade), destacando apenas que só ela não basta.

Como se pode notar no quadro 3 e nas análises apresentadas anteriormente, é possível identificar alguns posicionamentos diferentes no que tange à cobertura

mediática dos eventos relacionados à criminalidade oriunda do tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Essas diferenças se dão principalmente quanto à atuação do Estado – ora ausente, ora presente, ora ineficiente, ora conivente com a ação dos bandidos – no combate ao crime, chegando até mesmo, em *Veja* e *Carta Capital*, a ser alçado à condição de antagonista das narrativas.

Também identificamos algumas diferenças nas FDs a que se filiam os locutores/revistas para dizerem o que dizem: enquanto em *Isto É* e em *Carta Capital* há a presença das FDs da economia e dos direitos humanos (ainda que elas sejam abordadas de forma distinta em cada revista), ambas são silenciadas em *Veja*. Identificamos também em *Carta Capital* uma FD ausente das demais revistas: a FD acadêmico-científica, convocada para sustentar seja a FD do não-combate à criminalidade (na primeira reportagem), seja a FD dos direitos humanos (na segunda reportagem), na medida em que apresenta críticas à má-atuação do Estado no combate à criminalidade, enfatizando ainda as consequências nefastas que isso acarreta como, por exemplo, a perda de vidas inocentes, questão bastante enfatizada na segunda reportagem da revista.

Essas diferenças, por sua vez, determinam o modo como cada uma dessas revistas (ou mesmo cada uma das reportagens) se relaciona com as vozes que mobiliza. Nesse sentido, percebemos que *Veja*, ao se associar de modo mais evidente à FD da criminalidade, não só se viu impossibilitada de citar o Estado (transformado em antagonista nas duas primeiras reportagens), como também pôde trazer para seu interior a voz de um traficante, ainda que essa voz e aquele que a pronuncia precisassem ser desqualificados, devido às imposições histórico-sociais que não o reconhecem como alguém autorizado/legitimado a dizer.

Já em *Isto É*, a maioria das citações é de autoridades ligadas ao Estado, protagonista nas duas reportagens do periódico, que se filia de modo mais evidente à FD do combate à criminalidade.

*Carta Capital*, por sua vez, pela posição mais crítica que busca assumir frente aos eventos narrados, dá voz a personagens silenciados nas outras revistas/reportagens

– sujeitos ligados à FD acadêmico-científica – ou põe em evidência a fala daqueles que foram relegados a um segundo plano nas/pelas outras instâncias – pessoas ligadas aos interesses dos moradores das favelas, como coordenadores de ONGs, por exemplo.

Essa constatação nos leva a identificar a heterogeneidade constitutiva que marca a relação das formações discursivas com aquilo que lhes é exterior. Dessa forma, ainda que possamos perceber a filiação dos locutores/revistas a um conjunto de FDs recorrentes em todas as reportagens – as FDs da criminalidade, do não-combate e do combate à criminalidade –, o modo como eles se relacionam com essas FDs e o modo como essas FDs se relacionam umas com as outras e com as demais FDs postas em cena confirmam a tese de que os processos de interpelação não são totais (DE NARDI, 2003): embora haja determinações sócio-histórico-ideológicas na produção do discurso, é possível perceber diferentes níveis de identificação dos sujeitos com as FDs que mobiliza (o que nega o sujeito plenamente assujeitado dos primórdios da AD).

Por outro lado, ainda que diferenças de posicionamento possam ser observadas em relação às FDs que atravessam os discursos, parece-nos que as semelhanças entre os periódicos são mais contundentes do que as disparidades, o que, paradoxalmente, reforça a coerção das FDs (e da ideologia que subjaz a elas) sobre o sujeito e seu dizer. Esse “movimento” revela a tensão que está na base mesma do discurso, mostrando que não há nem um sujeito absolutamente dono de si, nem um sujeito completamente determinado pelo que lhe vem de fora, como postula Orlandi (2009). Uma vez destacadas as diferenças, resta-nos apontar como as semelhanças se manifestam em relação ao que é dito e ao que é silenciado sobre as origens da criminalidade e o seu combate.

Assim, ao se filiarem às FDs da criminalidade e do não-combate à criminalidade (esta, como vimos, constitutiva daquela), todas as revistas compreendem que as origens da criminalidade (no caso, relativa ao tráfico de drogas no Rio de Janeiro) estão ligadas à impunidade – seja ela alimentada pela não-atuação do Estado ou

pela sua associação ao crime organizado – e à ineficiência dos métodos estatais no combate ao crime.

A compreensão das origens da criminalidade está diretamente associada às soluções apresentadas para seu combate. Nesses termos, ao se filiarem à FD do combate à criminalidade, os locutores/revistas, em geral, defendem que esse combate deve-se dar pelo emprego da força militar por parte do Estado (afinal, trata-se de uma situação crítica; de uma *guerra*, para alguns). Nesse caso, a principal diferença observada na maioria das reportagens entre o governo atual (à época da publicação das reportagens) e seus antecessores é o fato de aquele ter reconhecido a importância de se enfrentar o problema da criminalidade, enfrentamento esse que, como dissemos acima, envolve o uso de força militar (policial). Ainda que *Carta Capital*, por exemplo, critique o emprego exclusivo de força militar ou a associação do Estado às milícias e que *Veja* se mostre descrente em relação à eficiência da operação policial, nenhuma revista descarta o seu uso. Até mesmo as críticas feitas ao Estado são no sentido da não-utilização ou da má utilização da força militar no combate ao crime.

Ao se filiarem a essas FDs para dizer o que dizem sobre a criminalidade associada ao tráfico (e ao combate à criminalidade), numa relação de forças por formas hegemônicas de representar a realidade (STEINBERGER, 2005), os locutores/revistas deixam de dizer outros sentidos possíveis, mas indesejáveis sobre a questão. Isso está ligado, segundo Maingueneau (2007), à competência interdiscursiva que, ao mesmo tempo em que permite ao locutor produzir e interpretar enunciados de sua própria FD, também lhe possibilita reconhecer como incompatíveis com ela os enunciados provenientes de FDs antagônicas. Já no entender de Orlandi (1993), esse fenômeno está ligado ao silêncio, aqui entendido não como ausência de palavras, mas como a impossibilidade de sustentar outro discurso, possível, mas, ao mesmo tempo, indesejável.

Quando as reportagens em questão sustentam um discurso que associa as origens da criminalidade à impunidade e que prega o uso da força policial/militar em seu combate, elas inviabilizam/silenciam outros dizeres. Um desses possíveis dizeres

pode ser identificado na carta de uma leitora, publicada na seção Opinião (Caixa Postal) da revista *Época* (n. 705, de 21/11/2011), que fala sobre a prisão do traficante Antônio Bonfim Lopes (o Nem) abordada no número anterior da revista:

Hoje sou empresária e moro nos Estados Unidos, mas já morei numa favela durante 20 anos. Ninguém nasce querendo ser bandido, escolhendo isso para o próprio futuro. Mas a vida numa favela muitas vezes não deixa alternativa. Só quem vive ali, sem água, luz, dormindo em uma casa cheia de goteiras e rodeada por ratos, baratas e viciados, sabe do que estou falando. Em hipótese alguma sou a favor do crime e do tráfico, mas acredito que, se as pessoas tivessem mais oportunidade, assim como eu tive, as coisas seriam diferentes. - Núbia Tavares, Miami, EUA.

Como se percebe, na carta, a leitora associa a questão da criminalidade à ausência de oportunidades e à falta de assistência por parte do Estado aos moradores das favelas, dizer silenciado – ou apenas tocado de leve – nas reportagens que analisamos, por se mostrar incompatível com as filiações ideológicas que veem os criminosos como pessoas do mal que devem ser combatidas/exterminadas por aqueles que, como os locutores (e seus interlocutores: os leitores das revistas), visam ao bem.

Apenas em *Carta Capital*, percebemos que essas questões são levantadas, mas não no sentido de se buscarem possíveis origens da criminalidade. Nas reportagens dessa revista, a falta de assistência do Estado relaciona-se às condições precárias em que vivem os moradores inocentes das favelas (e que agora pagam com suas vidas pelo avanço da criminalidade) e ao fato de o poder dos criminosos ter-se tornado tão forte nessas comunidades, como mostra o seguinte trecho que faz referência à vitimação da população (sobretudo a mais pobre) pelo crime: “Por preconceito ou por equívocos políticos, por omissão ou por corrupção, os administradores abandonaram as zonas pobres, predominantemente representadas por aglomerações faveladas. O poder marginal fortaleceu-se entre os moradores. Ora pelo uso da força, ora no atendimento assistencial”.

Não estamos querendo afirmar com isso que o fato de ser morador de favela implica, necessariamente, o envolvimento com o crime, questão já superada há tempos pelos estudos de cunho social. Contudo, não podemos deixar de reconhecer que a relação entre a falta de oportunidades/de serviços assistenciais básicos e a



origem da criminalidade é, sem dúvida, um dizer possível. Primeiro, porque há uma exaltação excessiva do consumo no momento histórico em que vivemos, fazendo com que aqueles que não podem consumir se tornem excluídos socialmente; segundo, porque é justamente nessas regiões em que o Estado não chega que a criminalidade associada ao tráfico de drogas se mostra mais forte. Também não estamos, como declara a autora da carta transcrita, fazendo apologia ao crime; porém, não podemos deixar de reconhecer que há outros posicionamentos possíveis sobre a criminalidade associada ao tráfico de drogas que são silenciados em prol das formações discursivas e da formação ideológica dominantes no *corpus* que analisamos. Aliás, o silenciamento da relação entre as precárias condições de vida nas favelas e as origens da criminalidade (no caso, do tráfico de drogas) faz crer que os traficantes não se tornam bandidos; já nascem como tais, sendo, pois, dotados de uma maldade inata, o que simplifica uma questão das mais complexas na atualidade.

Quanto à formação ideológica a que se filiam as formações discursivas identificadas anteriormente, podemos dizer que todas elas mantêm uma relação inequívoca com a FI que compreende a criminalidade como um mal que precisa ser combatido com a mão forte do Estado. Tal combate é, via de regra, associado a uma guerra que precisa ser travada para que se extirpem as raízes desse mal. A essa FI dominante filiam-se a FD da criminalidade e do não-combate à criminalidade – é justamente porque o Estado ainda não declarou essa guerra que o mal representado pela criminalidade se fortalece a cada dia –; a FD do combate à criminalidade – que prega, como forma de combate ao crime, o emprego da força militar, permitindo, inclusive, que, na ausência do Estado, as milícias possam atuar nesse combate –; a FD acadêmico-científica – que, ao se filiar de modo constitutivo, ora à FD do não-combate à criminalidade, ora à FD dos direitos humanos, apresenta críticas seja à atuação do Estado, seja à adoção de uma operação exclusivamente militar –; a FD da economia – que remete aos problemas de ordem econômica que o Estado enfrenta no combate à criminalidade –; e até mesmo a FD dos direitos humanos – cujas críticas se dirigem, como vimos, não à utilização pelo Estado da força militar em si, mas à sua exclusividade no combate ao crime organizado.

Nesses termos, se concordamos com Bakhtin/Voloshinov (1995) quando afirmam que a ideologia está diretamente ligada à linguagem, pois a comunicação implica conflitos socioideológicos e relações de dominação, percebemos que o discurso dominante sobre a criminalidade associada ao tráfico de drogas, alimenta uma visão binária – e, por isso mesmo simplista – da criminalidade associada ao tráfico de drogas, possibilitando, como vimos, a personificação de indivíduos em heróis e vilões (FULTON, 2005b).

Esse processo ocorre, também destaca a autora, por meio da individualização dos eventos noticiados, principalmente no que tange aos criminosos, pois, ao atribuir-lhes a responsabilidade por seus atos – imputando-lhes ações e estados-objetivo que vão contra aquilo que os interlocutores/leitores valorizam –, cria-se o efeito de sentido de que são pessoas más. Omite-se, dessa forma, o papel das instituições sociais nesse processo pelo silenciamento de dizeres não desejados ou incompatíveis com a ideologia a que se filia.

Com isso, a mídia, por meio de seus sistemas simbólicos, naturaliza qualquer atitude que se possa vir a tomar para combater esse mal, alimentando por meio da memória/dos pré-construídos um conjunto de crenças e estereótipos que relaciona a criminalidade (associada ao tráfico) e seu combate a uma guerra. Nesses termos, se, como postula Maingueneau (2007), as FDs definem não só um universo de sentido próprio, mas também o modo como coexistem com outros discursos, podemos dizer que as FDs identificadas neste trabalho se relacionam, de modo harmônico, com a FD bélica, trazendo para o fio do discurso (o intradiscurso), por meio do trabalho da memória (do interdiscurso), os sentidos que dela resultam.

Em suma, ainda que possamos constatar diferenças nas formas como cada uma das revistas/reportagens se relacionam com as FDs identificadas (sendo possível observar, inclusive, que apenas em *Carta Capital* há uma preocupação efetiva com a população das favelas), não há como negar que, em linhas gerais, elas reproduzem o discurso dominante (e a ideologia que o sustenta) de que o combate à criminalidade (no caso de nosso trabalho, aquela associada ao tráfico de drogas) deve estar associado ao aumento do rigor na punição dos criminosos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da análise de sete reportagens publicadas em *Veja*, *Isto É* e *Carta Capital*, no ano de 2007, procuramos compreender a(s) forma(s) como essas revistas constroem suas narrativas sobre os eventos relativos à criminalidade associada ao tráfico de drogas no Rio de Janeiro, apreendendo as formações discursivas e ideológicas postas em cena por cada um desses periódicos, bem como as vozes que eles mobilizam na produção do sentido.

Para alcançar tal objetivo, adotamos como categorias de análise do *corpus* o esquema protagonista-antagonista de organização da narrativa, proposto em Beaugrande e Colby (citado em PALMER, 1999, p. 220) e as marcas da heterogeneidade marcada mostrada, mais especificamente aquelas relacionadas ao discurso relatado (direto e indireto e a modalização em discurso segundo) e as palavras entre aspas.

Com base na proposta metodológica de Orlandi (2009, p. 77), que implica partir do material linguístico para chegar às formações discursivas e às formações ideológicas (e sociais) que subjazem a elas, e nos pressupostos teóricos da AD, (tanto os ligados às atuais tendências francesas quanto aqueles oriundos da AD pechêutiana), procuramos observar ainda como a semântica global restringe a um só tempo todos os planos do discurso (embora nossas análises tenham se limitado mais diretamente aos planos da narrativa e da heterogeneidade mostrada e, por vezes, ao vocabulário e aos temas).

Considerando a afirmação de Maingueneau (1997) de que a AD preocupa-se com textos produzidos no quadro de instituições que restringem a enunciação e o poder que a “instituição midiática” possui na sociedade atual, iniciamos este trabalho com um capítulo que versou sobre o discurso midiático enquanto uma prática simbólica de disseminação de saberes e, conseqüentemente, de visões particulares da realidade. Nesse sentido, considerando que o material produzido e distribuído pela

mídia é simbólico, tecemos algumas considerações sobre as contribuições que a AD pode trazer para a compreensão de como esse material procura não só reproduzir a realidade sob uma ótica particular – ainda que isso seja mascarado por uma pretensa, mas impossível neutralidade –, como também interfere na nossa visão de mundo sobre eventos particulares. Dessa forma, concordando com a afirmação de Thompson (1998, p. 24) de que as ações simbólicas podem “provocar reações, liderar respostas de determinado teor, sugerir caminhos e decisões, induzir a crer e a descrever, apoiar os negócios do estado ou sublevar as massas em revolta coletiva”, procuramos, a partir dos caminhos teórico-metodológicos oferecidos pela AD, mostrar como isso ocorre linguisticamente/discursivamente pela identificação das FDs e FIs que subjazem ao discurso sobre a criminalidade associada ao tráfico de drogas no Rio de Janeiro.

Nessas análises, destacamos não só aquilo que foi dito sobre a criminalidade e seu combate sob a égide das FDs e da FI dominantes nas reportagens do *corpus*, como também aquilo que foi silenciado, considerando sempre que o discurso se constrói numa relação interdiscursiva, estabelecendo relações ora harmônicas, ora polêmicas entre as diferentes FDs que o atravessam, de acordo com as “visadas” do sujeito que enuncia. É a partir da identificação com a(s) FD(s) que o sujeito é capaz de reconhecer não só o conjunto de enunciados permitidos em seu discurso, como também rejeitar aqueles que o contradizem/negam, ainda que o apagamento dessa contradição se dê apenas no nível da aparência, como procuramos demonstrar em nossas análises.

Na busca desse aparente monologismo, vimos como as reportagens analisadas silenciam não só os dizeres, como também os sujeitos que ameaçam a unicidade do discurso produzido no interior da(s) FD(s) posta(s) em cena. Esse silenciamento dos sujeitos constitui, segundo Steinberger (2005), a tirania dos órgãos de comunicação de massa, na medida em que facultam o acesso qualificado ao espaço público da mídia.

Isso se mostrou bastante claro para nós em uma passagem específica de uma das reportagens da revista *Veja*: a citação em DD da fala de um sujeito desqualificado

para ingressar na ordem discursiva midiática (no caso um traficante). Devido às imposições sócio-históricas do momento/da sociedade em que as reportagens foram produzidas e veiculadas, fez-se necessário desqualificar esse locutor (por meio do adjetivo “facínoras” atribuído ao grupo do qual ele fazia parte), bem como seu dizer (avaliado pelo locutor citante como uma “mentira”).

Nesse exemplo específico e também naquilo que foi silenciado, podemos ver como funcionam os princípios de exclusão externos propostos em Foucault (1996): a interdição, a rejeição e a oposição verdadeiro/falso. A interdição, segundo o autor, dá conta do fato de que não é permitido a qualquer um falar qualquer coisa, sendo necessário, conforme constamos na análise retomada acima, desqualificar quem diz e o que ele diz quando lhe é dada voz. A rejeição, por sua vez, explica porque determinados dizeres não são aceitos: ou porque interferem na compreensão “racional” dos fatos (o que permitiu qualificar a fala do traficante como uma mentira), ou devido à menos valia de seus possuidores (no caso, tratavam-se de traficantes apresentados como pessoas do mal, facínoras). Já a oposição verdadeiro/falso permite que se excluam aqueles dizeres que contradizem os saber valorizado, sendo necessário ou silenciá-los ou desqualificá-los.

Esse processo de identificação/rejeição daquilo que pode ser dito e de quem pode dizer é alimentado nas reportagens – objeto de nossas análises – pela criação de relações bipolares entre o “nós” (locutor/revistas e interlocutores/população de bem) e o “outro” (traficantes, que representam a encarnação do mal que precisa ser extirpado), o que revela uma visão maniqueísta do mundo (os indivíduos ou são maus ou são bons, não sendo possível o meio-termo).

Assim, se a palavra (enquanto objeto ideológico) intervém na situação extraverbal, contribuindo para sua manutenção, modificação ou superação (PONZIO, 2008, inspirado em Bakhtin), nossas análises nos permitem concluir que os discursos sobre a criminalidade, fundados na FI que associa o combate à criminalidade associada ao tráfico de drogas a uma guerra (vendo, como origem da criminalidade, a impunidade e, como solução para ela, o emprego da força militar) alimentam o

consenso, já disseminado em nossa sociedade, de que para combater o crime, basta o aumento do rigor na punição dos criminosos.

A construção desse consenso é sustentada, por sua vez, pela crença na evidência do sentido, como propõe Orlandi (2009, inspirada em PÉCHEUX, 1975). Essa evidência, ao apagar o caráter material da palavra, faz ver como transparente aquilo que, na verdade, é opaco, fazendo remissão a um intrincado jogo de formações discursivas e ideológicas. Nesse sentido, cabe ao analista atravessar a transparência da linguagem, com o intuito de revelar como o ideológico trabalha na constituição dos dizeres.

No caso do presente trabalho, procuramos fazer exatamente isso: identificar não só como o discurso sobre a criminalidade se textualizou nas reportagens do *corpus*, como também de que forma ele, ao se textualizar, procurou silenciar outros sentidos possíveis sobre a questão, apagando, desse modo, as contradições que lhe são inerentes. Fizemos isso, observando como o sistema de restrições semânticas globais da boa formação discursiva (aquela a que o locutor se filia) atua nos vários planos do discurso, de modo a criar um efeito de sentido de unicidade e reforçar a crença de que aquilo que foi dito sobre a criminalidade só poderia ser dito daquela forma, o que, sem dúvida, contribui para a construção da pretensa imparcialidade da mídia.

Finalmente, considerando que o trabalho de análise reflete uma tomada de posição do analista frente às questões que lhe são colocadas, às hipóteses que levanta e aos resultados que busca alcançar, resta-nos reconhecer que nenhum trabalho de análise esgota o objeto analisado. Este fica, portanto, sempre aberto a análises futuras, seja do mesmo analista, seja de analistas diferentes que, com certeza, trarão à luz outros dizeres sobre esse mesmo objeto, dizeres esses que foram silenciados neste trabalho, que não deixa de ser, afinal, uma tomada de posição de um sujeito sócio-historicamente localizado.

## REFERÊNCIAS

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Campinas, SP: editora da Unicamp, 1998.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

BAKHTIN, Mikhail/VOLOSHINOV. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

BEAUGRANDE, Robert de. *Text, Discourse and Process: Toward a multidisciplinary science of texts*. Florida: University of Florida, 1980.

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. 2. ed. Campinas, SP: Unicamp, 1993.

BARROS, Diana Luz P. de. Contribuições de Bakhtin às teorias do discurso. In: BRAIT, Beth (org.). *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas, SP: editora da UNICAMP, 1997. p. 27-36.

CAMPOS, Carla Leila Oliveira. *Mídia, Discurso e Referenciação: a construção do objeto discursivo guerra no Iraque*. 2006. Dissertação (mestrado) Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2006.

CARTA CAPITAL. Sobre CC. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sobre-cc>>. Acesso em: 8 jul. 2011.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das Mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.

DE NARDI, Fabiele Stockmans. Entre a lembrança e o esquecimento: os trabalhos da memória na relação com língua e discurso. *Organon*, Porto Alegre, v. 17, n. 35, 2003. p. 65-83.

DUNN, Anne. Television news as narrative. In: FULTON, Helen Elizabeth et al. *Narrative and Media*. New York/EUA: Cambridge University Press, 2005. p. 140-152.

DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*: Campinas, SP: Pontes, 1984.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguagem e diálogo: as idéias linguísticas do Círculo de Bakhtin*. Curitiba: Criar Edições, 2006.

FERREIRA, Aurélio B. de H. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FIORIN, José Luiz. *Linguagem e Ideologia*. 8. ed. São Paulo: Ática, 2005.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 10. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

FREIRE, Silene de Moraes; CARVALHO, Andreia de Souza de. Mídia e violência: os labirintos da construção do consenso. *Revista Textos e Contextos*, Porto Alegre, v.7, n. 1, jan./jun. 2008. p. 151-164.

FULTON, Helen Elizabeth (a). Introduction: the Power of narrative. In: FULTON, Helen Elizabeth et al. *Narrative and Media*. New York/EUA: Cambridge University Press, 2005. p. 1-7.

FULTON, Helen Elizabeth (b). Print news as narratives. In: FULTON, Helen Elizabeth et al. *Narrative and Media*. New York/EUA: Cambridge University Press, 2005. p. 218-244.

GOLDSTEIN, Norma; LOUZADA, Maria Silvia; IVAMOTO, Regina. *O Texto sem Mistério: leitura e escrita na universidade*. São Paulo: Ática, 2009.

GREGOLIN, Maria do Rosário. *Foucault e Pêcheux na Análise do Discurso: diálogos & duelos*. São Carlos, SP: Claraluz, 2004.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LARA, Glaucia Muniz Proença. Aplicando alguns conceitos de “Gênese dos Discursos”. In: POSSENTI, Sírio; BARONAS, Roberto Leiser. (orgs.). *Contribuições de Dominique Maingueneau para a análise do discurso no Brasil*. São Carlos/SP: Pedro e João Editores, 2008. p. 111-132.

MACHILL, Marcel; KÖHLER, Sebastian; WALDHAUSER, Markus. The use of narrative structures in television news: an experiment in innovative forms of journalistic presentation. *European Journal of Communication*, v. 22, n. 2, 2007. p. 185-205. Disponível em: <<http://ejc.sagepub.com>>. Acesso em: 14 nov. 2007.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 1997.

MAINGUENEAU, Dominique. Unidades tópicas e não-tópicas. In: MAINGUENEAU, Dominique. *Cenas da Enunciação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos Discursos*. Curitiba: Criar Edições, 2007.



MAINGUENEAU, Dominique (a). *Análise de Textos de Comunicação*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique (b). Escola francesa de análise do discurso. In: CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique (eds.). *Dicionário de Análise do Discurso*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 202-203.

MAINGUENEAU, Dominique (b). Memória discursiva. In: CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique (eds.). *Dicionário de Análise do Discurso*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 325-326.

MUSSALIM, Fernanda. Análise do discurso. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (orgs.). *Introdução à Linguística 2: domínios e fronteiras*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006. p. 101-142.

NOVO MANUAL DA REDAÇÃO. São Paulo: Grupo Folha, 1996. Disponível em: <[http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual\\_edicao\\_f.htm](http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_edicao_f.htm)>. Acesso em: 24 jan. 2012.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *O que é linguística*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *A linguagem e o seu funcionamento: as formas do discurso*. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2001.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. 8. ed. Campinas, SP: Pontes, 2009.

PALMER, Gary B. *Toward a Theory of Cultural Linguistics*. Austin: The University of Texas Press, 1999. p. 220-221.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, SP: Unicamp, 1975.

PÊCHEUX, Michel. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2006.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. (orgs.). *Por uma análise automática do discurso*. 3. ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1990.

PONZIO, Augusto. *A revolução bakhtiniana*. São Paulo: Contexto, 2008.

PORTELA, Cristiane. Revistas semanais de informação geral no Brasil hoje: conceituações e definições, *Regiocom*, 2009. Disponível em: <[http://www2.metodista.br/unesco/1\\_Regiocom%202009/arquivos/trabalhos/REGIOCOM%2014%20%20Revistas%20semanais%20de%20informa%C3%A7%C3%A3o](http://www2.metodista.br/unesco/1_Regiocom%202009/arquivos/trabalhos/REGIOCOM%2014%20%20Revistas%20semanais%20de%20informa%C3%A7%C3%A3o)>

%20geral%20no%20Brasil%20-%20Cristiane%20Portela.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2011.

POSSENTI, Sírio. *Discurso, estilo e subjetividade*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

POSSENTI, Sírio. Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas. *In*: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. (orgs.). *Introdução à Linguística 3: fundamentos epistemológicos*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007. p. 353-392.

RAMOS, Sílvia; PAIVA, Anabela. *Mídia e Violência: novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

RYAN, Marie-Laure. Introduction. *In*: RYAN, Marie-Laure (Editor). *Narrative across media: the language of storytelling*. Lincoln, Nebraska: University of Nebraska Press, 2004. p. 1-40.

SAVIOLI, Francisco Platão; FIORIN, José Luiz. *Para entender o texto: leitura e redação*. São Paulo: Ática, 1990.

STEINBERGER, Margareth Born. *Discursos Geopolíticos da Mídia: jornalismo e imaginário internacional na América Latina*. São Paulo: EDUC; Fapesp: Cortez, 2005.

THOMPSON, John B. *A Mídia e a Modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 1998.